

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ELENA DE OLIVEIRA SCHUCK

FEMINISMOS EM MOVIMENTO:

Mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França

Porto Alegre

2017

ELENA DE OLIVEIRA SCHUCK

FEMINISMOS EM MOVIMENTO:

Mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França

Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política

Orientadora: Prof. Dra. Jussara Reis Prá

Co-orientadora: Prof. Dra. Réjane Sénac

Porto Alegre, 2017

ELENA DE OLIVEIRA SCHUCK

FEMINISMOS EM MOVIMENTO:

Mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França

Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política

Aprovada em _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jussara Reis Prá (Orientadora – UFRGS)

Prof. Dra. Réjane Sénac (Co-orientadora –CNRS - CEVIPOF)

Prof. Dr. Helio Ricardo Couto Alves – PPGCP/UFRGS

Profa. Dra. Marlene Strey Neves – PUCRS

Profa. Dra. Miriam Adelman – UFPR

Porto Alegre, 2017

A meus pais, Marisa e Marco Antonio.

Agradecimentos

Agradeço à UFRGS, ao programa de Pós-graduação em Ciência Política, a todas as oportunidades de reflexão que me foram propiciadas, e também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de estágio no exterior através de uma bolsa de doutorado sanduíche, possibilitando a estada em Paris junto à *Sciences Po* de Paris.

Devo meus sinceros agradecimentos à Professora Réjane Sénac, por ter me acolhido e co-orientado no quadro do *CEVIPOF* da *Sciences Po*, inserindo-me nos grupos de discussão sobre gênero e feminismo na França, e oferecendo um suporte de valor inestimável ao meu trabalho até a conclusão do meu doutorado.

Agradeço todas as pesquisadoras feministas brasileiras, francesas e americanas - as Professoras Helena Hirata, Miriam Grossi, Jules Falquet, Eleni Varikas, Françoise Picq, Armelle Lebras-Chopard, Miriam Adelman, Cornelia Moser, Genevieve Fraisse e Flavia Biroli que prontamente se dispuseram a conceder entrevistas para a realização desta tese. Espero poder retribuir ao longo de minha vida todo ensinamento e sororidade feminista.

Agradeço igualmente a atenciosa orientação da Professora Jussara Prá, em quem me inspiro pela dedicação aos estudos feministas, e às colegas participantes do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS), sempre motivadas para os grupos de estudo.

Aos professores da UFRGS, do PPGCP e de outros departamentos, que ao longo destes quatro anos acompanharam e apoiaram meu percurso de pesquisa, e me fizeram despertar para questões importantes do feminismo, da política, do conhecimento e das relações humanas. Aos Professores Gustavo Grohmann (PPGCP), Helio Alves (PPGCP), Professor Luiz Faria (FCE), Professor Edson Luís André de Sousa (PPGPsicanálise) e Professor Felipe Gonçalves Silva (PPGFIL), os meus sinceros agradecimentos pela inspiração e apoio a seguir em frente na trajetória acadêmica.

Às sinceras amigas com as quais tive o privilégio de contar nesses últimos quatro anos, entre Brasil e França, os meus sinceros agradecimentos pelo apoio, pelo carinho, pelas palavras de consolação e força, pelas parcerias acadêmicas e por nunca deixarem faltar amor.

À minha mãe Marisa, fonte de inspiração maior, agradeço todo o carinho e apoio incondicional. Agradeço também a meu pai, Marco, e irmãos, Fernando e Breno, meus amores, por tê-los em minha vida, por tudo que aprendo com eles sempre.

As a woman I have no country.

As a woman I want no country.

As a woman my country is the whole world.

VIRGINIA WOOLF

RESUMO

Este trabalho realiza um mapeamento da circulação do pensamento feminista entre Brasil e França buscando compreender sob quais condições houve encontros e trocas entre o pensamento feminista brasileiro e francês. O período de análise parte de 1974, época de fortalecimento do movimento no Brasil e durante o lançamento da revista *Nosotras* com a consequente criação do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, indo até a década de 2010, momento caracterizado pela dinamização e globalização das relações de saber e poder. É feito um mapeamento dos trajetos do pensamento feminista a partir da associação deste à produção e publicação teórica, a debates de ideias, e do esforço para o estabelecimento de redes colaborativas internacionais. A estratégia metodológica é composta pela aplicação de entrevistas semi-estruturadas e pela análise de conteúdo. Através da análise das entrevistas aplicadas a pesquisadoras feministas brasileiras e francesas e da análise comparativa de periódicos acadêmicos sobre ciência política, gênero e feminismo de ambos os países, identificamos percursos inusitados e desafios à difusão do pensamento feminista que se firma no espaço da pesquisa científica e social. O desenvolvimento desta tese justifica-se pela necessidade de mapear o acúmulo de capital simbólico e científico – que permearam as trocas, os conflitos e diálogos estabelecidos entre a reflexão feminista francesa e brasileira. A contribuição deste trabalho opera no sentido de dar visibilidade às trocas teóricas e ao estabelecimento de diálogos na consolidação do campo de pesquisa feminista, o qual apresenta um processo de ampliação e diversificação por meio de novas pautas de discussão científica e epistemológica, abrangendo a diversidade teórica proveniente do Sul Global.

Palavras-chave: Feminismos; Pensamento feminista; Teoria feminista; Circulação de pensamento; Sul Global; Brasil; França.

ABSTRACT

This work maps the circulation of feminist thought between Brazil and France seeking to understand under which conditions there were encounters and exchanges between Brazilian and French feminist knowledge. The period of analysis began in 1974, during the strengthening of the feminist movement in Brazil as well as the launching of 'Nosotras' bulletin, with the consequent creation of the *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* and the, going through the decade of 2010, characterized by the dynamization and globalization of relations of knowledge and power. The mapping of the paths of feminist thought is made from its association to theoretical production and publications, debates of ideas, and from the effort to establish international collaborative networks. The methodological strategy is composed of the application of semi-structured interviews and content analysis. Through a series of interviews with Brazilian and French researchers and the comparative analysis of academic journals on Political Science, gender and feminism of both countries, we identify unusual paths and challenges to the diffusion of feminist knowledge that is being established in the social and scientific research field. The development of this thesis is justified by the need to map the accumulation of symbolic and scientific capital - which permeated the exchanges, conflicts and dialogues established between the French and Brazilian feminist reflection. This work contributes giving visibility to the theoretical exchanges and the establishment of dialogues in the consolidation of the feminist research field, which presents a process of enlargement and diversification through new scientific and epistemological discussion, covering the theoretical diversity from the Global South perspectives.

Keywords: Feminisms; Feminist thought; Feminist theory; Circulation of thought; Global South; Brazil; France.

RÉSUMÉ

Ce travail fait une cartographie de la circulation des pensées féministes entre le Brésil et la France cherchant à comprendre dans quelles conditions il y a eu des rencontres et des échanges entre les idées féministes brésilienne et française. La période d'analyse part de 1974, lors du du renforcement du mouvement féministe au Brésil ainsi que du lancement du bulletin "Nosotras", et de la création du '*Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*', arrivant au cours de la décennie 2010, caractérisée par la dynamisation et la mondialisation des relations de connaissance et de pouvoir. La cartographie des chemins de la pensée féministe est faite de son association à la production théorique et aux publications, aux débats d'idées et à l'effort visant à établir des réseaux collaboratifs internationaux. La stratégie méthodologique est composée de l'application d'entretiens semi-structurés et d'analyse de contenu. Grâce à une série d'entretiens avec des chercheuses brésiliennes et françaises et à l'analyse comparative de contenu des revues académiques de science politique, genre et féminisme des deux pays, nous identifions des chemins et des défis inhabituels à la diffusion du savoir féministe qui s'inscrit dans le champ de la recherche scientifique et sociale. La cartographie des chemins de la pensée féministe est faite à partir de son association à la production théorique et aux publications, aux débats d'idées et à l'effort d'établissement des réseaux collaboratifs internationaux. Le développement de cette thèse est justifié par la nécessité de cartographier l'accumulation du capital symbolique et scientifique - qui a imprégné les échanges, les conflits et les dialogues établis entre la réflexion féministe française et brésilienne. Ce travail a l'intention de rendre visibles les échanges théoriques et la mise en place des dialogues dans la consolidation du domaine de la recherche féministe, laquelle présente un processus d'élargissement et de diversification grâce à de nouvelles discussions scientifiques et épistémologiques couvrant la diversité théorique du Sud Global.

Mots-clés: Féminismes ; Pensée féministe; Théorie féministe; Circulation des pensée; Sud Global ; Brésil; France.

Sumário

Apresentação	12
Introdução.....	14
PARTE I - Marcos Teóricos.....	23
1. Pensamento Feminista e Conhecimento	23
1.1 Ondas do feminismo.....	24
1.2 A construção de um campo de estudos feministas.....	34
1.3 Epistemologia Feminista	40
1.4 Movimentação global de ideias feministas.....	46
2. Teoria Feminista e campo de pesquisa no Brasil.....	51
2.1 Feminismo brasileiro, exílio em Paris	54
2.2 A pesquisa feminista no Brasil	58
3. Teoria Feminista e campo de pesquisa na França.....	67
3.1 Feminismo Francês.....	67
3.2 Pensamento feminista na França.....	69
MLF e Estudos feministas pós-68	70
Feminismos da igualdade e da diferença	72
Christine Delphy e a invenção do French Feminism.....	73
Paridade Diversidade, sexualidade e raça.....	78
PARTE II – Investigação Empírica.....	80
4. Metodologia de Pesquisa.....	81
4.1 Entrevistas.....	82
4.2 Análise de conteúdo.....	84
5. Agentes de produção do pensamento feminista: mapeamento da circulação dos feminismos	86
5.1 As condições intelectuais para a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França.....	87
5.2 O design acadêmico: o lugar dos estudos feministas na universidade.....	102
5.3 As condições institucionais – Os percursos de construção de redes colaborativas de pesquisa na universidade.....	111
6. A circulação de teorias feministas através dos periódicos brasileiros e franceses..	116
6.1 Revistas Feministas e de Gênero no Brasil	119
Revista Estudos Feministas	120
Cadernos Pagu	123
Labrys	127
Revista Brasileira de Ciência Política	128
6.2 Revistas Feministas e de Gênero na França	131
Nouvelles Questions Féministes.....	132
Cahiers du CEDREF.....	138
Cahiers du Genre	139
Raisons Politiques	141

6.3 Mapeando a função dos periódicos na circulação do pensamento feminista.....	144
7. Considerações Finais.....	146
Referências Bibliográficas.....	156
Apêndices.....	168
Apêndice A - Roteiros de entrevistas aplicadas.....	168
Apêndice B – Dados das entrevistadas.....	170
Anexos.....	175
Anexo I – Revistas Nosotras.....	175
Capas.....	175
Contracapas.....	177

Apresentação

Início a apresentação desta tese a partir do contexto acadêmico no qual me situo. Ao longo da minha trajetória de doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estive em contato com a pesquisa de teorias políticas feministas, participando ativamente do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS) e promovendo discussões sobre feminismos e gênero. Meu interesse de pesquisa aos poucos foi se direcionando para a contribuição da teoria feminista francesa à constituição de um campo de pesquisa feminista no Brasil, pois percebia um diminuído referencial bibliográfico francês frente ao americano e/ou anglófono na produção brasileira recente, apesar da proximidade de muitas brasileiras com o feminismo francês durante o período da ditadura militar no Brasil.

Realizei o doutorado sanduíche através do programa da CAPES PDSE na *Sciences Po Paris*, e lá, imersa num ambiente de plurais discussões sobre gênero e feminismo, pude perceber que, se por um lado o feminismo francês havia exercido um papel importante durante as décadas de 1970 e 1980 na constituição do campo de pesquisa feminista brasileiro, por outro lado, o campo de pesquisa feminista francês passava a incluir categorias de análise tais como as mulheres muçulmanas e mulheres imigrantes, mulheres negras, e mulheres do Sul Global¹ e por consequência, as pesquisas mais recentes buscavam suporte teórico em abordagens críticas ao eurocentrismo. Assim, percebi nas discussões acadêmicas francesas um crescente interesse pelas abordagens críticas pós-coloniais e interseccionais, ou seja, por análises que levassem em conta simultaneamente a classe social, raça, gênero e sexualidade, bem como o impacto do colonialismo europeu no mundo. Havia busca por autores e olhares latino-americanos, ou do Sul global e notei que tratar exclusivamente do fluxo de ideias feministas na direção França-Brasil, daria contornos distantes do atual contexto global de circulação de ideias e pessoas. Logo, optei por agregar à pesquisa a análise das ideias feministas que partem da América Latina e do Brasil

¹ Tomo emprestado de Boaventura Sousa Santos a concepção de Sul Global (2010), cuja ideia central é tratar do Sul metaforicamente enquanto campo de desafios epistêmicos, os quais procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. A concepção de Sul em parte sobrepõe-se com o Sul Geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, salvo exceções, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte Global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total, pois o Norte Geográfico inclui grupos sociais muito vastos que também foram sujeitos à dominação capitalista e colonial, tal qual a região do Magreb, colonizada pela França, e também a população imigrante, magrebina e muçulmana francesa.

em direção à França, me propus a tratar dos dois fluxos teóricos, das duas direções, e, portanto, da circulação de pensamento.

Pude assim, combinar à análise um olhar atento e crítico aos colonialismos discursivos apontados por Chandra Mohanty (1988), os quais podem ser identificados nos escritos ocidentais (dos EUA e Europa) sobre mulheres do terceiro mundo, ou na terminologia mais recente, mulheres do Sul Global. Há de se levar em conta, portanto, o contexto hegemônico global do pensamento ocidental no qual a produção, publicação, distribuição e consumo de ideias e informações têm efeitos políticos inegáveis e implicações para além do feminismo imediato ou de um público leitor específico². Se a representação dominante de um feminismo ocidental ainda se faz vigente, reitero meu posicionamento situado e crítico - pesquisadora mulher e latino-americana - com relação à investigação científica em torno da circulação do pensamento feminista entre o Sul e o Norte global.

² Ver Mohanty, Chandra. "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses". *Feminist Review* n.30 (Autumn 1988) p.61-88.

Introdução

A proposta desta tese surge do questionamento sobre a gradual visibilidade do pensamento feminista e suas trocas a nível internacional, colocando ênfase nas trocas entre o pensamento feminista brasileiro e francês. O feminismo é um tema que tem ganhado maior projeção internacional devido às suas particulares formas de pluralização de mobilizações, as quais tratam de questões que afetam pelo menos metade da população mundial. No Brasil testemunhamos um crescimento no engajamento social com relação às discussões feministas a partir de 2010, conforme evidenciado pelo interesse crescente das estudantes mulheres e participantes de movimentos sociais em abordar o assunto em seus respectivos grupos, e também uma tendência midiática para a criação de quadros específicos sobre o assunto em jornais e revistas. Observa-se uma ampliação de reivindicações sociais ligadas às causas feministas, as quais enfatizam questões relacionadas às mulheres, LGBTQ, aos vários tipos de violências, dominação e opressão, bem como às possibilidades de emancipação.

A exemplo da crescente mobilização para questões da causa feminista, uma das questões do Exame Nacional de Estudantes do Ensino Médio (ENEM) em 2015 se referiu à obra "*O Segundo Sexo*", de Simone de Beauvoir, atraiu a atenção da opinião pública e suscitou discussões nas diversas mídias sociais. De um lado, este evento nos leva a refletir sobre o reconhecimento por parte do Ministério da Educação (MEC) à contribuição das ideias feministas para a educação básica nacional a fim de pensar sobre os problemas sociais relacionados à violência e à discriminação contra as mulheres. Por outro lado, nós percebemos em um nível institucional, o reconhecimento de uma tradição de pensamento que incide sobre a herança francesa em relação ao conceito de feminismo.

Em um percurso que compreende o fim década de 1960 até os dias atuais, percebemos o desenvolvimento heterogêneo dos estudos feministas no cenário acadêmico brasileiro. No âmbito das ciências sociais – incluindo a ciência política – esses avanços são acompanhados por uma tendência da literatura pertinente a ampliar seu foco de análise, absorvendo a ideia de que se trata de uma perspectiva que está longe de ser homogênea, isto é, o que estaria em discussão não seria um feminismo no singular, mas, diversos feminismos (ALVAREZ, 2014; MENDES, 2008; OLESEN, 2006).

Tal diversificação, que se intensifica no Século XXI, permite-nos identificar articulações cada vez mais notórias entre reflexões e práticas sócio-políticas, considerando a pluralidade dos movimentos e teorias feministas presentes no debate hoje. Testemunhamos a um alargamento das reivindicações sociais, que engendram questões relativas aos feminismos, às mulheres, ao gênero, às diversas formas de dominação e às possibilidades de emancipação. Ainda nessa conjuntura, evidenciam-se as abordagens que postulam uma visão transformadora e crítica do pensamento e da militância feministas, mobilizando conceitos tanto de sexo e gênero, sexualidade/práticas político-sexuais, raça/etnia, nacionalidade, quanto de classe³.

Partimos do apoio epistemológico feminista pós-colonial, o qual sustenta uma posição de pensamento teórico anti-hegemônico. A partir desta posição, o pensamento feminista coloca-se como uma teoria crítica, demonstrando as faces múltiplas da dominação e a consequente necessidade de diversificação das formas e dos agentes de resistência. Destacar as experiências das mulheres, suas contribuições e seu estar no mundo, é por si mesmo um processo construtor e expansor de emancipação. A histórica discriminação, opressão, exploração das mulheres como conjunto subalterno cruza de maneira percebida como natural todas as outras formas de dominação. Por esta razão, a opressão de gênero é naturalizada, mesmo dentro dos movimentos e pensamentos emancipatórios (VALDIVIESO, 2012).

O propósito desta tese é aprofundar o entendimento sobre a formação das ideias feministas na agenda de pesquisa brasileira a partir da busca de interseções com a teoria feminista francesa contemporânea. O fato de esta pesquisa privilegiar como recorte a dimensão teórica do feminismo, ou seja, a análise do desenvolvimento do pensamento feminista a partir da delimitação de um campo científico de conhecimento possui algumas implicações. De acordo com Biroli e Miguel (2012), mesmo existindo indícios de uma maior inclusão da teoria feminista no interior da teoria política estudada no Brasil, essa ainda é uma articulação bastante embrionária. Todavia, a teoria política é atualmente uma das áreas de interesse das autoras

³Jules Falquet e Ochy Curiel (2016), em um esforço de difundir o trabalho de feministas latinas e caribenhas através de traduções, adicionam os conceitos de práticas político-sexuais e nacionalidades às análises interseccionais de gênero, raça e classe. Em virtude da temática desta tese circundar os conceitos de nacionalidade para abordar a circulação de conhecimento feminista entre América Latina, Europa, e Estados Unidos, considereei válida a inclusão desta categoria analítica. Já o conceito de práticas político-sexuais pode ser situado nos marcos teóricos do feminismo materialista francês, o qual ocupará parte das análises desta tese, e assim, parece válido de ser introduzido na discussão proposta.

feministas. Nancy Fraser, Linda Zerilli, Drucilla Cornell, Seyla Benhabib, Iris Young, Judith Butler, Amy Allen ou Carole Pateman, para citar alguns exemplos, estão entre as principais pensadoras contemporâneas que desenvolvem um debate político mediado pelas questões epistemológicas versadas na luta pelo reconhecimento e combate à injustiça e à opressão direcionadas às mulheres na sociedade. Mesmo ainda não estando totalmente integrada à história oficial do pensamento político ocidental, a contribuição feminista é evidente especialmente no diz respeito às análises sobre a produção de conhecimento, de desigualdades políticas e a reprodução de desigualdades econômicas sociais⁴.

A ênfase na contribuição do pensamento feminista francês não é fortuita. Na trajetória do feminismo mundial a contribuição francesa é central, suas raízes estão presentes na Revolução Francesa, com a “*Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*”, em 1791 por Olympe de Gouges, passando pela repercussão internacional do “*Segundo Sexo*” de Simone de Beauvoir, em 1949, pela histórica atuação do *Mouvement Libération des Femmes* (MLF) em 1970, até chegar aos dias de hoje quando as universidades francesas e o próprio CNRS⁵ difundem o trabalho de cientistas dedicadas ao desenvolvimento de pesquisas marcadamente feministas (ROUCH, 2001).

Ademais, também existe uma ligação histórica de feministas brasileiras com o feminismo francês. Durante a ditadura militar brasileira, por exemplo, a França acolheu exiladas políticas brasileiras, as quais participaram de grupos de discussão feminista e impulsionaram a formação de novas articulações voltadas para a temática da participação política das mulheres, como foi o caso da revista “*Nosotras*”, fundada por feministas brasileiras e latino-americanas em 1974, e do “*Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*”, uma organização política que atuou junto ao

⁴ Dado que uma das muitas liberdades que o feminismo ajudou a criar foi a legitimidade dos materiais com aportes explicitamente pessoais e subjetivos para a universidade (Evans, 1997), interessa aqui, portanto, tratar do pensamento feminista no espaço acadêmico brasileiro. Considerando, no feminismo contemporâneo, particularmente das sociedades ocidentais, suas fortes raízes acadêmicas, estamos conscientes da dominação intelectual exercida neste domínio por parte de um grupo marcadamente masculino, branco e de classe média, da qual o Brasil não é exceção. As verdades aparentemente objetivas desse grupo dominante no setor de docência e pesquisa em educação superior suprimiram com frequência, senão sempre, a credibilidade e a atenção para perspectivas e experiências dos grupos marginais (Evans, 1997, p.10). Incluindo-se nesta ala periférica os grupos de pesquisa sobre feminismos e gênero, a atenção deste trabalho volta-se para os núcleos de pesquisa, pesquisadoras e periódicos que constituem o campo científico feminista.

⁵ Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) é o Centro Nacional de Pesquisa Científica da França.

feminismo francês criada em 1975 (ABREU, 2010, 2013; CARDOSO, 2014; PEDRO; WOLF, 2007).

Interessa-nos aqui trazer a abordagem da interculturalidade ao tratar das redes internacionais de pesquisa. A interculturalidade, ao contrário do multiculturalismo – que pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina – pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural (SOUSA SANTOS, 2010).

Nesse sentido, a proposta de tese é de compreender sob quais condições houve convergências entre o pensamento feminista brasileiro e francês, considerando o campo da pesquisa em ciências sociais, bem como o impacto da circulação global de pesquisa. A problemática de pesquisa se apresenta: considerando-se um processo de recepção, tradução, difusão e reapropriação do pensamento feminista, quais são os desafios para que as teorias, feministas e viajantes, referidas por mulheres no exílio ou em trânsito entre Brasil e França possam circular e buscar espaço no campo de pesquisa brasileiro? Sob quais condições, tanto institucionais quanto políticas, houve momentos de forte convergência entre correntes teóricas feministas brasileiras e francesas?

A importância da proposta reside na necessidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre o que se poderia identificar como o processo de formação das pesquisas acadêmicas feministas no Brasil e de seu impacto regional e internacional, bem como no mapeamento dos fluxos globais do pensamento feminista de hoje. Essa é uma perspectiva que, em boa medida, faz parte de um movimento no campo da teoria política de aprofundamento do que se convencionou denominar de história das ideias (SILVA, 2009), isto é, a preocupação com o processo de produção de ideias na esfera política. Analisando a trajetória das ideias feministas desenvolvidas no Brasil a partir da interação com o pensamento feminista francês, acreditamos ser possível examinar mais detalhadamente a formação das pautas de pesquisa neste campo de conhecimento no país.

Mesmo existindo estudos sobre a experiência das mulheres brasileiras no exílio, a atual proposta inova na medida em que se dirige a analisar e cartografar a continuidade desse processo,

isto é, a circulação do pensamento feminista e de suas agentes no campo da pesquisa científica, colocando a agenda acadêmica feminista brasileira como fator de impacto científico internacional, sem, entretanto, desconsiderar as possíveis triangulações feitas pelos Estados Unidos e seus vizinhos latino-americanos.

Desse modo, a perspectiva apresentada tem relevância no que diz respeito à compreensão da agenda de formação de redes internacionais de pesquisa sobre feminismo. Atualmente, sendo as redes consideradas elementos centrais no processo de desenvolvimento da ciência em tecnologia no Brasil, a investigação das trocas entre o feminismo francês e o brasileiro permite compreender o desenvolvimento de redes internacionais de pesquisa envolvendo ambos os países assim como a formação de temáticas de interesse comuns.

Justificamos esta proposta, portanto, pela necessidade de mapear o acúmulo de capital simbólico e científico – os quais caracterizam um campo de estudo a partir da conceituação trazida por Pierre Bourdieu (2014) – que permearam as trocas, os conflitos e diálogos estabelecidos entre a reflexão feminista francesa e brasileira, contribuindo assim para avançar nas pesquisas sobre a temática identificada. Com isso acreditamos estar contribuindo para a compreensão dos rumos dos debates feministas na comunidade científica mundial - pois as reflexões de nível internacional e nacional encontram-se cada vez mais interseccionadas e imbricadas – privilegiando uma percepção de mundo que parte do Sul Global.

As hipóteses que se apresentam buscam elucidar a circulação do pensamento a partir da identificação de momentos de maior convergência entre o pensamento feminista de ambos os países, considerando a colisão entre crescente política de institucionalização de investigação científica com a concepção das teorias viajantes, porque "uma teoria de que viaja não é institucionalizada" (LUSTE BOULBINA, 2013).

Durante a fase de estabelecimento de um feminismo autônomo no Brasil, de 1974 a 1985, no contexto político de ditadura militar no Cone Sul, quando o movimento feminista atuava junto à luta pela restauração da democracia no Brasil, o pensamento francês teve um papel especial devido à dimensão marxista e de classe de sua reflexão feminista, muito audível ao contexto sul-americano de luta política. Foi nestas condições que a área da pesquisa feminista brasileira pôde se desenvolver. Várias mulheres retornavam do exílio e as contribuições pós Maio de 68

revelavam-se na medida em que núcleos de estudo sobre a mulher começavam a ser criados no país.

Em um segundo momento, a partir da década de 2000 até hoje, assistiremos a uma reconfiguração das relações de saber e poder no campo de pesquisa feminista da França. As acadêmicas começam a tratar mais intensamente dos temas de uma sociedade intercultural, levando em conta o contexto pós-colonial. Temas tais como as mulheres que usam o véu islâmico, as mulheres muçulmanas, as mulheres imigrantes, as mulheres da periferia são cada vez mais discutidos, e as análises, em compasso com a abordagem interseccional, buscam suporte em teorias cuja origem de uso está na América Latina, Ásia e África, a fim de compreender a realidade social pouco explanada pelas teorias do pensamento político e sociológico europeu. As análises aproximam-se da descolonização dos saberes, para questionar a transferência de conhecimentos, a circulação de ideias, e perguntar o que aprendíamos até então, o que aprendemos hoje, o que podemos aprender com os outros, quem quer que seja ou da onde quer que venha.

Em suma, as hipóteses tratam de determinar os dois momentos de maior convergência teórica e afinidades ideológicas e intelectuais entre os feminismos brasileiro e francês. Identificamos um primeiro momento, quando a França inspira o Brasil, entre os anos de 1974-1985, época em que houve uma fascinação com respeito ao momento político francês, à riqueza e à liberdade da produção bibliográfica e, no Brasil, um contexto de fragilidade e instabilidade política. Em um segundo momento, observamos uma reversão, ou seja, percebemos que o feminismo francês face aos desafios do mundo global, evidenciados a partir dos anos 2000 até os dias atuais, busca suporte teórico em feminismos do Sul Global, em especial da América Latina e do Brasil. Os temas relacionados ao feminismo negro, ao feminismo da América Latina tornam-se mais presentes nas discussões acadêmicas bem como em revistas francesas dos referidos domínios intelectuais. Por outro lado, neste mesmo momento histórico, os feminismos brasileiros diversificam seus diálogos, buscando maior aproximação com seus vizinhos na América Latina, com os Estados Unidos, bem como com países mais distantes que igualmente carregam um passado colonial. No atual contexto de circulação multidimensional de informações, há uma reconfiguração global das relações saber-poder.

Os objetivos deste trabalho operam no sentido de compreender sob quais condições houve encontros e trocas entre o pensamento feminista brasileiro e francês, sem deixar de considerar as possíveis interações teóricas com os Estados Unidos e América Latina. O objetivo geral desta pesquisa é o de desenvolver uma cartografia da circulação das teorias feministas e o espaço ocupado dentro da atual configuração dos campos de pesquisa acadêmica. Buscamos identificar os momentos de maior convergência teórica dos feminismos brasileiro e francês com vistas a mapear as trocas teóricas entre as duas regiões, no período histórico que vai desde o fortalecimento da autonomização do feminismo brasileiro a partir de 1974 até 2016. Vislumbra-se elucidar questões de pesquisa centrais ao feminismo francês e brasileiro contemporâneo, bem como diálogos teóricos entre as autoras em questão a fim de verificar, entre outros elementos, a existência de uma interação epistemológica entre as feministas de ambos os países.

Cabe esclarecer ainda que, por feminismo francês contemporâneo, entendo as autoras e linhas de pensamento que podem ser enquadradas no que se convencionou chamar de ideário pós-68, isto é, um conjunto de intelectuais que desenvolveram seu pensamento de forma a explorar uma série de questões frequentemente identificadas com o Maio de 68, envolvendo ao mesmo tempo uma revolução política, cultural e sexual (FERRY; RENAULT, 1988). Quanto aos objetivos específicos, apresentamos os seguintes:

1. Identificar aproximações entre feministas francesas e brasileiras sobre temáticas e abordagens predominantes nos campos de pesquisa feminista;
2. Apontar as contribuições do feminismo francês e demais contribuições intelectuais na formação dos núcleos de pesquisa brasileiros, levando-se em conta a trajetória pessoal de pesquisadoras que tenham tido contato com o feminismo francês. Da mesma forma, apontar as contribuições do feminismo brasileiro para a agenda de pesquisa feminista francesa recente;
3. Delimitar o uso de referenciais bibliográficos franceses em comparação a outros referenciais utilizados na produção acadêmica feminista brasileira, identificar a publicação de autoras francesas no Brasil, bem como o uso de referenciais bibliográficos brasileiros ou latino-americanos na produção acadêmica francesa nesse campo de conhecimento.

A metodologia, adiante detalhada, prima pela consonância com as abordagens

epistemológicas feministas e adequa-se ao propósito de realização de um mapeamento dos trajetos internacionais do pensamento feminista no eixo Brasil-França. A estratégia adotada para o estudo empírico compreendeu a realização de entrevistas e a consulta a revistas científicas. As entrevistas foram aplicadas a pesquisadoras universitárias francesas e brasileiras, com trânsito entre os espaços acadêmicos de ambos os países, onde são combinadas análise de trajetórias, de conteúdo e de formação de redes a fim de elucidar as condições intelectuais, acadêmicas e institucionais que instigam a circulação do pensamento. Quanto às revistas, foram selecionados periódicos científicos brasileiros e franceses, para análise comparada de conteúdo envolvendo autorias e temáticas que dialoguem para além das fronteiras linguísticas, geográficas e culturais.

Estrutura da tese

Esta tese está dividida em duas principais partes, marcos teóricos e investigação empírica. A primeira parte, a qual apresenta os marcos teóricos da tese, é composta pelos três capítulos iniciais. No primeiro capítulo, começamos a discussão em torno do conceito de pensamento feminista, tratando das ondas feministas no mundo. Especificamos o papel da crítica feminista para as ciências sociais e desenvolvo a abordagem da epistemologia feminista. Apresentamos o conceito de *travelling theories* de Edward Said, combinando-o a outras abordagens feministas sobre circulação do conhecimento e políticas tradutórias, com a intenção de reiterar a opção teórica e epistemológica da circulação de pensamento em detrimento da consideração de fluxos unidirecionais de influência. Buscamos neste primeiro capítulo reunir elementos teóricos e conceituais sobre a circulação internacional de pensamento feminista a fim de construir os pilares teóricos para a realização do mapeamento das trocas no eixo Brasil-França.

No segundo capítulo, tratamos do espaço conferido ao feminismo no Brasil. Buscamos reconstituir a tomada de espaço do feminismo no campo da pesquisa acadêmica, salientando o papel essencial dos núcleos de pesquisa sobre mulher e gênero e revistas acadêmicas para a inserção das discussões feministas na universidade, em especial na área das ciências humanas. Abordamos o feminismo brasileiro no exílio francês, e apresentando algumas edições do boletim “Nosotras”, o qual era organizado pelo *Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris*. As cópias das oito publicações disponíveis foram acessadas e documentadas nos arquivos da *Bibliothèque de documentation internationale contemporaine (BDIC)* da Universidade de Nanterre, Paris X.

No terceiro capítulo discutimos a inserção do feminismo francês no espaço universitário, exponho o debate que ocasionou divergências quanto à validade de se levar a discussão feminista para a seara acadêmica, e também tratamos das teorias feministas discutidas no meio teórico francês.

A segunda parte da tese, composta pelo marco da investigação empírica, é composta pelos capítulos 4, 5 e 6. No quarto capítulo, apresentamos as escolhas metodológicas aplicadas à realização e análise das entrevistas, e também aquelas aplicadas à análise dos periódicos científicos brasileiros e franceses.

No quinto capítulo, apresentamos a primeira etapa das interações identificadas entre os campos de estudos feministas dos dois países a fim de iniciar um mapeamento de tais trocas sob a perspectiva da dinamização global de fluxos de ideias e conhecimento. Compilamos as entrevistas com acadêmicas brasileiras e francesas e as organizamos em três eixos de análise: condições intelectuais; *design* acadêmico; e condições institucionais.

O sexto e último capítulo aborda a segunda etapa do mapeamento das trocas feministas. Realizamos uma comparação entre oito periódicos especializados, franceses e brasileiros, identificando as referências utilizadas, bem como as temáticas mais frequentes. Esperamos, com isto aprofundar o entendimento sobre a formação e o trânsito de ideias na agenda de pesquisa feminista brasileira e contribuir para a compreensão dos rumos dinâmicos e transfronteiriços dos debates feministas presentes na comunidade científica da atualidade.

Por meio da estrutura apresentada, esperamos construir os pilares teóricos para a análise e realizar o mapeamento da circulação do pensamento feminista entre Brasil e França, perspectiva da dinamização global de fluxos de ideias no período que se inicia em 1974 e termina em 2016. Vislumbramos expandir o entendimento sobre a formação e o trânsito de ideias na agenda de pesquisa feminista e contribuir para a compreensão dos rumos dinâmicos e transfronteiriços dos debates feministas presentes na comunidade científica internacional da atualidade.

PARTE I - Marcos Teóricos

1. Pensamento Feminista e Conhecimento

Iniciamos este capítulo situando o desenvolvimento da produção acadêmica feminista, a partir dos intercâmbios de ideias no campo de investigação científica. Partimos, portanto, das reflexões acerca da construção do campo de estudos feministas para apresentar, em certa medida, a diversificação de recortes possíveis ao analisar os debates epistemológicos em torno da teoria feminista nas ciências sociais. Interessa-nos aqui explorar a diversidade de olhares acerca da questão, e para isso, trazemos contribuições tanto de autoras brasileiras e latino-americanas, quanto de norte-americanas e europeias.

O pensamento feminista deriva das reflexões acerca da desigualdade entre homens e mulheres presente em grande parte das sociedades, recusando a afirmação de que tal desigualdade seria apenas um reflexo da natureza diferenciada de dois sexos, necessária para a sobrevivência da espécie humana. A recusa da tese da diferença sexual implica o desenvolvimento de uma crítica ampla do mundo social que reproduz assimetrias tolhe a agência de muitos de seus integrantes e reforça as diversas opressões às mulheres (MIGUEL, 2014). Desse modo, o pensamento feminista pode ser conceituado enquanto fruto da elaboração sucessiva de experiências, debates, e polêmicas se faz presente tanto na *ação* quanto na *reflexão* feminista, embora sujeito a questionamentos quanto a sua legitimidade na prática e na teoria.

Face à suposta ilegitimidade do interesse conceitual do feminismo, apontada por Geneviève Fraisse (2011), a reflexão intelectual constrói-se, necessariamente, apoiada na prática, seja ela um acontecimento ou um problema, de outro modo seria fácil reduzir o pensamento feminista a uma mera convicção. Embora com espaço reduzido nos debates sobre o político e a democracia, o feminismo é provavelmente uma das correntes intelectuais da modernidade e da filosofia política que mais provocou mudanças sociais ao denunciar as desigualdades, a opressão e os mecanismos de dominação masculina (VALCÁRCEL, 2012, p.15; MACKENZIE, 2011, p.26, p.141; BIROLI & MIGUEL, 2014, p. 17). Conforme as formas de dominação foram se complexificando e exigindo ferramentas mais sofisticadas para entendê-las, o pensamento

feminista foi se constituindo enquanto campo de conhecimento composto por teorias capazes de auxiliar na compreensão da reprodução das desigualdades de gênero.

Entendemos que o pensamento feminista deva ser colocado no plural, pois, conforme a associação ou a fonte de onde se extraem os conceitos para serem criticados, destruídos ou reconstruídos, dá-se a origem às diferentes formas de pensar das teóricas feministas. As associações podem pender para um feminismo igualitário, com vertentes em disputa conceitual sobre preceitos liberais e marxistas, ou pender para um feminismo da diferença, cujas vertentes aproximam-se dos pós-estruturalistas e dos pós-modernistas, recebendo influência do pensamento de Foucault, Derrida, Lacan e demais intelectuais deste campo teórico. Ademais, a dinamização dos fluxos globais de pensamento permite maior interface e diálogo entre abordagens feministas de matriz no Norte Global, com as pautas trazidas por feminismos diversos do Sul Global. As abordagens do feminismo indígena, islâmico, negro, pós-colonial, decolonial, queer ou trans, por tratarem de grupos de pessoas à margem dentro do próprio feminismo, apontam a necessidade de repensar a polarização entre o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença em um mundo intercultural e interseccionado por múltiplas opressões de gênero, classe, raça, cultura, religião, sexo e sexualidade.

1.1 Ondas do feminismo

No estudo da cronologia do pensamento feminista, é comum fazer uso do conceito de “ondas do feminismo” a fim de distinguir os diferentes contextos históricos que permitiram reflexões e ações vinculadas ao feminismo. Assim, muitas autoras referem-se à primeira, à segunda e algumas à terceira onda do feminismo no mundo, com suas diversas correntes e contextos (VALCÁRCEL, 2012; VARELA, 2013; FRASER, 2013).

Podemos encontrar críticas à dominação masculina e reivindicações da igualdade moral e intelectual já na Grécia Antiga, no pensamento de Safo ou Hipatia. Já na Idade Média, contamos com Cristina de Pizán (1364-1430), nascida em Veneza e considerada a primeira mulher escritora reconhecida na Europa, sob a influência do pensamento renascentista. Publicou *Ciudad de las*

*Damas*⁶, em 1405, obra na qual refletia sobre como seria uma cidade onde não houvesse guerras e tampouco caos promovidos pelos homens. Pizán defendia uma imagem positiva do corpo feminino, algo totalmente insólito para a época⁷, abordou temas como estupro e acesso das mulheres ao conhecimento e foi a primeira mulher a rebater argumentos misóginos em defesa dos direitos das mulheres. Em 1671, é publicada *A Igualdade dos sexos*, de Poulain de la Barre, filósofo cartesiano que antecipa muitas das ideias da Ilustração, desmonta a argumentação da inferioridade das mulheres e defende o acesso destas ao saber como solução à desigualdade e também como parte do caminho ao progresso da humanidade.

A Primeira Onda do Feminismo na Europa⁸ tem início com que se costuma chamar de tomada de consciência feminista. O feminismo deste período é caracterizado por Valcárcel (2013) como “*el hijo no querido de la Ilustración*”, pois é neste momento que começam a ser contestadas com maior frequência as ideias de educação exclusiva para homens, os matrimônios, e a ideia de cidadania defendida por iluministas tais quais Montesquieu e Rousseau.

Além de Mary Wolstonecraft, autora de *Vindication of Women's Rights*, (1792), considerada por muitos como fundadora do feminismo pela amplitude analítica de sua obra, podemos citar como nomes pioneiros desse movimento de pensamento crítico Olympe de Gouges, autora de *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*⁹ (1791), e Harriet Taylor Mill,

⁶ DE PIZÁN, Cristina, *La ciudad de las damas*, Siruela, Madrid, 2.a ed, 2001.

⁷ Enquanto hoje nos referimos a sexo como as diferenças morfológicas típicas entre machos e fêmeas e a gênero como diferenças culturais, na sociedade pre-moderna o sexo não detinha tal status. Até o século XXVII, o sexo era uma categoria sociológica e não ontológica. Homens eram definidos por características de calor, força e racionalidade, enquanto as mulheres eram definidas como frias, fracas e emocionais. Tais características eram distribuídas em torno de um eixo de sexo, onde a feminilidade e a masculinidade eram polos opostos determinados pela atenção a sinais de movimento, temperamento, voz, etc., os quais indicavam em qual posição do eixo sexo os indivíduos estavam situados. Em HIRD, Myra J. **Sex, Gender and Science**. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.

⁸ Valcárcel (2012, p.20) atenta para as divergências quanto às cronologias dos estudos europeus e norte-americanos, pois estes evitariam talvez por desconhecimento ou por centrarem-se apenas na sua própria história. Para Valcárcel (2012), Varela (2013) e Amorós (2007), autoras que seguem a linha do feminismo da igualdade espanhol, a primeira onda feminista se estenderia até o final do século XIX, a segunda onda iniciaria com o sufrágio e se encerraria com a contribuição de Simone de Beauvoir, e a terceira se iniciaria com o feminismo radical dos anos 1960, estendendo-se aos tempos de hoje. Para fins de apresentação do conteúdo histórico dos feminismos, optaremos aqui pela versão que abrange o período que vai do Iluminismo até a segunda Guerra Mundial para caracterizar primeira onda feminista.

⁹ Título original em francês: *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*

*Ensaio sobre a igualdade sexual*¹⁰, 1851. Todas elas trarão a crítica à supremacia masculina, à subordinação feminina e a percepção de que a desigualdade enfrentada pelas mulheres se reflete na subrepresentação feminina, na opressão e na falta de liberdade.

A primeira onda feminista é também marcada pela atuação das *sufragistas*, as quais postulavam que mulheres precisavam receber acesso igual à esfera pública, principalmente através do direito ao sufrágio. Nos Estados Unidos, o sufrágismo teve uma característica peculiar ao unir diversas vozes de mulheres em torno da causa, problematizando a relação da escravidão negra e feminina. Em 1868 Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony fundam a Associação Nacional para o Sufrágio da Mulher (*NWSA*), lutando pelo direito ao voto, o qual só se efetivaria em 1920, após o apoio do presidente Wilson e a aprovação de uma emenda constitucional pela câmara de representantes autorizando o direito ao voto das mulheres. Sojourner Truth, escrava liberta do Estado de Nova York, privada da alfabetização devido à sua condição, foi a única mulher negra a assistir a *Primeira Convenção Nacional de Direitos da Mulher*, em Worcester, 1850. No ano seguinte consagrou-se com o discurso “*Ain't I a woman?*”¹¹ na Convenção de Akron, onde denunciava a dupla exclusão das mulheres negras norte-americanas, asfixiadas com a opressão de raça e gênero. Seu discurso contribuiria com uma série de reflexões feministas no século seguinte sobre como mulheres negras não participavam do coletivo em nome do qual as sufragistas falavam (MIGUEL & BIROLI, 2014). Assim, enquanto o sufrágio feminino era conquistado em 1920, as mulheres negras obtiveram direito ao voto quarenta anos depois, através do *Movimento pelos Direitos Civis Afro-Americano* em 1964.

Na Inglaterra, uma frente de mulheres reivindicava junto ao parlamento britânico o direito ao voto feminino, e contaram com o apoio de intelectuais da época, tais como John Stuart Mill. A organização da luta pelo voto feminino deu-se em torno da criação da *Women's Social and Political Union (WSPU)*, presidida por Emmeline Pankrust, que foi sentenciada a três anos de trabalhos forçados em 1902 pelas atividades da União, conseguindo ser liberada do cárcere com a ajuda de outras sufragistas. Emmeline, assim como outras sufragistas, foi presa diversas vezes

¹⁰ Título original em inglês: *Essays on sex equality*

¹¹ Sojourner Truth “*Ain't I a woman?*” Disponível em <http://sourcebooks.fordham.edu/mod/sojtruth-woman.asp>> acessado em 17/11/2016.

pelas atividades do grupo, chegando a fazer greve de fome na prisão, o que resultou numa violenta alimentação forçada.

Nos anos sucessivos à criação da *WSPU*, as sufragistas levaram a cabo uma série de atos violentos contra prédios públicos, ainda que não tenham realizado ataques contra pessoas. A única perda registrada, foi a da sufragista Emily Davidson em 1913, que se jogou em frente à cavalaria do Rei Jorge V como forma de protesto contra o governo relutante à aprovação do direito ao voto das mulheres. O sacrifício de Davidson pôs fim a luta, sendo que somente após o estouro da Primeira Guerra Mundial as sufragistas foram anistiadas de suas atividades consideradas criminosas. Por fim, em 1917, a lei do sufrágio feminino foi aprovada como contraprestação aos serviços prestados durante a guerra, autorizando mulheres acima de trinta anos a votarem. Foi somente em 1927 que as mulheres inglesas atingiram os mesmos direitos que os homens, sendo autorizadas a votar com vinte e um anos de idade.

No Brasil, a primeira onda feminista surgia num momento de reivindicação pelo sufrágio feminino. Bertha Lutz, bióloga, que estudou na Universidade de Sorbonne em Paris, voltou para o Brasil na década de 1910, iniciava a luta pelo voto, sendo uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1919. Neste mesmo período, as operárias de ideologia anarquista reuniam-se através da *União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas* e denunciavam situação precária das mulheres brasileiras nas fábricas. Em um manifesto de 1917 proclamavam: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2003, p. 35). Este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só apareceria novamente na década de 1960.

O direito ao sufrágio feminino foi conquistado no início da Era Vargas, em 1932 com o novo Código Eleitoral daquele ano e, pelo Decreto n. 21.076, seria confirmado pela Constituição de 1934. O Brasil tornou-se o quarto país do ocidente a garantir o sufrágio feminino, atrás de Canadá, Estados Unidos e Equador (GAUTÉRIO, 2013).

Se o século XIX e início do século XX foram marcados por lutas sufragistas, há de se considerar que o pensamento feminista deste período também contou com correntes socialistas e

anarquistas, as quais foram marginalizadas frente ao sufrágio dominante por conta da radicalidade das propostas.

Flora Tristan (1803-1844), escritora associada ao primeiro socialismo, ou o socialismo utópico, pôde trazer para sua obra a situação da mulher trabalhadora, vinculando opressão de classe e de gênero em seu tratado socialista sobre a União Operária, publicado em 1843. (MIGUEL & BIROLI, 2014). Flora, assim como muitas de suas antecessoras feministas, une vida, obra e denúncia (VARELA, 2013.). Em seu tratado, propõe a união universal dos operários e operárias como forma de melhorar as condições de miséria e ignorância de todos os trabalhadores. Reserva um capítulo à condição das mulheres, descrevendo as horríveis situações pelas quais passavam meninas e mulheres da classe operária, a exploração familiar e laboral, e denuncia a omissão quanto à educação das mulheres.

Heidi Hartmann descreve o fracasso da união entre feminismo e marxismo em *Um matrimônio mal sucedido* (1988), onde defende a tese de que a relação entre marxismo e feminismo sempre foi desigual em todas as formas até hoje. Embora o método marxista e a análise feminista sejam igualmente necessários para compreender as sociedades capitalistas e a posição da mulher nestas, o feminismo foi constantemente subordinado:

As desigualdades neste casamento, como na maioria dos fenômenos sociais, não são acidentais. Muitos marxistas afirmam que muitas vezes no melhor dos casos, o feminismo é menos importante do que a luta de classes e, no pior, divide a classe trabalhadora. Esta postura política resulta em uma análise que o feminismo é absorvido pela luta de classes. Além disso, o poder analítico do marxismo com relação ao capital fez com que suas limitações sobre sexismo passassem despercebidas. Aqui sustentamos que embora a análise marxista forneça uma visão essencial para as leis do desenvolvimento histórico e capital em particular, as categorias do marxismo são cegas ao sexo. Apenas uma análise especificamente feminista revela a natureza sistemática das relações entre homens e mulheres. No entanto, a análise feminista por si só é insuficiente porque ele é cego para a história e não o suficiente materialista. Devemos usar tanto a análise marxista, e em particular o seu método histórico e materialista, quanto a análise feminista, especialmente a identificação do patriarcado como uma estrutura social e histórica, se se quiser entender o desenvolvimento das sociedades capitalistas ocidentais e a situação das mulheres dentro destas¹² (HARTMANN, 1988, p.32, tradução nossa).

¹² Trecho original em espanhol: *Las desigualdades en este matrimonio, como en la mayoría de los fenómenos sociales, no son accidentales. Muchos marxistas suelen afirmar que, en el mejor de los casos, el feminismo es menos importante que la lucha de clases y que, en el peor, divide a la clase obrera. Esta postura política da lugar a un análisis en el que el feminismo se absorbe en la lucha de clases. Además, el poder analítico del marxismo con respecto al capital ha hecho que pasaran inadvertidas sus limitaciones con respecto al sexismo. Aquí mantendremos que si bien el análisis marxista aporta una visión esencial de la leyes del desarrollo histórico, y de las del capital*

O posicionamento feminista crítico ao marxismo, no entanto, tem suas origens na passagem do século XIX para o século XX, quando pensadoras tais como Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Emma Goldman puderam contribuir para o pensamento plural feminista.

Zetkin (1854-1933), destacada e polêmica líder da social-democracia alemã, foi uma das responsáveis pela inclusão dos direitos políticos das mulheres na pauta do movimento operário, opondo-se, todavia, a qualquer colaboração com o sufrágio burguês (MIGUEL & BIROLI, 2014). Organizou a Conferência Internacional das Mulheres em 1907, que ainda existe sob o nome de Internacional Socialista das Mulheres, teve uma atuação militante intensa, buscando persuadir as massas, e suscitou críticas inclusive dentro de seu partido, quando Lênin criticou-a por priorizar, dentre as discussões com as operárias, os problemas sexuais e de matrimônio em detrimento da luta de classe (VARELA, 2014).

Kollontai, descendente de uma nobre família russa, retorna da Universidade de Zurique na Suíça, onde concluiu seus estudos marxistas, para integrar o partido social-democrata em São Petesburgo. Lutou contra a indiferença da classe operária e seus dirigentes à opressão específica das mulheres, criou o primeiro Círculo de Operárias em 1907 e no ano seguinte teve de exilar-se da Rússia por uma década. Ao retornar, integra o governo de Lênin, porém alguns anos mais tarde opõe-se à política econômica do líder, e passa a atuar em missões diplomáticas. Articulado feminismo e marxismo, Kollontai defendia o amor livre, igualdade de salários, legalização do aborto e responsabilização coletiva pelo trabalho doméstico e cuidado dos filhos (VARELA, Op.Cit). Além da independência econômica, as mulheres necessitavam da independência psicológica e sentimental. A diplomata feminista buscou lutar para além da revolução socialista, lutou pela revolução da vida cotidiana e dos costumes, luta política que seria retomada apenas em 1970 com o feminismo radical.

en particular; las categorías del marxismo son ciegas al sexo. Sólo un análisis específicamente feminista revela el carácter sistemático de las relaciones entre hombre y mujer. Sin embargo, el análisis feminista por sí solo es insuficiente, ya que es ciego a la historia y no es lo bastante materialista. Hay que recurrir tanto al análisis marxista, y en particular a su método histórico y materialista, como al análisis feminista, y en especial a la identificación del patriarcado como estructura social e histórica, si se quiere entender el desarrollo de las sociedades capitalistas occidentales y la difícil situación de la mujer dentro de ellas. (HARTMANN, 1988, p.32)

Emma Goldman nasceu em 1869, na Lituânia, sofrendo perseguições anti-semitas, mudou-se para São Petersburgo com a família, e mais tarde, para os Estados Unidos, onde trabalhou como costureira, entrando em contato com o anarquismo e construindo um pensamento à revelia do sistema formal de educação. Crítica do militarismo, posição que a fez ser expatriada dos Estados Unidos, Goldman defendia a vontade de liberdade e de dignidade, ausência de castas privilegiadas e cooperação social para se ter uma civilização anárquica e humanista (GOLDMAN, 2011). Para ela, o grau de emancipação do indivíduo era o critério para se medir o grau de civilização da humanidade. A emancipação da mulher, portanto, fazia-se absolutamente necessária, assim como a defesa do amor livre e da legitimidade das relações homoafetivas. Goldman julgava que nem o sufragismo, tampouco o feminismo burguês era capaz de colaborar para a emancipação das mulheres, eles apenas inseriam-nas de um novo modo na mesma ordem social opressiva (MIGUEL & BIROLI, 2014).

O Nazi-fascismo e a Segunda Guerra Mundial reduziam de forma dramática, apesar das conquistas das sufragistas, a presença e o reconhecimento do movimento de mulheres (VARELA, 2013). Isso porque a dedicação das mulheres à vida doméstica tornava-se o modelo a ser seguido em um período em que os soldados que retornavam da guerra desejavam esposas atenciosas e voltadas para a procriação e manutenção de uma família ampla.

O movimento feminista, tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto no Brasil perdeu força a partir da Segunda Guerra Mundial e se reestabeleceu internacionalmente a partir da década de 1960 sob a influência de uma obra fundamental para o feminismo: *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949.

Nos anos 1960, surgia na Califórnia o movimento *hippie*, propondo uma forma nova de vida que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos e, em Paris, o “Maio de 68”, movimento estudantil crítico aos partidos burocratizados da esquerda comunista. É nesse contexto que:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode

ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (PINTO, 2010, p.16).

O feminismo americano¹³ tinha ingressado numa nova era ao voltar-se para a análise das numerosas maneiras pelas quais as mulheres vinham sendo oprimidas nas diversas esferas de suas próprias vidas (MACKENZIE, 2011, p.142). Essa segunda onda é marcada pela emergência paralela de diversos movimentos sociais, os quais suscitaram os debates sobre as variadas formas de opressão sobre as mulheres. Imperava o padrão das “perfeitas donas de casa”, para que, assim, todos pudessem viver o “*American way of life*”. Nesse contexto, milhares de mulheres vitimadas por uma profunda insatisfação com suas vidas desenvolviam patologias autodestrutivas tais como a ansiedade, o alcoolismo e a depressão (VARELA, 2013).

A denúncia da imposição do papel de dona de casa às mulheres marca a segunda onda do feminismo nos anos 1960 na América do Norte. À época, na tentativa de compreender tal panorama, discutia-se a tese de que a grande insatisfação e frustração das mulheres americanas deviam-se ao seu elevado grau de educação. Pensava-se que a reflexão proporcionada por tal nível educacional as impedia de se adaptarem ao seu papel de mulher no mundo americano.

Foi Betty Friedan quem primeiro contestou essa tese ao publicar *A Mística Feminina*, em 1963. Para ela, a incompatibilidade das americanas com o papel de mulher estava relacionada à definição do papel das mulheres, e não ao excesso de educação concedido a elas. Ao decifrar o papel opressivo e asfixiante que havia sido imposto às mulheres, pôde-se perceber que as experiências não eram pessoais, mas coletivas (VARELA, Op. Cit). O problema era político, portanto: era a reação da sociedade patriarcal contra a inserção da mulher na esfera pública e insistente no seu exclusivo protagonismo enquanto mãe e esposa.

A Nova Esquerda dos anos 1960 foi acompanhada da emergência de correntes feministas, sejam estas radicais, liberais ou socialistas, que denunciavam a negligência em relação ao gênero

¹³ Segundo Koller & Navaz (2006, p. 649) é a partir da segunda onda feminista que surgem as correntes do feminismo da igualdade e do feminismo da diferença. De acordo com as autoras, as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada. As propostas feministas que caracterizam determinadas posições, por enfatizarem a igualdade, são conhecidas como “o feminismo da igualdade”, enquanto as que destacam as diferenças e a alteridade são conhecidas como “o feminismo da diferença”.

nas principais correntes da teoria política, apesar dos argumentos persuasivos de uma geração de pesquisadoras feministas (OKIN, 2008, p.311). Ecoando o desejo de mudança social e o de criação de uma cultura política articulada em torno à crítica às instituições repressivas da modernidade de maio de 68, tem início o feminismo radical. Dentre as colaboradoras desta corrente, podemos mencionar Kate Millet e Shulamith Firestone, cujos esforços teóricos vão na direção de salientar o caráter político das relações que ocorrem no âmbito doméstico-familiar.

Millet cunhará o termo *patriarcado*¹⁴ com um significado feminista, definindo-o enquanto “sistema de domínio masculino que utiliza um conjunto de estratégias para manter subordinadas as mulheres e, ademais, revelará seu caráter global”. É na obra *Sexual Politics*, 1970, que lançará a tese “o pessoal é político”. Millet argumenta que a subordinação das mulheres não se restringe à sua exclusão das instituições políticas e dos poderes fáticos ou à exploração econômica. Na direção de salientar o caráter político das relações que ocorrem no âmbito doméstico-familiar, denunciou a ordem política de um problema: a reação da sociedade patriarcal à inserção da mulher na esfera pública e o abandono do exclusivo protagonismo enquanto mãe e esposa. A subordinação tem raízes muito profundas e aparentemente invisíveis que tornam muito difícil desmontar as estruturas de opressão das mulheres. Essas profundas raízes se encontram na família patriarcal, nas relações de casal e em todas as tarefas de cuidados e reprodutivas que as mulheres desenvolvem gratuitamente no âmbito familiar.

Influenciada pelos escritos de Simone de Beauvoir, Sigmund Freud, Wilhelm Reich, Karl Marx e Frederick Engels, Shulamith Firestone publica *The Dialectic of Sex* em 1970, também criticando a opressão patriarcal e denunciando a tirania da família nuclear e biológica. Para ela,

¹⁴ O uso do termo patriarcado divide as teóricas feministas. Por um lado, temos aquelas que consideram necessário unificar a nomenclatura das múltiplas facetas da dominação masculina sob o termo patriarcado, entendendo que esta captura a profundidade e a interconexão dos diversos aspectos da subordinação das mulheres e impede o deslizamento da crítica nas categorias convencionais da análise política (PATEMAN, 1988; MIGUEL&BIROLI, 2014). Nancy Fraser (1997, 2013) vê o termo patriarcado como historicamente datado, dando pouca visibilidade para subordinações ocasionadas por estruturas impessoais de atribuições e vantagens e oportunidades. A autora opta, portanto, pelo termo *dominação masculina*, o qual abrangeria melhor a gama de fenômenos relacionais de subordinação-dominação. Há ainda autoras que optam por tratar exclusivamente da emancipação feminina (FRAISSE, 2016) como forma de superar a lógica discursiva hierárquica de dominação. Para Christine Delphy (2009), patriarcado é um conceito bastante controverso entre as teóricas feministas. Em especial na França seu uso é polêmico: “Às vezes, o termo ‘patriarcado’ levanta objeções, frequentemente das mesmas pessoas que se opõem mais tarde ao emprego do conceito de gênero. As razões dessas reticências são as vezes claras: elas denotam a adesão a uma teoria que privilegia o capitalismo, no caso do patriarcado, e a uma teoria que privilegia a ‘diferença natural dos sexos’ no caso do gênero (DELPHY, 2009, p. 174).

as desigualdades de gênero eram originadas da estrutura social patriarcal que são impostas às mulheres através da biologia. As desvantagens físicas, sociais e psicológicas eram impostas através da gravidez, do parto e da maternidade. O racismo nos Estados Unidos também faz parte das análises críticas de Firestone. Defende que o racismo é um fenômeno sexual, na medida em que só pode ser compreendido em termos de hierarquias familiares, considerando a lógica da desigualdade de poder existente na sociedade escravocrata norte-americana, assentada na família nuclear branca. Assim, Firestone discutia as mudanças necessárias para se atingir uma sociedade pós-patriarcal, concluindo que, em primeira mão, seria necessária a abolição da família nuclear. Sua contribuição intelectual será fundamental para o pensamento feminista da segunda onda.

Nancy Fraser (2007), pensadora norte-americana, refuta a história padrão norte-americana sobre o feminismo, a qual considerada uma narrativa de progresso. De acordo com a narrativa habitual, as feministas saem de um movimento exclusivista, dominado por mulheres brancas heterossexuais de classe média, para um movimento maior e mais inclusivo que permitiu integrar as preocupações de lésbicas, mulheres negras e/ou pobres e mulheres trabalhadoras. Para Fraser, tal narrativa preocupa-se exclusivamente com os desenvolvimentos dentro do movimento feminista, não conseguindo situar mudanças interiores em relação aos desenvolvimentos históricos mais amplos e ao clima externo. Fraser indica uma história alternativa, focada na segunda onda do feminismo, que se divide em três fases: em uma primeira fase, o feminismo estava estritamente relacionado a vários “novos movimentos sociais” que emergiram do fermento dos anos 1960; na segunda fase, foi atraído para a órbita da política de identidades; e, em uma terceira fase, a partir dos anos 1980, o feminismo é cada vez mais praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes.

Ao enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências o movimento feminista dos anos 1980 inaugura uma nova fase, a qual será considerada uma etapa da segunda onda para algumas autoras, e já a terceira onda do feminismo para outras¹⁵. Essa fase procura analisar diferenças, a alteridade, a diversidade e a produção discursiva da subjetividade. Surge como desafio a consideração simultânea de igualdade e diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Inicia-se uma ruptura epistemológica guiada pela

¹⁵Nuria Varela (2012), Amélia Valcárcel (2012), Celia Amorós (2000, 2008) e Rosa Cobo (2014), optam pela terceira onda do feminismo.

emergência da pós-modernidade, a qual questiona a legitimidade das categorias centrais ilustradas porque não levam em consideração as diferenças, e também se repudia a abstração por ser considerada inútil para explicar a realidade, homogeneizando a diversidade e falsificando uma uniformidade.

A mudança de paradigma para os feminismos pós-modernos se produziu em meados dos oitenta, sob a influência de pensadores franceses como Foucault, Derrida, Lyotard, Luce Irigaray ou Hélène Cixous (COBO, 2014). Com as distintas realidades cada vez mais perceptíveis, o feminismo foi se desenvolvendo nas diversas partes do mundo de acordo com características e necessidades próprias. Surge, assim, o feminismo da diferença, o feminismo lésbico, o feminismo das mulheres negras, o feminismo institucional, o feminismo acadêmico, o feminismo latino-americano, o feminismo árabe, o ecofeminismo e o ciberfeminismo, etc. Em variados graus de intensidade, o feminismo acabou por adentrar todas as searas da sociedade nos anos 2000, sendo o movimento político mais importante das últimas décadas (VARELA, 2013).

1.2 A construção de um campo de estudos feminista

Em função da proposta de compreensão das trajetórias da produção acadêmica feminista apresentamos aqui reflexões acerca da construção do campo de estudos feministas, cujo desenvolvimento caracteriza-se combinação de vários campos disciplinares. Partimos da ideia de que teorias políticas feministas são autônomas, isto é, sua contribuição teórica independe de outras escolas do pensamento político e, mais do que isso, refletem a existência de uma epistemologia feminista própria.

Em um primeiro momento, o campo de estudos feminista foi se constituindo pela elaboração de questões contextuais com fundo crítico feminista, tais como a discriminação das mulheres na ciência, a hierarquia masculina predominante nos principais espaços acadêmicos das diferentes áreas, o uso da tecnologia para reforçar a submissão social das mulheres, entre outras. Entretanto, logo esses temas avançaram em direção a questionamentos sobre as bases do pensamento ocidental contemporâneo, isto é, colocaram em tela de juízo não apenas as conclusões apresentadas pela ciência moderna, mas também seus procedimentos e fundamentos (HARDING, 1993).

Virginia Olesen (2010), de um ponto de vista semelhante, sublinha que a partir do final da década de sessenta a pesquisa feminista foi se complexificando. Se numa primeira fase abundaram as críticas sobre o caráter de gênero das disciplinas acadêmicas, das instituições científicas e, inclusive, da falta de atenção da ciência diante da discriminação da mulher, numa segunda fase o foco foi lançado sobre a necessidade de desenvolver uma epistemologia crítica. O debate passou a valorizar, entre outras coisas, o reconhecimento da diferenciação entre os indivíduos envolvidos com as pesquisas, o que levou inclusive ao questionamento da ideia de mulher enquanto um sujeito universal, assim como as próprias características das pesquisadoras e suas condições de trabalho.

No início dos anos 1970, a teoria feminista e o pós-estruturalismo – com destaque para a obra de Foucault - surgiam enquanto novos discursos alçavam repercussão e começavam a ocupar espaço no campo acadêmico. É importante assinalar que muitos desses desenvolvimentos aconteceram de forma interdisciplinar, aliando alguns campos disciplinares, como por exemplo, a sociologia, a filosofia, a história, a linguística e a crítica literária. No caso da teoria feminista, um novo campo teórico foi construído a partir de esforços simultâneos e realmente interconexos em todas as áreas das ciências humanas e sociais, inclusive dando como fruto um novo campo inter ou multidisciplinar que se institucionalizou como *women's/gender studies* (ADELMAN, 2009).

Para exemplificar a importância da construção de um campo teórico do feminismo, Linda Alcoff e Elizabeth Potter (1993) contribuem para a visualização e delimitação de um corpo teórico que possa ser entendido e constituído pelo ideário feminista no campo da filosofia. De acordo com as mesmas, o feminismo fez suas primeiras incursões na filosofia em um movimento direcionado da margem ao centro. Os primeiros trabalhos feministas foram publicados nos campos de ética aplicada, os quais são considerados trabalhos filosóficos “periféricos” por estarem mais distantes de um grau de abstração da realidade material e de uma pretensão à universalidade. A filosofia de viés feminista, embora distante dos conceitos filosóficos “centrais” de universalidade, passou a contribuir para os debates públicos sobre a importância dos movimentos feminista pelo mundo:

As filósofas feministas começaram a trabalhar nas áreas aplicadas porque o feminismo é antes de mais nada, um movimento político preocupado com questões práticas e as filósofas feministas entendiam seu trabalho como uma contribuição ao debate público

sobre questões práticas cruciais. Em um primeiro momento, as áreas abstratas da filosofia pareciam distantes dessas preocupações concretas. No entanto, a partir das áreas aplicadas, nós nos movemos em direção a áreas mais centrais, conforme vimos os problemas gerados pelo androcentrismo na estética, na ética, na filosofia da ciência e mais recentemente nas áreas “centrais” da epistemologia e da metafísica. O trabalho feminista na epistemologia, assim como em todas as demais áreas, começou como uma crítica à tradição (incluindo uma crítica às narrativas dominantes que definem o que é a tradição). Embora essa crítica continue a existir, o trabalho construtivo e reconstrutivo na teoria do conhecimento está emergindo hoje (ALCOFF E POTTER, 1993, p. 2, tradução nossa¹⁶).

O debate sobre uma epistemologia feminista incentivou o surgimento de um conjunto de abordagens que postulam uma visão emancipadora e transformadora do feminismo, com o uso dos conceitos tanto de sexo/gênero, raça/etnia quanto de classe. Várias autoras, ao combinar todas estas dimensões, contribuem para a compreensão dos fenômenos que ocorrem com as mulheres em nível mundial. Estas autoras congregam vários fatores que contribuem em diferentes graus para as condições de opressão e vulnerabilidade das mulheres, discutindo no campo da teoria soluções emancipadoras no nível da ação¹⁷.

A relevância da epistemologia feminista nasce, portanto, de uma constatação sobre as dificuldades de pensar a condição de discriminação das mulheres na sociedade. Essas dificuldades derivam do uso indiscriminado de categorias moldadas no interior de uma concepção de mundo *androcêntrica*, ou seja, da construção autoritária de normas sociais, políticas e econômicas que privilegiam traços associados à masculinidade¹⁸.

¹⁶ Trecho original em inglês: *Feminist philosophers began to work in the applied areas because feminism is, first and last, a political movement concerned with practical issues, and feminist philosophers understood their intellectual work to be a contribution to the public debate on crucial practical issues. At first, the more abstract areas of philosophy seemed distant from these concrete concerns. But from the applied areas we moved into more central ones as we began to see the problems produced by androcentrism in aesthetics, ethics, philosophy of science, and finally and fairly recently, in the “core” areas of epistemology and metaphysics. Feminist work in epistemology, as in all other areas, began as a critique of tradition (including a critique of dominant narratives about just what tradition is). Although this critique continues, constructive and reconstructive work in the theory of knowledge is emerging today.* (ALCOFF E POTTER, 1993, p. 2).

¹⁷ Para citar alguns exemplos, neste campo identificamos autoras como Nancy Fraser, Iris Young, Célia Amorós, Amélia Valcárcel e Maria Luisa Femenías que colaboram com uma visão ampla do feminismo, estando atentas às ciladas presentes no campo das teorias.

¹⁸ Nancy Fraser (1995) aponta as injustiças de gênero como sendo uma combinação de injustiças econômicas/materiais e culturais/simbólica resultantes da institucionalização de normas culturais sexistas e *androcêntricas* pelo Estado e pela economia. As desvantagens econômicas colocadas às mulheres restringem sua voz, limitando uma igual participação na esfera pública, na construção de padrões culturais e na vida cotidiana, o que gera um círculo vicioso de subordinação. Fraser, propõe a articulação do reconhecimento e da redistribuição, fazendo questão de enfatizar a definição do conceito de androcentrismo, o qual constitui a causa dos problemas

[...] a incisiva desvalorização e depreciação de coisas codificadas como "femininas", paradigmaticamente - mas não apenas - mulheres. Essa desvalorização é expressa em uma série de danos sofridos pelas mulheres, incluindo agressões sexuais, exploração sexual, violência doméstica incisiva; banalizando, objetificando e humilhando representações estereotipadas na mídia; assédio e depreciação em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição às normas androcêntricas, as quais transformam as mulheres em seres menores ou desviantes da norma e às quais trabalham para desvantajá-las, mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminá-las; discriminação atitudinal; exclusão ou marginalização em esferas públicas e órgãos deliberativos; e negação de direitos plenos legais e proteções iguais¹⁹ (FRASER, Nancy. 1995, p. 79., tradução nossa)

O que está em jogo para as teóricas feministas, segundo Fraser (1995), é a capacidade de refletir sobre a origem das normas sociais nas esferas pública e privada, identificando o conjunto de traços depreciadores e discriminadores da condição feminina, ou seja, traços androcêntricos. Nessa direção, Magdalena Valdivieso (2014) ressalta o papel crítico precursor do feminismo nos processos de desconstrução e confrontação dos saberes patriarcais hegemônicos:

[...] ao resistir à homogeneização, ao questionar a universalidade e ao constituir-se, desde a sua criação, em um espaço de pensamento e práticas questionadoras e alternativas éticas ao modelo político -cultural dominante, desenvolvida a partir de lugares subalternizados e de posições marginais em espaços tradicionais. A teoria feminista também tem sido uma das principais fontes de mudança cultural que permitiu pensar a complexidade da construção social e cultural da subjetividade, ao recusar o sujeito humano abstrato e universal e revelar uma sujeita concreta, feminina e subordinada²⁰ (Valdivieso, 2014, p.30., Tradução nossa).

A teoria feminista exerce um papel fundamental na crítica à concepção abstrata e universal do ser humano, apontando para a imprescindível subjetividade dos sujeitos e sujeitas sociais. No caso latino-americano é necessário ainda destacar a importância do conceito de

apontados.

¹⁹ Trecho original: *“the pervasive devaluation and disparagement of things coded as ‘feminine’, paradigmatically—but not only—women. This devaluation is expressed in a range of harms suffered by women, including sexual assault, sexual exploitation, and pervasive domestic violence; trivializing, objectifying, and demeaning stereotypical depictions in the media; harassment and disparagement in all spheres of everyday life; subjection to androcentric norms in relation to which women appear lesser or deviant and which work to disadvantage them, even in the absence of any intention to discriminate; attitudinal discrimination; exclusion or marginalization in public spheres and deliberative bodies; and denial of full legal rights and equal protections.”*

²⁰ Trecho original em espanhol: *al resistirse a la homogenización, al cuestionar la universalidad y al constituirse, desde sus inicios, en un espacio de pensamiento y prácticas cuestionadoras y alternativas éticas al modelo político-cultural dominante, elaboradas desde lugares subalternizados y desde posiciones marginales en espacios tradicionales. La teoría feminista ha sido también una de las principales fuentes del giro cultural que ha permitido pensar la complejidad de la construcción social y cultural de la subjetividad, al negar el sujeto humano abstracto y universal y revelar una sujeta concreta, femenina y subordinada.* (Valdivieso, 2014, p.30).

patriarcado e sua relação com o ideário pós-colonialista. Como, segundo algumas autoras, o conceito de gênero não dá conta da diversidade do ‘ser mulher’ na América Latina é preciso construir um complexo de conceitos articulando patriarcado, sexo, gênero, classe e, especialmente, a relação raça/etnia.

Chamando a atenção para a observação do patriarcado no campo de estudo feminista da América Latina, Valdivieso (2014) o compara ao capitalismo enquanto sistema que articula e organiza as relações de gênero a partir de diversas variáveis, como a religião, a cultura, a raça, o desenvolvimento econômico ou a organização política, entre outras. Por isso, o uso do conceito de patriarcado é relevante ao tratar das condições das mulheres desde o ponto de vista das visões pós-coloniais. A luta contra o patriarcado não é separável das lutas pela descolonização e contra o capitalismo porque não se trata do patriarcado abstrato, se trata de um patriarcado muito preciso que se sustenta sobre a articulação com outras formas de dominação (VALDIVIESO, 2014, p.26).

Com críticas à baixa aplicabilidade de conceitos europeus e estado-unidenses ao contexto latino-americano, Francesca Gargallo (2009) reúne algumas condições específicas de desenvolvimento do campo de estudo e das ideias feministas da América Latina:

As idéias feministas latino-americanas foram duplamente influenciadas pelas correntes feminista de libertação das mulheres europeias e norte-americanos , e pela idéia da Latino-americanade que a libertação é sempre um feito coletivo, que engendra no sujeito novas formas de ver a si mesmo em relação a outros sujeitos. As feministas transformaram essas influências em instrumentos adequados para explicar a revisão que estavam - e estão levando a cabo das morais sexofóbicas e misóginas latino-americanas, tanto mestiças como as dos povos indo e afro-latino-americanos contemporâneos. [...] A crítica aos conceitos e categorias europeias e americanas têm acompanhado a história do pensamento na América Latina, porque é impossível recuperar universos (idéias ou símbolos) para interpretar sociedades onde não há unidade de base política²¹ (GARGALLO, 2009, p 34-35, tradução nossa).

²¹ Trecho original em espanhol: *Las ideas feministas latinoamericanas han sido doblemente influidas por corrientes feministas y de liberación de las mujeres europeas y estadounidenses, y por la idea latinoamericana de que la liberación es siempre un hecho colectivo, que engendra en el sujeto nuevas formas de verse en relación con otros sujetos. Las feministas transformaron estas influencias en instrumentos aptos para explicarse la revisión que estaban –y están llevando a cabo de las morales sexofóbicas y misóginas latinoamericanas, tanto mestizas como las de los pueblos indo y afrolatinoamericanos contemporâneos. [...] Las críticas a los conceptos y categorías europeas y estadounidenses han acompañado toda la historia del pensamiento en América Latina, porque es imposible recuperar universales (fueran ideas o signos) para interpretar sociedades en donde no hay una unidad política de base* (GARGALLO, 2009, p.34-35).

Mesmo existindo críticas quanto à legitimidade do interesse conceitual do feminismo a reflexão intelectual constrói-se, necessariamente, apoiada na prática feminista (FRAISSE, 2011). Assim, o desafio do campo epistemológico permanece central nas reflexões feministas em função da necessidade de afirmar, recorrentemente, sua existência na reflexão teórica e na construção do conhecimento científico.

Para Flavia Biroli (2012) o processo quase à margem - senão à margem - das teóricas feministas que buscam a constituição de uma epistemologia feminista, nitidamente imbricada com as teorias críticas, visa uma reconstrução crítica da tradição intelectual principalmente advinda do ocidente. Neste sentido, Biroli destaca dois momentos de afirmação de um *locus* para a reflexão feminista como um corpo teórico:

Se em algum momento foi válida a inspirada caracterização de Linda Singer, da teórica feminista como “Bandita”, uma bandoleira que passeia pela história da filosofia, saqueando aquilo que pode ser aproveitado da obra dos pensadores homens (*apud* Young, 1997, p. 23), hoje certamente não é mais assim. Há tradições feministas que estabelecem o enquadramento de suas questões, com um corpo de debates e de conceitos com crescente abrangência e uma sofisticação que, não raras vezes, chega à beira do hermetismo. Tal como aconteceu com o marxismo, a partir sobretudo da segunda metade do século passado, o desafio é não permitir que essa complexidade descole o pensamento sobre o mundo das práticas sociais transformadoras que o feminismo, desde sua origem, se propõe a impulsionar.

No campo da teoria política, o aporte do feminismo se constitui, desde os anos 1980, no principal elemento de renovação e no grande desafio às correntes previamente estabelecidas. Não se trata de um corpo teórico “alternativo” ou da introdução da categoria “gênero” como adendo às preocupações tradicionais da disciplina. O feminismo deslocou os debates centrais da teoria política, recolocando os termos em que é possível discutir, hoje, questões como a democracia, a representação, a justiça, a esfera pública, a sociedade civil, a autonomia, a igualdade, a cidadania ou o Estado. (BIROLI, p. 8, 2012)

A articulação entre os vários lócus de atuação no trabalho de difusão do pensamento feminista faz-se, portanto, necessária para que a sociedade confira valor ao feminismo enquanto sujeito de construção da democracia e do conhecimento. Assim, o desafio do campo epistemológico permanece central nas reflexões feministas em função da necessidade de afirmar, recorrentemente, sua existência na reflexão teórica e na construção do conhecimento científico.

1.3 Epistemologia Feminista

Dada a proposta de reflexão sobre a circulação do pensamento feminista, consideramos necessário discutir a conceptualização de conhecimento a fim de identificar suas formas de movimentação. O conceito de conhecimento está aqui vinculado ao processo de investigação científica, associado à epistemologia, cuja função remete à determinação dos agentes e sujeitos do conhecimento científico. Nesse sentido, podemos identificar o conhecimento feminista enquanto resultado de metodologias e epistemologias feministas críticas ao androcentrismo. Tais críticas estão presentes tanto na aplicação dos procedimentos analíticos de uma investigação científica, quanto no questionamento sobre àquelas que podem ser agentes de conhecimento.

A epistemologia feminista emerge no paradigma da complexidade e traz contribuições substantivas, questionando a centralidade da idéia de uma única origem e de permanência/estabilidade, bem como a mística da já surrada “neutralidade” nas ciências (MATOS, 2008). Abordar contexto cultural e político da produção e reprodução de conhecimento político está no cerne das reflexões epistemológicas aqui propostas. Parte-se da ideia de que a neutralidade epistemológica inexistente, pois, se a epistemologia trata da produção e reprodução de conhecimentos tidos como válidos, estes ocorrem em contextos políticos, culturais e sociais específicos, e, portanto, não são abstratos, tampouco neutros. Tratamos aqui de apontar alternativas às normas epistemológicas dominantes, as quais têm seu impacto favorecido pelo capitalismo e colonialismo, que suprimem saberes ou os relegam à subalternidade, como aponta Boaventura Sousa Santos (2010).

Entendemos a epistemologia dominante, com o auxílio de Sousa Santos (2010), enquanto uma epistemologia contextual, assentada em uma dupla diferença. Há a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo. Esses dois fatores destacados justificam a criação de um hipercontexto que reivindica a pretensa universalidade das diferenças culturais e políticas ocidentais. Como resultado de tal intervenção epistemológica, calcada por meio da intervenção política, econômica e militar do colonialismo e capitalismo, desenvolveu-se a ciência moderna. Assim, o mundo passou a operar segundo a lógica de tal epistemologia dominante, pretensamente neutra e universal, porém supressora de todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem os interesses a qual ela servia:

Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena. De facto, sob o pretexto da 'missão colonizadora', o projeto da colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais. Com isso, desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo. Na medida em que sobreviveram, essas experiências e essa diversidade foram submetidas à norma epistemológica dominante: foram definidas (e, muitas vezes, acabaram-se auto definindo) como saberes locais e contextuais apenas utilizáveis em duas circunstâncias: como matéria-prima para o avanço do conhecimento científico; como instrumentos de governo indireto, inculcando nos povos e práticas dominadas a ilusão credível de serem autogovernados (Sousa Santos, 2010, p.17).

As reflexões acerca do pensamento feminista do Sul centram-se nas relações entre corpo, política e história de um ponto de vista que busca construir conhecimento situado (CIRIZA, 2012), e por consequência trazem consigo a perspectiva crítica da subalternização do pensamento feminista no campo da teoria política e do pensamento social. A partir das reflexões teóricas e epistemológicas acerca da temática feminista nas ciências sociais apresentadas até então, propomos a apresentação do debate sobre a metodologia feminista.

Trazemos neste primeiro momento as contribuições de Sandra Harding (1987) sobre o questionamento da existência de um método feminista para a investigação social. A autora auxilia na elucidação de confusões conceituais acerca do “método”, da “metodologia” e da “epistemologia”, trazendo elementos que reforçam a importância da pesquisa social feminista. Se as pesquisas feministas adentraram as esferas acadêmicas a partir da década de 1970, junto a elas surgiram os desafios radicais de analisar, a partir de uma perspectiva das ciências sociais, o conjunto da vida social, incluindo mulheres e homens. Harding (op. cit) identifica um crescente questionamento sobre a necessidade, existência e direcionamento de um método investigativo feminista. A autoria nega a existência de um método distintivo de investigação feminista, e destaca o interesse em saber o que torna tão profundas e incisivas algumas das mais influentes investigações de inspiração feminista, nos campos das ciências biológicas e sociais.

A autoria busca elucidar as questões acerca dos métodos de investigação social feminista, afim de evitar que os críticos refutem a validade das pesquisas de caráter feminista. Afirma existirem três tipos de método ou técnica de investigação social para coleta de informação: 1) escutar ou interrogar os informantes; 2) observar o comportamento; e 3) examinar os vestígios e registros históricos. Assim, como se evidencia em diversos estudos, as pesquisadoras feministas utilizam-se de qualquer desses três métodos, tal como ocorre em qualquer pesquisa androcêntrica

tradicional. Harding (op. cit.) também busca elucidar algumas das confusões conceituais acerca do método e metodologia, definindo esta como uma teoria sobre os procedimentos que seguem ou deveriam seguir a investigação e uma maneira de analisá-los.

As metodologias feministas surgem em um contexto científico no qual as teorias tradicionais são aplicadas de uma forma que dificultam a compreensão da participação das mulheres na vida social, e também dificultam a compreensão de que as atividades masculinas também são determinadas por recortes de gênero (e que não são representações universais do ser humano). Estes esforços metodológicos identificados nas pesquisas sociais de cunho feminista suscitam, conseqüentemente, questionamentos epistemológicos.

Uma epistemologia é uma teoria do conhecimento e responde à pergunta “quem pode ser “sujeito de conhecimento”?” (HARDING, 1987). Assim como nos métodos e nas metodologias das ciências sociais, as feministas também irão questionar o caráter androcêntrico das epistemologias tradicionais que excluem sistematicamente a possibilidade de que as mulheres sejam agentes do conhecimento. Surgem assim epistemologias alternativas que legitimam as mulheres enquanto sujeitos do conhecimento, reconhecendo que a reflexão sobre os métodos científicos não é suficiente para o desenvolvimento de pesquisas feministas, tampouco são os esforços para “somar ou agregar as mulheres” aos estudos tradicionais.

Logo, a autora sustenta não haver métodos de investigação específicos aos interesses investigativos feministas. Contudo, é necessário transcender o enfoque “somatório” dos estudos tradicionais. Para isso, identifica inicialmente três características que tornam a investigação científica feminista específica, e não apenas uma “aba” a ser incorporada pela tradição. São elas: as experiências das mulheres enquanto novos recursos empíricos e teóricos; estar a favor das mulheres como um novo propósito para a ciência social; situar a pesquisadora no mesmo plano crítico que o objeto explícito de estudo enquanto novo objeto de investigação.

Em suma, as principais contribuições trazidas pelas pesquisas feministas são 1) a crítica de que o enfoque exclusivo das investigações sociais nas experiências dos homens obscurece e reduz os significados do ser humano e a conseqüente incapacidade de realização de análises sociais que percebam e ultrapassem as delimitações conceituais de homem/branco/ocidental/burguês. As experiências das mulheres trazem, portanto, experiências

de lutas políticas que podem ter lugar no lar familiar, na cozinha, no tribunal ou na urna eleitoral; 2) estando cientes de que a investigação social tradicional esteve a favor dos homens, trazer às mulheres as explicações sobre os fenômenos sociais que elas desejem ou necessitem; e 3) a pesquisa feminista une-se a outros enfoques considerados “inferiores”, insistindo na importância de nós estudarmos a nós mesmas e de estudar de “baixo para cima” e não de “cima para baixo”.

As sustentações de Harding (1987) permitem-nos compreender que um suposto “método feminista” não dá conta da dimensão do papel da pesquisa social feminista. Podemos, entretanto, identificar metodologias e epistemologias feministas, visto que as críticas ao androcentrismo podem estar presentes tanto na aplicação dos procedimentos e análises que seguem uma investigação, quanto àquelas que podem ser agentes de conhecimento.

As mulheres, assim como membros de outros grupos explorados, têm a sabedoria de analisar com espírito crítico a produção do grupo opressor. Com isso, a autora não descarta a contribuição masculina às pesquisas feministas e lembra as contribuições significativas aos movimentos de emancipação de pensadores não pertencentes aos grupos de luta, assim como identifica pensamentos misóginos e sexistas em autoras mulheres. Fica claro, portanto, que tanto mulheres quanto homens indiferentes à exploração de mulheres na vida cotidiana, dificilmente produzirão investigações sociais não distorcidas pelo sexismo e androcentrismo.

Desta reflexão proposta por Harding (Op.Cit), depreendemos que a epistemologia feminista reitera o papel do pensamento crítico feminista e contribui com a oferta alternativa ao modo de produção de conhecimento dominante. Nesse sentido, conseguimos reconhecer no contexto global ações que buscam ultrapassar os limites epistemológicos estipulados pela tradição científica. Tanto a nível global, quanto a nível regional, testemunhamos a abertura de diversos espaços transformadores e de múltiplas vozes de sujeitos e sujeitas emergentes que buscam dialogar e alimentam formas novas e renovadas de interrogar a realidade, de visibilizar o antes invisível (VALDIVIESO, 2012). O feminismo faz-se presente nesses diálogos, tanto como práxis ético-política quanto teoria, materializando-se enquanto potência subversiva capaz de gerar propostas emancipatórias, subversões culturais diálogos interculturais e auto-reflexões permanentes sobre suas práticas.

As práticas e reflexões feministas atuais são diversificadas, plurais e com grande poder de difusão global, isto é, tanto o movimento social quanto a discussão teórica abrangem grandes pautas de reivindicações políticas e sociais, encontrando respaldo ou identificação em múltiplos grupos sociais, de diversas regiões do globo. Sonia Alvarez (2014) situa o momento atual dos feminismos em termos de “*sidestreaming*” (fluxos horizontais), verificando a multiplicação de campos feministas, em especial os *feminismos populares* na cidade e no campo. A autora cita a Marcha das Vadias, a cena “anarca”, a “galera do hip hop”, as Blogueiras Feministas, as Blogueiras Negras, as “minas do rock” como exemplo de expressões político-culturais lúdicas que sinalizam uma popularização do feminismo. Para Alvarez (2014) o momento atual de mobilizações, protestos e manifestações não institucionalizadas e mais fluidas, e de feminismos cada vez mais plurais e diferenciados entre si e dentro de si, pede uma reavaliação metodológica de como apreender, elucidar e interrogar “os movimentos”. Observa ainda que nesse momento histórico no qual se vislumbram novos campos discursivos de ação, os quais são elementos permanentes das formações políticas na modernidade tardia/descolonial, contagiados por e intersectados com feminismos cada vez mais heterogêneos entre e em si mesmos.

Os campos discursivos de ação feminista refletem uma ampla gama hierarquias, diferenciações, poderes e desigualdades que se manifestam nas diversas abordagens teóricas feministas. A abordagem feminista teórica pós-colonial, a qual se caracteriza por enfatizar as relações e interações globais de poder, tem grande utilidade nesta tese cuja discussão concentra-se na circulação e produção de conhecimento feminista globais, e onde a discussão sobre conhecimento assume-se dentro dos parâmetros de análise das relações de poder Norte/Sul. As abordagens feministas teóricas interseccionais, as quais detêm seu foco na desigualdade também apresentam sua utilidade para a reflexão aqui proposta, dado que se faz necessário considerar uma série de desigualdades no âmbito da elaboração e difusão da pesquisa e da produção de conhecimento.

Ainda em tempo, dada as frequentes referências às abordagens feministas vinculadas ao pós-colonialismo e à interseccionalidade ao longo desta tese, consideramos válido apresentar algumas considerações à respeito das metodologias implicadas em ambos os campos analíticos. Ina Kerner (2016), em uma tentativa de facilitar a compreensão do campo denso e plural de abordagens da teoria feminista cujo foco analítico tem sido caracterizado pela diferença,

heterogeneidade e hierarquia nos grupos de gênero, bem como pelas relações de poder e desigualdade. A autora destaca as abordagens feministas pós-colonial, que enfatiza as relações globais de poder, e interseccional, pautada pela análise das desigualdades, defendendo poderem ser combinadas e conceituadas como complementares.

Reitera-se a eminente questão política presente na conceituação de feminismo, pela pluralidade de pessoas identificadas com ele e pela diversidade de metas e agendas, os quais apresentam um elevado grau de heterogeneidade quando se considera mulheres, homens, transgêneros, suas localizações geográficas e sociais, e a diversidade de suas práticas culturais a nível individual ou coletivo. Atualmente, teóricas do feminismo político e social concordam que uma de suas principais tarefas reside na análise conjunta de diferenças interseccionais múltiplas (Kerner, Op.cit.). As perspectivas investigativas diferem, reverberando na diversificação de implicações políticas, conceituais e metodológicas. Kerner concentra-se nas perspectivas pós-coloniais e interseccional por perceber, em ambas, uma contribuição para a renovação teórica, bem como sua proeminência nas abordagens teóricas feministas e demais abordagens teóricas políticas e sociais.

Ambas são particularmente proeminentes dentro e fora da teoria feminista e recentemente contribuíram para uma renovação teórica. Além disso estão ancoradas na luta política e buscaram manter ao menos parte de seu fervor político ao adentrar o campo acadêmico. Todavia, elas diferem entre si: A corrente da interseccionalidade é moldada por uma metodologia que considera os espectro nacional e , enquanto o feminismo pós-colonial adota um foco transnacional. A interseccionalidade está fortemente focada na teorização das múltiplas formas de desigualdade dentro de subgrupos de mulheres, enquanto a teoria pós-colonial, a partir de uma perspectiva histórica e da teoria crítica, foca-se nas relações de poder entre mulheres, entre feminismos, e endossa novas formas de interação política e solidariedade.

A teoria feminista pós-colonial, a qual conta com as contribuições de Chandra Mohanty e Gatty Spivak, é guiada pelas críticas às modalidades de poder, de uma perspectiva transnacional, carecendo, contudo de investigações empíricas (KERNER, 2016). Já as teorias feministas da interseccionalidade, focam-se nas desigualdades de um ponto de vista material, desenvolvendo análises empíricas, mas restritas à contextos coloniais. Kerner (Op.cit) apresenta então uma proposta metodológica que combine ambas as abordagens, a qual consistiria, do lado

das interseccionalidades, na análise empírica das desigualdades e do lado do pós-colonialismo, a voz crítica que desafia as imbalances de poder e práticas de representação entre o Norte e o Sul Global.

A proposta de combinação teóricos pós-colonial e interseccional, foi aqui sintetizada de modo a facilitar a compreensão de duas abordagens feministas recorrentes ao longo da tese, tanto nos marcos teóricos, quanto na investigação empírica. Embora o debate sobre validade conceitual da combinação proposta não esteja dentre os objetivos desta tese, a compreensão da proposta combinatória nos é útil na medida em que ambas as abordagens feministas são citadas com frequência neste trabalho, e evoca questionamentos teóricos e metodológicos válidos para os propósitos desta reflexão. Nesta seção apresentamos os debates que tratam da inserção do feminismo enquanto pertencente ao campo do pensamento científico, enfatizando a existência de uma epistemologia feminista. Buscamos congrega elementos que caracterizam o campo científico feminista, a fim de possibilitar a análise dos fluxos internacionais de pensamento feminista.

1.4 Movimentação global de ideias feministas

No intuito de construir o embasamento teórico para a elaboração de um mapeamento da circulação de ideias feministas entre os campos de pesquisa brasileiro e francês, buscamos nesta seção discutir abordagens que dimensionem a circulação global do pensamento feminista. A priorização de uma perspectiva que considere os diversos fluxos teóricos das duas regiões em detrimento de fluxos unidirecionais é fruto de reflexões epistemológicas sobre os processos de construção de conhecimento consoante às críticas ao colonialismo, à relação saber-poder desigual Norte/Sul, bem como à dominação epistemológica eurocentrada.

Chandra Mohanty (1988) destaca a importância do olhar atento e crítico aos colonialismos discursivos apontados os quais podem ser identificados nos escritos ocidentais (dos EUA e Europa) sobre mulheres do terceiro mundo ou, na terminologia mais recente, mulheres do Sul global. Há de se levar em conta, portanto, o contexto hegemônico global do conhecimento ocidental no qual a produção, publicação, distribuição e consumo de ideias e informações têm efeitos políticos inegáveis implicações para além do feminismo imediato ou de um público leitor específico. Se a representação dominante de um feminismo ocidental ainda

se faz ainda vigente, há de se reiterar um posicionamento situado e crítico com relação à investigação científica em torno da circulação de pensamento feminista entre o Sul e o Norte global.

Para pensar a movimentação de ideias feministas entre França e Brasil no que vai de 1974 a 2016 apoiamo-nos inicialmente na abordagem das *travelling theories* ou “teorias viajantes” de Edward Said (1983), considerando também a possível existência de uma triangulação maior, para além do eixo Brasil – França, constituída por América Latina, Estados Unidos e Europa. Said sustenta que as ideias e teorias viajam de pessoa a pessoa, de situação a situação, de uma época a outra. Essa circulação de ideias alimenta a vida cultural e intelectual, e mesmo assumindo um formato de influência conhecida/visível ou inconsciente, de empréstimo criativo ou apropriação, o movimento de ideias e teorias é um fato da vida e uma condição útil à atividade intelectual. Implicações ainda maiores estão em jogo quando tais ideias viajam de uma cultura a outra (LUSTE BOULBINA, 2013).

Para Said, o movimento de ideias entre culturas diferentes, como por exemplo as ideias de transcendência do oriente que foram levadas à Europa no início do século XIX, nunca está desimpedido. Ele envolve necessariamente processos de representação e institucionalização diferentes dos originais, o que certamente complexifica a transferência ou circulação de ideias. Entretanto Said identifica um determinado padrão neste movimento específico e sugere quatro estágios comuns para a viagem de qualquer teoria ou ideia. Em primeiro lugar há um ponto de origem, ou algo que se assemelhe a isso, um conjunto de circunstâncias que possibilitam o nascimento de uma ideia. Em segundo lugar, há uma distância transversada, isto é, uma passagem que atravessa a pressão de vários contextos conforme a ideia se mova de um ponto prévio a outro espaço e época, onde assume uma nova prominência. Terceiro, há um conjunto de condições de aceitação (e, como parte da aceitação, a resistência) as quais confrontam a ideia ou teoria transplantada, tornando possível sua introdução ou tolerância, não importando o quão alienígena esta nova ideia possa parecer. Quarto, a ideia agora completa (ou parcial) e acomodada (ou incorporada) é em certa medida transformada pelos novos usos que fazem dela, sua nova posição em um novo espaço e tempo. Os estágios identificados por Said para caracterizar a movimentação de ideias podem ser resumidos da seguinte forma: 1) surgimento

da ideia; 2) criação de passagem temporal ou espacial para a ideia; 3) estabelecimento de condições de aceitação da ideia; e 4) adaptação da ideia ao novo contexto.

Para entender o trânsito internacional de ideias feministas, Cornelia Möser (2008) retoma os estágios de movimentação das ideias proposto por Said, adaptando-os às dimensões para a compreensão dos intercâmbios de ideias feministas através das fronteiras nacionais. A autora propõe o estudo do trânsito de ideias feministas através dos processos de: recepção, tradução, difusão e reapropriação. Em sua obra, Möser, propõem a análise dos debates sobre gênero entre França e Alemanha, sugerindo que ao invés de proceder a uma comparação clássica de onde dois países são estudados separadamente, adote-se uma perspectiva interdisciplinar e transnacional revisitando as problemáticas feministas em termos de interação, transferências e viagens de ideias.

Os estágios da movimentação e transformação de teorias e ideias proposto por Said e retomados por Möser na análise de diálogos feministas vão de encontro com a epistemologia feminista cuja emergência se dá no paradigma da complexidade, questionando a centralidade da ideia de uma única origem e de permanência/estabilidade, bem como a mística da já surrada “neutralidade” nas ciências (MATOS, 2008). Assim, as teorias feministas, fomentadas neste paradigma operam dentro de uma referência epistemológica distinta do modelo que estrutura as relações entre centro e periferia, onde a tradução cultural ocupa um espaço significativo. O feminismo, conforme colocado por Lugones (1987) pode ser considerado uma prática política e teórica invariavelmente tradutória, engajado em um constante ir e vir (*world-travelling*). De acordo com Matos (2008), a contribuição do *campo de gênero/feminista* indica a infinita capacidade humana de re-colocar e re-significar permanentemente os conteúdos e as formas daquilo que se apresenta como contingentemente universal. Tais contribuições constituem uma epistemologia *da transgressão* emancipatória e permanente do cânone e da tradição, a qual sustenta-se através de políticas tradutórias (COSTA E ALVAREZ, 2013; LIMA COSTA, 2013).

Para pensar a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França, apresentamos de forma complementar a abordagem de Appadurai (2008) sobre circulação global das formas, a qual se compõe de um nível abstrato de discussão sobre seus agentes: pessoas, commodities e ideias. Conforme Appadurai (Op.cit), o momento da globalização atual pode ser caracterizado como tendo alta conectividade nos novos níveis, formatos e tipos de

circulação, observáveis tanto nos corpos e commodities, tanto quanto nas ideias, imagens e estilos. Há diversas formas de circulação presentes nas inúmeras paisagens da heterogeneidade da globalização, que dependeram dos circuitos, velocidades e alcance espacial. As condições para a circulação do pensamento feminista podem, portanto ser associadas da seguinte forma: pesquisadoras/militantes feministas (pessoas), publicando, traduzindo, organizando conferências (*commodities/bens*), tratando de conhecimento feminista (ideias).

Desse modo, nossa proposta analítica pode ser resumida da seguinte forma: o mapeamento da circulação do pensamento feminista requer a distinção de seus três agentes: 1) pesquisadoras feministas; 2) produção científica sobre gênero, mulheres e feminismo; e 3) teorias feministas. Enquanto o movimento internacional de teorias feministas pode ser analisado de acordo com os estágios apontados por Said (1988) e Möser (2008) através da revisão de literatura do tema, a movimentação das pesquisadoras e da produção científica demandam outras abordagens analíticas.

A circulação de pesquisadoras pode ser analisada no eixo Brasil-França, a partir da aplicação de entrevistas a um grupo selecionado a fim de elaborar o mapeamento de trajetórias pessoais, redes colaborativas de pesquisa e inserção em núcleos de pesquisa universitária. A seleção deste grupo deve se pautar pela análise prévia de publicações específicas que abordem as aproximações feministas entre os dois países. Assim, é válido observar os nomes referidos nos Boletins *Nosotras*, no *Círculo Brasileiro de Mulheres*, e também nas publicações brasileiras e francesas que tratem das temáticas sobre exílio das brasileiras na França, ou mesmo de temáticas recentes envolvendo a colaboração teórica das duas partes.

Já a circulação da produção científica pode ser verificada através da análise de conteúdos de periódicos específicos sobre gênero e feminismo de ambos os países bem como através das redes de colaboração internacionais, os quais podem ser considerados mediadores culturais no tráfico de teorias e discursos feministas entre os contextos de produção/recepção. Assim, podemos analisar elementos que indiquem diálogos, trocas teóricas e parcerias internacionais de pesquisa a partir da identificação de temáticas publicadas, traduções de obras francesas e brasileiras, identificação colaborações estrangeiras nos periódicos franceses e brasileiros, tanto em termos de autorias, quanto em termos de comitê editorial.

Nossa proposta metodológica, desenvolvida no capítulo 4 desta tese, pode ser sintetizada, portanto, nos seguintes eixos analíticos: realização de entrevistas semi-estruturadas com pesquisadoras, e examinação comparada de periódicos brasileiros e franceses que colaborem para o desenvolvimento do campo de estudo e pesquisa feminista.

Com vistas a reunir suporte teórico e metodológico para o mapeamento da circulação do pensamento feminista entre Brasil e França, pretendemos nesta seção apresentar o debate teórico em torno dos conceitos referentes à movimentação internacional de ideias. Procuramos estabelecer o entendimento da circulação do conhecimento feminista, destacando sua composição em termos de forma (pessoas, ideias e commodities), diferenciando seus três agentes e indicando um tratamento analítico específico para cada forma de circulação. Pudemos, da mesma forma, esboçar orientações metodológicas para a continuidade da proposta da pesquisa, a qual conta com estágios de recolhimento e análise de dados qualitativos.

Neste primeiro capítulo, procuramos apresentar um breve histórico da constituição do pensamento feminista, intrínseco à história do movimento feminista, apontamos contribuições teóricas feministas, e enfatizamos a sua independência de outras escolas do pensamento político e também sua autonomia. Abordamos a inserção do feminismo no campo do conhecimento científico, a partir da construção de uma epistemologia própria, atenta à especificidade do feminismo enquanto prática política e reflexiva. Nos capítulos 2 e 3, apresentaremos, respectivamente, os campos de pesquisa feminista brasileiro e francês, suas particularidades e desafios próprios, procurando destacar momentos de convergência ontológica e institucional envolvendo a difusão da produção teórica feminista.

2. Teoria Feminista e campo de pesquisa no Brasil

Os estudos sobre os percursos intelectuais do feminismo no Brasil contaram com a dedicação de diversas pesquisadoras brasileiras. Em uma trajetória que apresenta uma razoável produção sobre a condição da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, os percursos feministas do país já foram investigados por Eva Blay, Ruth Cardoso, Mariza Corrêa, Albertina de Oliveira Costa, Anette Goldberg, Miriam Grossi, Elisabeth Lobo, Sônia Miguel, Rose Marie Muraro, Eleonora Menicucci de Oliveira, Jacqueline Pitanguy, Celi Pinto Jussara Prá, Heleieth Saffioti, Cynthia Sarti, Fany Tabak, dentre muitas outras.

O feminismo brasileiro, que tem sua “primeira onda” deflagrada com a luta pelo direito ao voto das mulheres a partir de 1910, atravessou diferentes etapas, de forma não totalmente semelhante ao processo das ondas feministas caracterizadas pela literatura internacional (PINTO, 2010). Apesar do ostracismo da causa feminista durante e após o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil pôde contar com a atuação em nível internacional de Bertha Lutz para a promoção dos direitos das mulheres.

Lutz, que foi uma das primeiras representantes parlamentares do Brasil, tornou-se diplomata, contribuindo para a inserção da necessidade de igualdade de direitos entre homens e mulheres na Carta da ONU, documento que deu origem às Nações Unidas, na conferência de São Francisco, EUA, em 1945. Junto às delegadas do Uruguai, México, República Dominicana e Austrália, reiterou a necessidade da defesa dos direitos das mulheres na Carta e a criação de um órgão intergovernamental para a promoção da igualdade de gênero, enquanto a norte-americana Virginia Gildersleeve e assessoras britânicas se opuseram, classificando as propostas de “vulgares”²². Somando-se a Wu Yi-fang (China), Minerva Bernardino (República Dominicana) e Virginia Gildersleeve (EUA), foi uma das quatro mulheres representantes de quadros diplomáticos da época a assinar a Carta da ONU.

Entretanto, apenas Lutz e Bernardino de fato defenderam os direitos das mulheres. Lutz teve, portanto, um papel pioneiro na promoção da igualdade de gênero no mundo, atuando junto a outras lideranças latino-americanas progressistas, e suas posições foram determinantes para

²² Acesso em 18 de novembro de 2016 <<https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>>

estabelecer o primeiro acordo internacional a declarar os direitos das mulheres como parte dos direitos humanos fundamentais. A ideia de que as mulheres do Norte Global lideraram esse processo é equivocada. O legado da inclusão dos direitos das mulheres como pauta internacional é do Sul Global, embora apenas muito recentemente reconhecido²³.

Foi durante a década de 1970 que ocorre a maior expressão do movimento feminista no Brasil contemporâneo:

Articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares — que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (o que era uma lei antiga, mas não cumprida); movimentos políticos — aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais. Apenas começo por ele porque creio que é importante lembrar que no início dos anos setenta estávamos nos piores anos da ditadura militar que assumiu o governo do país em 1964: havia uma dura repressão às lutas da esquerda contra o regime — a tortura e a morte de militantes ou simpatizantes dos militantes eram uma presença constante na nossa vida cotidiana apesar, ou por causa, de sua ausência nos jornais — e um esvaziamento dos canais políticos tradicionais, com a censura aos jornais, a dissolução dos partidos políticos existentes e a permanente ameaça de cassação dos direitos políticos daqueles que ainda estavam atuando no cenário partidário (CORRÊA, Marisa; 2001, p.13-14).

Marcadamente na década de 1970, a resistência à ditadura militar permitiu que intelectuais e militantes feministas carregassem como uma das pautas principais do seu movimento a ideia de redemocratização do Estado brasileiro, possibilitando a difusão do debate sobre a igualdade entre mulheres e homens, direitos políticos e cidadania para as mulheres:

(...) o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias (SARTI, 2004, p. 35).

As mulheres, no período autoritário, não apenas lutavam contra a ditadura militar, mas, combatiam o poder masculino dentro das organizações de esquerda, as quais impediam sua participação em condições de igualdade com os homens. No contexto de combate à repressão política do Estado brasileiro, cabe contextualizar os percursos das organizações feministas:

A ideia de que o conceito de classe deveria ser priorizado em relação ao de sexo revelava, portanto, que a apropriação da linguagem masculina, marxista ou liberal, era

²³ De acordo com as pesquisadoras Elise Luhr Dietrichson e Fatima Sator. Acesso em 21 de novembro de 2016 <https://www.soas.ac.uk/news/newsitem114585.html> >

fundamental para se conseguir a aceitação na esfera pública masculina, que progressivamente se reconstituía. Era, portanto, uma estratégia de reconhecimento político e social fundamental num momento em que as barreiras para a entrada das mulheres no mundo da política eram pesadas demais, seja as impostas pela ditadura militar, seja as criadas pela própria dominação masculina, de esquerda ou de direita. As feministas se colocavam, assim, segundo a perspectiva marxista-leninista, como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua “missão histórica”, parafraseando o que a esquerda repetia em relação às suas tarefas para com o proletariado. Articulavam-se para fora, deste modo, com os outros movimentos de luta pela redemocratização no país e, deste modo, eram legitimadas (RAGO, 2003, p. 5)

Após este primeiro momento de afirmação do feminismo enquanto movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres, bem como pela redemocratização do país, as feministas passaram a propor uma nova concepção da política, ampliando os próprios temas que constituíam o campo das enunciações feministas na esfera pública (RAGO, 2003; SCAVONE, 2008; PINTO, 2010).

O perfil das feministas deste momento era bastante plural, contudo, o elemento em comum que as unia era a ideologia política de esquerda, que repudiava o regime autoritário e antidemocrático brasileiro:

É difícil traçar um perfil mais específico das feministas daquela época, já que elas eram atrizes de teatro – lembrar a atriz portuguesa radicada no Brasil, Ruth Escobar, por exemplo, que transformou seu teatro num importante local de discussão sobre a situação da mulher –, professoras universitárias, estudantes, sindicalistas, ativistas vindas de movimentos populares, jornalistas, etc. Creio que havia um traço comum à todas, pelo menos em São Paulo e no Rio, que foi onde circulei mais durante aqueles anos: eram mulheres de esquerda e eram mulheres profissionais ou em vias de se tornarem profissionais (CORRÊA, Op. Cit., p.15).

A maior visibilidade do movimento feminista brasileiro coincidiu com o retorno de exiladas políticas ao país e a luta pela redemocratização (ALVAREZ, 1990). Muitas mulheres que retornavam da Europa ao Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, haviam entrado em contato com as ideias de maio de 68 e foram apresentadas aos movimentos e debates de feministas europeias e norte-americanas da época. Em especial, o surgimento do *Mouvement Libération des Femmes (MLF)*, em 1970, e a explosão de novos grupos feministas nos Estados Unidos no contexto de reflexões teóricas pós-68, influenciaram na ampliação das pautas de discussão dos movimentos feministas, tais como a contraposição entre luta de classes e de sexos, a denúncia da violência contra as mulheres, a revalorização da sexualidade feminina, entre outras (FERREIRA, REA, 2012; SCAVONE, 2011; ABREU, 2010; GROSSI, 2004).

2.1 Feminismo brasileiro, exílio em Paris

Mais especificamente, em Paris, durante os anos 1970, algumas mulheres brasileiras participaram de grupos de discussão feminista, o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, do *Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* e também se envolveram da elaboração da revista *Nosotras*. Ademais, muitas mulheres exiladas na capital francesa investiram sua formação acadêmica em Ciências Humanas na direção de estudos feministas²⁴.

De acordo com Lucila Scavone (2011) o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* é um exemplo do contato estreito com o feminismo francês, ele abrigou brasileiras ligadas a partidos políticos e feministas autônomas que, ao regressarem ao Brasil, no começo dos anos 80, continuaram, em sua maioria, vinculadas ao movimento e/ou à produção acadêmica.

O contexto político europeu dos anos 1970 possibilitou o surgimento de diversos coletivos feministas formados por mulheres de diferentes países latino-americanos em países europeus²⁵. Segundo Maira Abreu (2013) esses grupos – cuja duração e dimensão foram bastante diversas – compartilhavam, em maior ou menor medida, ideias feministas em voga naquele contexto, tais como politização da vida cotidiana, autonomia, novas formas de organização etc.

Na França, uma das primeiras organizações feministas a surgirem foi o Grupo Latino-Americano de Mulheres, formado por mulheres de diferentes países da América Latina, uma parte delas exiladas, que realizou suas primeiras reuniões a partir do ano de 1972. Dentre suas organizadoras, o grupo contava com Danda Padro, filha do historiador e político marxista Caio Júnior Padro, exilada na França em 1970 após a prisão de seu pai no Brasil. Danda Padro estabeleceu contato com o movimento feminista francesa, e através dele conheceu Simone de Beauvoir. Influenciada pelo movimento feminista francês, Danda Prado, organizou reuniões mensais com as mulheres brasileiras e latino-americanos em Paris, onde aconteciam grupos de

²⁴ Se desconhece a existência de um levantamento pormenorizado sobre o desenvolvimento de Trabalhos acadêmicos – em especial, teses de doutoramento - de feministas brasileiras na França. Vários depoimentos sobre as trajetórias dessas pesquisadoras no exílio francês, especificamente relacionados com o tema “mulher e violência”, podem ser encontrados em: GROSSI; MINELLA; PORTO, 2006.

²⁵ Documentos internos do Partido Comunista Brasileiro (elaborados no exílio francês) relatam o surgimento de diversos organismos no exílio europeu dedicados à “questão da mulher” e que mantinham estreita relação com o partido a partir de 1973, entre eles: Grupo de Mulheres na Bélgica, Associação de Mulheres Democráticas de Lund (Suécia), Associação de Mulheres Brasileiras e Italianas (Milão), Grupo de Estudos (França). Ver ABREU, 2010, p.163.

reflexão, debates e projeções de filmes.

Em janeiro de 1974, o Grupo Latino-Americano de Mujeres publicou a primeira edição da revista *Nosotras* (para mais informações consultar Apêndice 1), sob a coordenação de Danda Padro, Mariza Figueiredo e Clélia Piza. A revista bilíngue (em português e espanhol) *Nosotras*, foi publicada até o segundo trimestre de 1976, totalizando 17 exemplares, que contaram com textos escritos pelas próprias integrantes do grupo, traduções e/ou reprodução de textos já publicados e contribuições de leitoras e de grupos feministas de diferentes países.

A influência e a proximidade com o movimento feminista francesa se evidenciava através das referências a textos e ações do movimento feminista na França discutidas na revista. Além das ligações com ativistas franceses, o grupo detinha uma rede ampla e internacional de contatos feministas. De acordo com Teresa Marques (2015), a edição de boletins feministas da década de 1970 com nomes semelhantes em vários países, como Brasil e Itália, mostrava que o Grupo de Paris contava com a sororidade internacional.

As redes internacionais desempenharam um papel importante no incentivo da participação das mulheres exiladas nos movimentos feministas. Contudo, Marques observou uma mudança do perfil dominante da participação do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Até 1975 o grupo era composto principalmente por mulheres muito intelectualizadas e influenciadas pelas obras feministas francesas e americanas. Após este ano, a composição do grupo foi se alterando em função do acolhimento à militantes chilenas, provenientes de grupos armados da esquerda, que tinham chegado à Paris depois do golpe militar do Chile.

O Grupo Latino-Americano de Mulheres, embora reconhecesse a importância do MLF e suas pautas políticas contextualizadas para cidadãs europeias, trazia como principal crítica a necessidade de afirmar a especificidade latino-americana para a reflexão feminista. Os boletins *Nosotras* refletiam essa abordagem feminista a partir do olhar latino-americano de mulheres exiladas na Europa por conta da perseguição política em seus países de origem:

Assim, o '*nosotras*' do qual falava o grupo era um 'nós mulheres', mas tratava-se principalmente de um 'nós mulheres latino-americanas' [...] Ao longo dos seus dois anos de existência, diversos foram os textos publicados que buscavam analisar diferentes aspectos da realidade da mulher latino-americana e sua particularidade. No Boletim n. 5, por exemplo, elas criticam as ideias de Herbert Marcuse desse ponto de vista. As ideias do autor sobre o movimento feminista, afirmavam, poderiam ter

validade para a sociedade norte-americana, mas não teriam “aplicação no marco da sociedade latino-americana”. A situação da mulher latino-americana seria “específica” e exigiria métodos de lutas também “específicos”. A elaboração de uma teoria feminista latino-americana, enfatizavam, deveria ser “uma tarefa dos grupos feministas no nosso continente”, pois, “assim como cabe à mulher, e não ao homem, a determinação de seu próprio combate, cabe às mulheres de cada país a determinação do caráter específico/geral de sua luta”. (ABREU, 2013, p. 560-61).

A criação do *Círculo de Mulheres Brasileiras* ocorreu em 1976 como consequência de uma série de divergências ideológicas surgidas no interior do *Grupo Latino-Americano de Mulheres* e do boletim *Nosotras*, do grupo feminista *Comité*, de matriz chilena, mas também em resposta a crescente demanda do fortalecimento de grupos de estudos feministas (ABREU, 2010, 2013). Sendo composto por mulheres brasileiras vivendo na França, sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, o grupo tinha como objetivo debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. As integrantes do *Círculo* traziam ressalvas a ideia da opressão:

“[...] consideramos entretanto, que essa opressão, embora específica, não se reflete da mesma forma para todas as mulheres de modo a permitir uma mesma unidade na luta e na organização. Assim, guardando nossa autonomia enquanto mulheres – cabe essencialmente a nós a nossa liberação – integramos nossa luta à de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira da existência mesma da exploração e da opressão” (ABREU, 2010, p. 172).

O *Círculo* ganha legitimidade face à comunidade exilada, torna-se conhecido pelo movimento feminista francês e se transforma numa das mais bem estruturadas organizações de brasileiros no exílio e no mais importante grupo feminista de exiladas desta nacionalidade, chegando a congregar em suas assembleias mais de oitenta mulheres (ABREU, 2010). Introduz na comunidade exilada uma questão relegada, impõe-se como grupo autônomo das organizações políticas e abre um novo horizonte para muitas militantes de esquerda.

Albertina Costa (1980), em *Memórias das mulheres do exílio*, organiza uma série de depoimentos de mulheres brasileiras exiladas em diversos países como consequência da perseguição política do Estado Brasileiro a partir de 1964²⁶. Em um primeiro momento, muitas mulheres exilaram-se no Chile, onde foi criado “Comité de mulheres brasileiras no exterior”

²⁶ Além da França, país que abrigou exiladas brasileiras e ao qual é dedicado um capítulo exclusivo na obra *Memória de mulheres no exílio* (1980), Capítulo IV - *Liberté, égalité, Humanité*, são também citados como destino Angola, Argélia, Bélgica, Canadá, Chile, Cuba, Dinamarca, Estados Unidos, Guiné Bissau, Inglaterra, Itália, Moçambique, Polónia, Portugal, República Federal da Alemanha, Suécia, Suíça, União Soviética e Uruguai. Ainda, por curtos períodos de tempo, são mencionados Argentina, México e Panamá.

também chamado “Comitê de mulheres brasileiras no Chile”, organizado por Zuleika Alambert. O grupo no Chile durou pouco tempo devido ao golpe militar no país, e centenas de exilados partiram para a França após 1973, incluindo-se a organizadora cuja militância política passou para uma ótica de fato feminista na Europa. Nos debates do grupo do Chile a militância era totalmente vinculada às ações e concepções das organizações armadas e pouco espaço havia para tratar da questão feminina (COSTA, 1980).

Especial importância é atribuída à Europa, em particular à França, na tomada de consciência sobre questões tais como a condição feminina na sociedade, o aborto e os métodos contraceptivos. Conforme os depoimentos publicados, a França nem sempre aparece como a primeira alternativa de destino, tendo em vista o idioma e a distância do Brasil, mas a concessão do status refugiados políticos às famílias brasileiras bem como a maior facilidade em obter trabalho e atendimento de saúde no país aparecem como fatores definitivos na escolha deste destino em comparação à Portugal, por exemplo. Este país, apesar de ter o idioma como facilitador, concedia apenas visto de turismo, o que trazia dificuldades ao acesso de serviços públicos (COSTA, Op.Cit).

A relação entre o feminismo francês e o brasileiro, iniciada nos anos 1970 destaca-se em comparação a relações com o movimento feminista de outros países que acolheram exiladas políticas (COSTA, 1980; ABREU, 2010; MARQUES, 2015). Há uma particularidade envolvendo facilidades burocráticas no processo de exílio político bem como na aproximação ideológica feminista. Conforme Karina Felitti (2015) tal particularidade também é percebida na relação entre o feminismo argentino e francês, considerando-se que a França acolheu mais de 3000 exilados argentinos (as) também perseguidos pelos governos militares do Cone Sul.

Dadas as circunstâncias, nos períodos sucessivos ao paradigmático ano de 1970 para o movimento feminista francês, havia a uma concentração de mulheres latino-americanas em Paris. Estas acessavam diálogos com um feminismo que assumia um status transnacional após a sua segunda onda, o qual visava a transformação de práticas sociais de atores não-estatais, a ampliação da cidadania da mulher e a transposição das fronteiras a fim de disseminar valores e ideias:

A força e a amplitude do movimento feminista francês foram extraordinárias, o que

ficou demonstrado com a legalização do aborto em 1975 e a sua influência sobre mulheres de outros países que se encontravam na França. Dessa forma, o caráter transnacional do movimento feminista francês se torna evidente. Ao oferecer solidariedade às latino-americanas refugiadas na França, o movimento possuía objetivos mais amplos, assim como outras organizações e movimentos solidários que passaram a emergir nesse momento. Interessava às feministas francesas alcançar militantes de outros países para assim, possibilitar uma transformação social com proporções mundiais (MARQUES, 2015, p.126).

A obra de Simone de Beauvoir é frequentemente citada entre as exiladas entrevistadas para a coletânea de memórias *Memória de mulheres no exílio* (1980). Beauvoir, além de ter sido uma das intelectuais precursoras do movimento feminista, foi uma das personalidades francesas solidárias às lutas dos exilados brasileiros na França (MARQUES, 2015). A aproximação de Beauvoir e do movimento feminista francês parece ter contribuído para um posicionamento político e militante particular às mulheres brasileiras vivendo em Paris.

2.2 A pesquisa feminista no Brasil

Em 1967, Heleieth Saffioti inaugurava os estudos sobre condição feminina no Brasil, através da defesa de sua tese de livre docência *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, sob a orientação de Florestan Fernandes, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Sua tese foi publicada pela editora *Vozes* em 1976, tornando-se um marco para os estudos feministas brasileiros. A discussão acadêmica sobre a condição das mulheres iniciava-se, portanto, em meio a um contexto nacional de repressão política, mas também de resistências de diversos tipos.

No final dos anos setenta, a euforia participativa da militância de esquerda fazia-se visível também na universidade. O corpo docente de então, predominantemente jovem e de esquerda, era composto por professoras e professores cujas trajetórias pessoais envolviam a participação política em partidos então ilegais ou em movimentos estudantis na década anterior, com passagem pela prisão ou o retorno recente de estadias forçadas no exterior. O contexto era assim favorável à discussão dos movimentos sociais que estavam presentes na sociedade mais abrangente e à discussão de ideias democráticas dentro das salas de aula.

Na Universidade Estadual de Campinas um grupo de alunas e professoras da área de Ciências Sociais criou um grupo de reflexão feminista, organizou três Semanas da Mulher, em 1978, 1979 e 1980, e partiu para a pesquisa com mulheres. Outros professores e alunos participavam do movimento de homossexuais – tanto de um dos

seus grupos mais importantes, o grupo Somos, quanto da fundação do pioneiro jornal gay *Lampião de esquina*, ambos criados em São Paulo em 1978 (CORRÊA, 2001, p.16).

Devido à ditadura militar, o feminismo se desenvolve com algumas particularidades, assume um caráter marcado pela luta de classe e contra a ditadura que marca as primeiras publicações feministas dos anos 70 vide os Jornais *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*, (GROSSI Op. Cit.; COSTA, SARDENBERG, 2014). A essa característica, juntava-se a preocupação com a pesquisa das integrantes do movimento feminista, em sua maioria intelectualizada e oriunda de camadas sociais médias.

Assim, construía-se uma face igualmente importante do feminismo, a face acadêmica, muitas vezes de forma híbrida, com ativistas que principiaram nos coletivos informais dos anos 1970 e seguiram carreiras profissionais nas universidades, sendo pioneiras na constituição de núcleos de estudos e pesquisas em anos subsequentes, além de destacado papel na docência (GONÇALVES; PINTO, 2011).

A partir de 1975, conforme Goldberg (1989) explica, uma geração de pesquisadoras passava a eleger as mulheres como seu objeto de estudo de dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado predominantemente nas áreas da Sociologia da Educação e do Trabalho, descritivas e quantitativas em sua maioria. Nesse mesmo período, a Fundação Carlos Chagas, através da sua publicação *Cadernos de Pesquisa* teve importância fundamental no fomento, no respaldo institucional e na divulgação de tais estudos.

Em 1979, um passo importante no incentivo à produção científica nesta área será dado com a criação do Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho na ANPOCS²⁷ e, posteriormente, em 1980, na mesma Associação, com a criação do GT Mulher e Política (COSTA; SARDENBERG, 2014; GROSSI, 2004; PRÁ, 2016b). O GT Mulher na Força de Trabalho, criado pela professora Heleieth Saffiotti; e o GT Mulher e Política, pela professora Fanny Tabak. Os dois grupos contaram com a presença de professoras e pesquisadoras que são referência nacional e internacional nos estudos feministas e de gênero tais quais Eva Blay, Ana Alice Costa, Albertina de Oliveira Costa, Eleonora Menicucci, Lourdes Bandeira. A atuação em separado dos grupos findou em 1989, quando foram unificados no GT - Estudos das Relações

²⁷

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, criada no Brasil em 1977.

Sociais de Gênero. O novo grupo passou a se reunir a cada dois anos até ser extinto, sob a alegação de não ter sido cumprido o prazo para renovação dos GTs (PRÁ, Op.Cit).

Durante a década de 1980, deu-se início à criação dos núcleos universitários de estudos sobre mulher. Eles surgem inicialmente no Rio de Janeiro, expandindo-se para demais localidades brasileiras, de norte a sul:

No mesmo ano [1980], será criado o primeiro núcleo de estudos em uma universidade brasileira, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fruto da iniciativa de Fanny Tabak, a criação deste Núcleo será um exemplo a ser seguido, imediatamente, por muitas outras estudosas em outras regiões do país. Já em 1981, surge o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), na UFCE e, em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da UFBA. Em 1984, são criados mais três núcleos nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais. Neste mesmo ano, dá-se a realização do Seminário de Pesquisas Zahidé Machado, em Salvador, promovido conjuntamente pela Fundação Carlos Chagas e o NEIM, com o apoio da Fundação Ford. (COSTA; SARDENBERG, 2014, p. 33).

A criação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM), na Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1984, na ocasião da defesa da dissertação de mestrado de Jussara Prá, contou com o apoio da professora Fanni Tabak para integrar a banca examinadora da dissertação. Foi Tabak quem criou o primeiro grupo desse tipo no Brasil, no Rio de Janeiro, e estimulou professoras de diferentes universidades a fazer o mesmo.

O Núcleo, hoje associado à linha de pesquisa Teoria Política e Participação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, e coordenado por mim, atua, desde a sua fundação, como articulador de programas e ações no meio acadêmico e como canal de ligação entre a Universidade e a Comunidade Rio-grandense. Permite-me falar um pouco de nossas realizações, entre elas, o fomento ao ensino e à pesquisa sobre as mulheres e as relações de gênero; a realização de eventos e a nossa participação em fóruns científicos locais, nacionais e internacionais. As quedas de braço para transformar um Fórum de Gênero e Direitos Humanos em um Grupo de Trabalho (GT), e ter o espaço merecido no Seminário de Ciência Política do nosso Programa de Pós-Graduação. Conseguimos. Somos GT já em duas edições do evento e temos reconhecimento por nossas sessões figurarem entre as mais procuradas, seja pela quantidade de resumos recebidos seja pela audiência. As e os integrantes do grupo levam a sério a missão do Núcleo de formar uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero.

[...]

Menciono entre os frutos dessa incidência, a criação, em 2008, do Grupo de Pesquisa do CNPq “Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”. Este grupo, do qual sou líder, focaliza: relações de gênero, cidadania, políticas públicas, socialização, cultura política, empoderamento, comportamento político, capital social, novas institucionalidades e mecanismos internacionais de promoção dos direitos humanos das mulheres (PRÁ, 2016, p.9-10).

Tanto a Fundação Carlos Chagas quanto a Fundação Ford exerceram um papel fundamental de incentivo às pesquisas universitárias feministas no Brasil durante a década de 1980. A década da Mulher (1976-1985), instituída após a Conferência Mundial sobre Mulher (México), de 1975, evidenciou a legitimidade conferida pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos aportes de gênero e às pesquisas feministas. À época, a pesquisa no Brasil era coordenada pela Fundação Carlos Chagas e financiada pela Fundação Ford, seguindo o proposto na I Conferência Mundial sobre Mulher (México), de 1975, assim como as reivindicações oriundas do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU no mesmo ano. O apoio das fundações continuou existindo, sendo que na III Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi (1985), evento de encerramento da década onde os resultados dos projetos, incluído o diagnóstico brasileiro e o de outros países, foram apresentados. O empenho desta instituição em tornar as mulheres visíveis persistia:

Basta lembrar, por exemplo, a omissão dos pesquisadores no estudo pré-eleitoral, de 1982, quando lhes foi solicitado dedicar um espaço do seu relatório à participação política das mulheres. Por isso mencionei a Fundação Ford como a fonte daquela solicitação, pois percebi algum tempo depois o empenho desta instituição em tornar as mulheres visíveis. Nesse sentido, no espaço de uma década (1978-1988), a Fundação FORD e a Fundação Carlos Chagas promoveram um dos programas de dotações mais abrangente para potencializar pesquisas e publicações sobre mulher no Brasil (PRÁ, 2016b, p. 15).

Com a disseminação da categoria de análise Gênero, a partir de 1990, irá se constatar um impulso no processo de criação dos núcleos, sendo que a partir desta década, estes incorporarão a definição de Gênero em seus nomes, em contraposição aos núcleos de estudo sobre a mulher da década anterior. Costa e Sardenberg (Op.Cit.) constataam a existência de cerca de quarenta núcleos de estudos sobre a mulher e/ou relações de gênero vinculados a instituições de ensino superior no Brasil. As autoras veem no momento atual de proliferação dos núcleos da mulher nas universidades brasileiras desdobramentos do feminismo contemporâneo no Brasil que merecem ser explorados. Ressaltam, no entanto, a aparente resistência por parte da comunidade científica brasileira em incorporar esta perspectiva e propõem reflexões sobre de que maneira e em que medida os núcleos têm contribuído ou poderiam contribuir no sentido de vencer os obstáculos existentes.

Para Costa e Sardenberg (Op. Cit.) as indagações sobre a permeabilidade das pesquisas feministas na universidade podem ser um exercício de autocrítica para as pesquisadoras

vinculadas aos núcleos em questão. Enquanto participantes do NEIM, elas assumem sua responsabilidade para a formação de uma consciência crítica feminina e para suscitar uma reflexão profunda dos fatores diversos geradores da opressão e exploração da mulher em nossa sociedade assim como de outros aspectos da dinâmica das relações de gênero. Reiteram, também, a necessidade em difundir o conhecimento da trajetória de lutas, conquistas e questões relativas ao movimento de mulheres, capaz de fornecer dados efetivos para que as mulheres possam atuar criticamente e se engajar nestas lutas.

As pesquisadoras da área têm consenso ao relatar as dificuldades em tratar de gênero e feminismo no campo acadêmico. O questionamento por parte de demais colegas universitários quanto à validade de suas pesquisas, no entanto, servem como estímulo e indicam a necessidade de discussão de temáticas relacionadas à discriminação acadêmica e às violências veladas:

Deve ser feito o registro de que se chegava quase ao final do milênio sem ter a legitimidade necessária para discutir o tema mulher na universidade. Embora eu tenha recebido estímulos para prosseguir na área escolhida, entendo terem sido muito desagradáveis os questionamentos quanto à validade de estudar as mulheres e as ressalvas de que elegê-las como objeto de estudo poderia ser uma escolha equivocada para quem pretendesse uma carreira acadêmica. De qualquer modo, sou grata àqueles pesquisadores de 1982 pela oportunidade de poder definir minha trajetória acadêmica, a partir da sua negativa. (PRÁ, 2016b., p. 15-16).

Já o espaço para publicações feministas é conferido graças a uma série de revistas científicas das ciências humanas, e em especial à Revista Estudos Feministas, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Cadernos Pagu publicação do núcleo de mesmo nome na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), hoje outra importante revista na área no Brasil, as quais garantem a exclusividade dos estudos sobre mulher e gênero em suas publicações. A *Revista Estudos Feministas (REF)* foi publicada pela primeira vez em 1992, e os *Cadernos Pagu*, um ano mais tarde, em 1993.

O vigor destas duas publicações, às quais se somaram nos últimos anos, as revistas *Gênero* - publicada pelas pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense - e *Espaço Feminino* pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia, mostra o quanto o campo de estudos feministas e de gênero se consolidou nos anos 90 (GROSSI, 2004, p. 213).

A década de noventa refletiu a construção de uma tradição de pesquisa sobre mulher e gênero no Brasil. Os Cadernos Pagu foram resultado do trabalho de integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, que mapeava os avanços na produção sobre gênero e seus impasses.

A revista foi criada em um momento em que os estudos de gênero já contavam com alguma legitimidade acadêmica no país e a intenção era ampliar sua visibilidade, difundindo e estimulando a produção de conhecimento na área. Dentre as instituições que apoiaram o núcleo e a revista, estão a FAPESP, FAEPEX (Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, da Unicamp) e, sobretudo, CNPq²⁸, que concedeu o apoio mais relevante em termos de recursos e de continuidade a partir de 1996 (Página do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2017).

A REF pôde ser lançada com apoio inicial da Fundação Ford, no Rio de Janeiro, migrando anos mais tarde para Santa Catarina, onde passou a contar com outros apoios - como do CNPQ/Finep - e vem contribuindo para a consolidação do campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil, tornando-se uma referência obrigatória para pesquisadoras e pesquisadores das mais variadas áreas disciplinares (GROSSI, 2004).

O campo de estudo feminista foi fortemente marcado pelo investimento que algumas agências estrangeiras fizeram no desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Voltamos a mencionar a parceria entre a Fundação Ford e a Fundação Carlos Chagas, a qual destaca-se dentre as instituições que possibilitaram a emergência deste campo de estudos no Brasil. Durante 20 anos (de 1978 a 1998), duas centenas de novos pesquisadores foram apoiados pelo importante concurso de dotações para pesquisa sobre mulher e gênero.

O apoio da FORD, que fora fundamental para a criação e reconhecimento nacional e internacional da REF - lembre-se do colóquio França/Brasil/Québec que reuniu pesquisadoras de língua francesa em 1994 no Rio e que resultou num número especial acabou por outro lado sendo uma armadilha para a continuidade da revista no Rio de Janeiro, uma vez que toda a estrutura editorial dependia destes recursos (GROSSI, 2004, p.216)

No entanto, os investimentos estrangeiros na pesquisa feminista brasileira sofreram um revés ainda nos anos 90, conforme narra Miriam Grossi:

Esta foi de alguma forma a conclusão a que chegaram duas pesquisadoras latino-americanas contratadas pela Fundação Ford no decorrer dos anos 90 ao avaliar que o campo de estudos de gênero no Brasil estava bastante consolidado e que não era mais tão necessário investimentos estrangeiros nesta área no Brasil. Entre as críticas feitas em documento de circulação restrita, diziam que as acadêmicas brasileiras haviam sido cooptadas pelas instituições acadêmicas e que haviam perdido a capacidade crítica característica do ideário feminista. Foi esta avaliação, que de alguma forma, permitiu

²⁸ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

que a *REF* perdesse o financiamento da Ford e, de forma indireta viesse para Santa Catarina (Op.Cit, p. 213).

Neste mesmo período desenvolveu-se a pós-graduação no Brasil e consolidaram-se importantes grupos de trabalho sobre mulher e gênero nas principais associações científicas das ciências humanas e da área de letras.

No Brasil, o debate teórico feminista foi recepcionado por diferentes áreas acadêmicas e por suas respectivas redes, a exemplo das Associações Brasileiras de Antropologia, História, Sociologia e Estudos Populacionais. Em termos de Associações Internacionais já há espaços tradicionais e legitimados, tais quais LASA²⁹ ou a ALACIP³⁰. Conforme lembrado por Jussara Prá (2016b), o Seminário Internacional Fazendo Gênero, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, remete à criação de um espaço específico para esse debate no Brasil. Já em sua 11ª edição, desta vez em parceria o próximo evento “13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11 - Transformações, Conexões, Deslocamentos”, destaca-se pelo amplo alcance acadêmico de suas atividades.

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) teve a Área Temática (AT) Gênero, Democracia e Políticas Públicas, fundada recentemente pelas professoras Jussara Prá (UFRGS) e Luzia Alvarez (UFPA). A proposta de criação da área foi aprovada durante a realização do 8º Encontro ABCP, realizado em Gramado, RS, em agosto de 2012. Naquela ocasião foi realizado o Fórum Gênero, Democracia e Direitos Humanos, e já no encontro seguinte da ABCP as atividades do grupo estavam regulamentadas e passaram a fazer parte da programação do evento.

O debate teórico feminista marca hoje presença nas diversas associações acadêmicas nacionais no campo das ciências humanas e da filosofia, sendo também temática referência de periódicos científicos. Além da *REF* e dos *Cadernos Pagu*, o campo científico feminista no Brasil conta com as publicações da *Labrys*, *Revista Feminismos*, *Revista Gênero*, *Revista Ártemis*,

²⁹ Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA - Latin American Studies Association) é a maior associação profissional do mundo composta de indivíduos e instituições dedicadas ao estudo da América Latina. Dentre suas 38 seções temáticas, está a de Gênero e Estudos Feministas.

³⁰ Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP) é uma organização internacional sem fins lucrativos científica, composto por acadêmicos, pesquisadores e profissionais *para promover o desenvolvimento de estudos de ciência política na América Latina e no Caribe*. Possui 21 grupos de trabalho, dentre os quais está o grupo de Gênero e Política.

Revista Gênero na Amazônia, Revista Gênero e Direito, Caderno Espaço Feminino, dentre outras. No que tange à inclusão e integração da discussão teórica feminista aos campos de discussão teórica social e política, destacamos aqui o papel da *Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP)*, cujos esforços seguem esta direção ao tratar das mais diversas temáticas do campo da teoria política. Flavia Biroli (2012), participante do corpo editorial da revista, enfatiza a especificidade da contribuição feminista na análise especialmente das relações de poder dominantes na sociedade. A autora, entretanto, identifica uma série de desafios à inserção da teoria política feminista no campo científico brasileiro. Segundo ela, embora a atual conjuntura política nacional evidencie uma complexidade que requer discussões teóricas aprofundadas e conectadas, os estudos de ciências sociais no Brasil pautam-se por modelos de análises limitantes:

No Brasil, a penetração da teoria política feminista ainda é incipiente. A maior parte da ciência política, aqui como em outros países, se prende a modelos simplistas, que estilizam por completo as motivações dos agentes políticos e se limitam a um conjunto bastante restrito de questões, sobretudo os processos eleitorais, o comportamento legislativo e as relações entre os poderes. É uma ciência política sem pegada teórica, fortemente vinculada ao senso comum, portanto incapaz de aderir à agenda de pesquisa que a teoria feminista abre. (*ibid*, p. 10).

A agenda de pesquisa da teoria feminista requer a expansão do debate teórico da ciência política, bem como o aprofundamento do debate epistemológico e das teorias do conhecimento.

Afinal, se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 26).

Margareth Rago (Op.Cit.) sublinhou a necessidade de aprofundar um debate brasileiro sobre a pertinência de uma teoria do conhecimento feminista. De lá para cá outras autoras brasileiras avançaram nesta direção tentando demonstrar como a ótica feminista poderia contribuir para transformar a produção científica nacional, muito especialmente no campo das

ciências sociais, empregando não apenas um arcabouço conceitual diferenciado, como também redescobrimo temas de pesquisa e empregando metodologias de forma a reduzir o caráter instrumental de uma concepção de ciência criada em berço positivista (SAFFIOTI, 2001; DINIZ; GUILHEN, 2008).

Em se tratando das perspectivas teóricas feministas brasileiras, reiteramos a relevância da produção teórica feminista brasileira para a construção de olhares críticos aos modelos democráticos latino-americanos, os quais vislumbram desafios epistemológicos de agenda de pesquisa acadêmica e sociopolíticos. Entendemos aqui a importância da teoria feminista para questionar a normatização patriarcal, compreender, descrever ou explicar a opressão e exploração das mulheres e lutar pela sua superação, assim como identificar quais estruturas sociais e processos de interação mantêm a dominação masculina e a subordinação feminina. As análises teóricas feministas têm, por consequência, a prática política como objeto para as reflexões acerca do papel do feminismo construção de espaços democráticos orientados pela equidade de gênero, respeito às diversidades e promotores da emancipação.

O campo de pesquisa feminista brasileiro tem cerca de 50 anos diferenciando-se, portanto de outras tradições intelectuais do ocidente onde os estudos sobre mulheres remontam ao período entreguerras do século XX. Em um contexto de repressão política, ele surge com a peculiaridade de trazer consigo o caráter de luta por espaços democráticos, na sociedade e na academia. De estudos sobre a condição feminina, surgem grupos de estudo que por sua vez ocupam espaços nas associações universitárias de ciências humanas, surgem núcleos de pesquisa e revistas acadêmicas os quais contam com o apoio inicial de fundações estrangeiras para pesquisa. Em duas décadas, de 1970 a 1990, de trabalho pesquisa e trocas internacionais, pôde se firmar um campo de estudos feministas e de gênero. Este percurso é permeado de desafios que surgem a nível individual, conforme as trajetórias de pesquisadoras feministas relatam, chegando ao nível institucional. Em todos esses níveis, os desafios abarcam a constante necessidade de rebater argumentos que deslegitimam a validade de tais estudos.

3. Teoria Feminista e campo de pesquisa na França

O campo do feminismo na França é vasto e conta com análises de diversas áreas das ciências humanas e sociais. Neste capítulo procuramos abordar alguns momentos históricos que consideramos válidos de serem justapostos à proposta de pensar a circulação internacional do pensamento feminista. O enfoque pretendido alinha-se à análise da projeção internacional de pautas do feminismo francês, a qual foi instigada não apenas, mas principalmente pela insurgência do Movimento de Liberação das Mulheres (MLF) na década de 1970. Este movimento possibilitou a expansão do feminismo tanto no campo dos movimentos sociais, quanto no campo da pesquisa científica na França.

A centralidade do MLF em nossa abordagem deve-se a sua contribuição fundamental para a cientificidade do campo de estudos feministas (SCAVONE, 2011a). O MLF francês, fortemente inspirado na obra “O Segundo Sexo”, e apoiado por Simone de Beauvoir, surgia no cenário político pós-68 como contra-poder, (des)construindo saberes, discursos e as práticas fomentadoras das relações de poder entre os sexos. A partir da apresentação de fundamentos históricos, teóricos e políticos, pretendemos apresentar debates feministas surgidos no contexto do pensamento social francês contemporâneo e em diálogo com outras linhas de pensamento feminista do mundo.

3.1 Feminismo Francês

A caracterização de feminismo francês é bastante polêmica. Apesar de ser um termo utilizado de forma usual, não são poucas as autoras que questionam os fundamentos dessa caracterização. O feminismo francês, embora possa ser considerado como uma corrente feminista de grande influência, considerando, por exemplo, a enorme repercussão dos escritos de Simone de Beauvoir, fica sujeito a reduções e distorções de ordem ideológica e política. Ao longo das últimas décadas do século XX, foram-se difundindo, em manuais de filosofia política, teoria política e de estudos sobre a mulher definições acerca do *french feminism*, cuja marca básica é a defesa do essencialismo feminino e vinculação à psicanálise francesa.

Diversas pensadoras buscam dimensionar a existência de uma tradição francesa nos estudos feministas. Por exemplo, Dani Cavallaro (2003) apresenta um amplo panorama da abordagem feminista francesa, tratando de diversos temas como a articulação entre subjetividade

e linguagem, a questão do *embodiment*, o papel das instituições públicas e privadas na interpretação das relações sexuais, a relação sexo, gênero e raça, entre outros. De acordo com o referido livro, a contribuição francesa atual às pesquisas feministas estaria cindida entre um feminismo da igualdade e um feminismo da diferença.

Kelly Oliver e Lisa Walsh (2004), por sua vez, analisam o feminismo contemporâneo francês desde a perspectiva do papel que essas pensadoras tiveram na modelagem do debate internacional. Assim sendo, as autoras localizam a perspectiva francesa desde o ponto de vista do desenvolvimento das três ondas do feminismo. Uma primeira onda que na França nasce com as *suffragettes*, mas, se consolida com o debate proposto a partir do Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, e a caracterização de tudo o que envolve o “tornar-se mulher”. Avança a partir do Maio de 68 quando o prisma da igualdade é ampliado, novas questões ingressam no debate e a problemática da diferença começa a ganhar relevância e se consolida uma segunda onda do feminismo:

Refutando muitas das premissas teóricas mais básicas da análise de Beauvoir, as feministas da segunda onda abordam a problemática da dominação masculina a partir do que muitas vezes foi vista como uma posição mais abstrata e menos pragmática ao tentar desvendar as mais profundas manifestações simbólicas de outra feminilidade. Em particular, elas buscam repensar aquelas diferenças sexuais psicologicamente fundamentadas relacionadas à intrincada dinâmica de significado, poder e linguagem. (OLIVER, WALSH, 2004, p.3)

A partir da segunda onda do feminismo francês surge o elemento que, possivelmente, é o ethos que identifica a especificidade dessa contribuição, mais precisamente a realização de um ‘giro psicanalítico’ nas análises sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade. Em resumo, ganha relevância a descoberta do papel do inconsciente na constituição da dominação masculina e sua recepção por homens e mulheres.

Mais especificamente essa é a questão que dá densidade à terceira onda do feminismo francês e o crescimento dos estudos, por exemplo, sobre linguagem, literatura e subjetividade. Essa mudança de horizontes, em boa medida, alimentou críticas por parte de outras feministas, especialmente preocupadas com o apoliticismo de muitas das abordagens centradas a partir das proposições lacanianas relacionadas tanto com a revalorização da linguagem, quanto com a “interação” entre o real, o simbólico e o imaginário.

Numa comparação com o feminismo anglo-saxônico, por exemplo, Judith Still (2007) sublinha que o grande desinteresse de boa parte das atuais feministas francesas por questões de classe e raça reflete o baixo impacto dos estudos pós-coloniais no ambiente feminista francês. Isso justificaria a ausência, por exemplo, de uma maior inclusão do tema da diversidade cultural nos estudos franceses sobre o tema.

Se considerarmos embates e disputas acerca de conceitos teóricos como uma das características necessárias para a definição de um campo científico, como afirma Pierre Bourdieu (2014), as polêmicas sobre o desenvolvimento de uma teoria feminista francesa contemporânea são ilustrativas em termos dos diferentes horizontes epistemológicos que encontram guarida no interior dos estudos da área.

Não são poucas as autoras que falam no legado do feminismo francês. No Brasil investigadoras dedicadas ao estudo da pauta feminista pós-redemocratização, assim como ao legado das feministas que no exílio desenvolveram uma militância relacionada com a problemática da mulher, apontaram para a influência de um feminismo francês não só no Brasil, como em outros países da América Latina (ABREU, 2010; CARVALHO, 2014; BALBUENA, 2014; NASH, 2006; SCAVONE, 2008).

3.2 Pensamento feminista na França

Se olharmos para este contexto de embates e disputas acerca de conceitos teóricos como uma das características necessárias para a definição de um campo científico, de acordo com Bourdieu, precisaremos atentar-nos ao desenvolvimento deste campo de estudos feministas na França. Assim como a consituição de um campo científico feminista ainda rende grandes questionamentos e discussões no Brasil, no contexto francês não foi diferente.

A Europa pós-Maio de 68 é responsável pela eclosão de uma nova fase do feminismo, a qual impulsionou os estudos e pesquisas sobre “as mulheres” (tal como estes estudos foram inicialmente denominados). Munido de uma crítica radical ao patriarcado, o feminismo deste momento histórico preocupava-se em denunciar a opressão das mulheres no espaço público e no espaço privado, partindo de um olhar político libertário, o qual visava à autonomia política, tratando das relações entre os sexos sob um prisma até então inexplorado. Surgiam então as

discussões até então abafadas que tratavam das relações pessoais e políticas entre os sexos, tais como a questão da livre escolha da maternidade, da sexualidade; do acesso à contracepção; do aborto; da violência e do trabalho doméstico (SCAVONE, 2011a).

MLF e Estudos feministas pós-68

Um dos marcos desta nova onda feminista na França foi a publicação, em julho de 1970, do número especial da revista *Partisans "Liberation des Femmes/Année Zero"*, que contou com uma apresentação do Movimento de Liberação das Mulheres (Mouvement de Libération des Femmes - MLF) e com militantes ligadas aos partidos políticos de esquerda e de extrema-esquerda - trotskistas, maoístas, libertárias, socialistas, comunistas. Esta publicação evidenciava a emergência de novas ideias do pensamento feminista e de uma nova esquerda, bem como as principais preocupações teóricas e políticas do movimento francês: 'luta de classes ou de sexos'; 'o trabalho invisível'; 'o mito da frigidez e do orgasmo feminino'; 'política sobre o aborto'; 'economia política da liberação das mulheres', 'o estupro'; 'a maternidade', entre outros .

Rose Marie Lagrave, no artigo *Pesquisas Feministas ou pesquisas sobre as mulheres?* (1990), analisa a gênese e as modalidades de constituição do campo de estudos feministas em suas relações com o campo científico. A autora afirma que na França os estudos sobre as mulheres foram um aporte do *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF), e perturbaram a ordem científica estabelecida, visto que constituíam simultaneamente uma crítica epistemológica, política e institucional à ciência que exclui os estudos sobre as mulheres do escopo de objetos científicos legítimos.

O MLF francês surgiu no início dos anos 1970 enquanto *contra-poder*, questionando discursos e práticas que fundamentavam as relações de poder entre os sexos. Esse movimento teve uma participação fundamental na constituição do campo de estudos feministas, na medida em denunciava a exclusão das mulheres dos espaços públicos, incluindo-se o espaço da produção científica (SCAVONE, 2011a; LAGRAVE, 1990). Este movimento feminista possuía uma tática política original em relação às dos tradicionais dos partidos políticos: afirmava-se como movimento identitário (as mulheres, como sujeito histórico) e fazia uso do princípio de '*non-mixité*' excluindo os homens de suas lutas, tal qual o Movimento Negro (*Black Power*) norte-americano excluiu seus aliados brancos para conduzir seu próprio combate (SCAVONE, 2011a).

Se a desconstrução de saberes, discursos e práticas opressoras estavam no núcleo das críticas feitas pelo MLF, a inserção dos debates feministas no meio acadêmico não passou imune a críticas do movimento. De acordo com Lagrave (1990), os estudos sobre as mulheres tiveram espaço na universidade após maio de 1968, graças ao apoio de acadêmicas pioneiras e às críticas ao aparato universitário conservador da época. Muitas militantes feministas com vocação acadêmica buscavam conciliar militância e pesquisa ou dar continuidade ao militantismo através da pesquisa. Para o MLF, contudo, esta reconversão era uma traição, pois via na universidade e na pesquisa redutos de competitividade profissional nos quais o engajamento das mulheres não era bem-vindo. Para o MLF, as intelectuais vendiam a luta das mulheres à Universidade e tiravam proveito próprio em detrimento do aproveitamento coletivo, além disso, o discurso científico era visto pelo grupo, por definição, como androcêntrico e marcava uma regressão com relação ao então emergente “discurso das mulheres” (LAGRAVE, Op.Cit).

As divergências quanto à possibilidade de interação dos estudos feministas com a academia caracterizaram os debates no interior do MLF francês (BARD, 2003). A exemplo, Lagrave (Op.Cit.), vê na integração institucional característica do conjunto de estudos feministas um elemento de esmaecimento do caráter subversivo em proveito da inclusão marginal e desvalorizada deste no campo científico. Havia militantes totalmente contrárias à institucionalização acadêmica do feminismo, bem como aquelas favoráveis, embora com um posicionamento crítico (SCAVONE, 2011a; BARD, 2003), o que mostra que a relação entre o Movimento Feminista e os estudos feministas e de gênero não ocorreu sem tensionamentos. Pode-se afirmar que foram as ideias feministas radicais dos anos 70 contra uma ordem política familiar, sexual, doméstica e social tradicionais, que deram o impulso à possível construção de um campo de estudos feministas e de gênero.

O feminismo francês, apesar de sua inegável contribuição ao desenvolvimento do campo intelectual, não deixa de ser criticado por algumas teóricas que o pensam desde sua gênese. Michelle Perrot, historiadora, em entrevista concedida à Ingrid Galster (2003), vê, a partir de sua trajetória acadêmica, o feminismo francês como paradoxal; sua influência é forte e suas estruturas são fracas. Para Perrot, conta-se com um pequeno número de associações francesas feministas,

sendo que uma das poucas remanescentes da época heroica dos anos 1970-75 é a *Choisir*³¹, graças a Gisèle Halimi.

Choisir inicialmente foi um movimento de luta pela descriminalização do aborto, tendo sido criado por Gisèle Halimi e Simone de Beauvoir em 1971. Este movimento surge junto ao MLF, o qual se cristalizou no fim da década de 1960, em um cenário político permeável a um pensamento feminista que distinguia claramente sexualidade da reprodução e reivindicava para as mulheres o direito de decidir soberanamente sobre seu próprio corpo. Para Perrot, o feminismo na França inspira revistas acadêmicas: *Nouvelles Questions Féministes* (organizada por Christine Delphy), *Cahiers du GRIF* (organizada por Françoise Collin), *Clio e Lunes*. Além disso, o feminismo inspira também numerosos colóquios científicos ou políticos, a exemplo dos colóquios de 1999 dedicados ao aniversário de 50 anos da primeira publicação de *O Segundo Sexo*.

Feminismos da igualdade e da diferença

Para muitas autoras (CAVALLARO, 2003; GALSTER, 2003; PERROT, 2013; OLIVER&WALSH, 2004; SCAVONE, 2011a) há dois principais paradigmas feministas na França que regem suas estruturas teóricas: o feminismo igualitário e o feminismo da diferença. O feminismo igualitário e universalista tem como principal referência o pensamento crítico de Simone de Beauvoir, permanece majoritário na França. As igualitaristas denunciam as armadilhas do universal tal qual ele foi construído, no entanto, mesmo dentro do paradigma do feminismo igualitário há cisões no que tange à ideia de paridade. Elisabeth Badinter, Danielle Sallenave, Elisabeth Roudinesco e Evelyne Pisier, por exemplo, recusavam a paridade como sendo contrária ao individualismo universal. Outras feministas igualitárias defendiam a paridade como medida para conduzir ao universal, que todavia continua sendo um objetivo, não uma realidade (GALSTER, 2003; SÉNAC, 2015).

No paradigma do feminismo da diferença, também há bifurcações teórico-analíticas: há a corrente que fala de dois sexos radicalmente diferentes, tal como defende Antoinette Fouque; e a corrente das que fala de dois gêneros produzidos pela cultura e pela história. A prática

³¹ *Choisir* significa «escolher» em francês

produz diferença, uma diferença que as mulheres podem introduzir no campo político, não porque elas são mulheres, mas porque elas existem como mulheres (GALSTER, Op.Cit.).

O diferencialismo está em nítido recuo, acompanhando a profunda crise da psicanálise. As teses da “escrita feminina” não têm mais validade, Nathalie Sarraute e Monique Wittig, figuras referenciadas neste campo, negam sua existência há muito tempo. As pesquisas de maior relevância são as das ciências sociais: Sociologia (conforme a revista do MAGE, Travail, Genre et Sociétés, n. 1, 1999), Antropologia (conforme Françoise Héritier, Masculin/Féminin: la pensée de la différence, Odile Jacob, 1996; Nicole-Claude Mathieu, etc.), História (Galster, 2003). Na área da filosofia, cita-se Geneviève Fraisse e Françoise Collin como principais colaboradoras do pensamento feminista contemporâneo, as quais se situam como anti-essencialistas, propondo-se, no entanto, a ultrapassar este debate.

Christine Delphy e a invenção do French Feminism

Desde uma perspectiva crítica uma das autoras que apresenta questionamento contundente sobre a teoria feminista francesa é Christine Delphy (1995). A referida autora feminista constrói sua crítica na publicação “*The invention of French feminism: an essential move*”, onde condena o termo *french feminism*, inventado pela literatura norte-americana. Delphy argumenta que o termo anglófono não descreve o feminismo na França, e as feministas deste país não têm um nome particular para o seu feminismo, assim como as feministas americanas não chamam o seu feminismo de “feminismo americano”. As feministas americanas e britânicas intrigam-se com o que lhes é apresentado como “Feminismo Francês” ou “Teoria francesa” em núcleos de estudos sobre a mulher (Women's Studies); as francesas ficam surpresas em serem apresentadas, fora da França, a uma versão de seu feminismo a qual elas desconhecem.

Para Delphy (op. cit.) a tentativa de atribuir um conteúdo específico a um movimento feminista demonstra que as francesas lidam com uma visão estrangeira sobre seus percursos, e que isto leva a um questionamento sobre a relação entre a maneira como as feministas da França se veem e como as estrangeiras as veem. Essa relação assemelha-se à percebida entre observadores e observados, sujeito e objeto, um problema frequentemente levantado na metodologia feminista.

Outra questão suscitada é “quem tem o poder para definir com quem/que começar”, a qual é pertinente nesse contexto em que se criou o feminismo francês em países anglófonos sem o reconhecimento das feministas da França. Cria-se uma categoria chamada de feminismo francês com um conteúdo específico e, assim, priva-se as feministas da França do direito de se chamarem de feministas francesas. Delphy (op. cit.) argumenta, portanto, que um conteúdo ideológico é atribuído a uma especificidade geográfica.

Após um questionamento inicial sobre a relevância ideológica para as feministas anglo-americanas de especificar a produção das feministas da França e sobre o porquê da necessidade de um rótulo nacional para um conjunto particular de ideias, Delphy (op. cit.) aponta que o “*french feminism*” tem pouca relação com a cena feminista na França, tanto em termos de ativismo, quanto em termos teóricos. O *french feminism* construído por autores anglo-americanos está associado, inclusive, a uma vertente política antifeminista: psych et po. De acordo com Lisa Adkins e Diana Leonard, na França:

(...) Desde o início da segunda onda feminista, depois de 1968, um grupo bem organizado e financiado denominado Psychanalyse et Politique (ou Psych et Po) desenvolveu análises bastante diferentes das do do Movimento de Libertação das Mulheres (MLF). Este último aceitou a célebre proposição de Beauvoir de que "Um não nasce mulher, um se torna um", mas Psych et Po (ADKINS; LEONARD, 2005, p. 3).

No feminismo francês é estabelecida uma confluência entre “mulheres escritoras” e “movimento de mulheres” que elimina a dimensão ativista do movimento francês. Ademais nos núcleos anglófonos de estudos sobre mulheres a diversidade de autoras feministas francesas é reduzida ao que se convencionou chamar de “sagrada trindade”, grupo composto por Hélène Cixous, Julia Kristeva e Luce Irigaray. As duas primeiras autoras não apenas estão completamente fora do debate feminista na França, como são conhecidas por denunciarem o feminismo (DELPHY, 1995).

Delphy (op. cit.) classifica de imperialista a tentativa dos autores americanos de proclamar “não-feministas” como líderes do movimento francês. A autora concorda com a hipótese de que os “agentes” do “feminismo francês” pretendiam apresentar determinadas teorias com o rótulo de “francesas” no intuito de se distanciarem e não se responsabilizarem pelas ideias

defendidas, sob a proteção de estarem simplesmente apresentando ideias estrangeiras aos anglo-americanos³².

Nessa tentativa de se “esconder atrás dos franceses”, segundo a referida autora, os proponentes esquecem-se de tratar de questões centrais ao feminismo, sobre opressão e libertação, e reduzem o feminismo da França a algumas poucas vertentes teóricas. Assim, obscurecem-se as lutas feministas e as influências teóricas de maior repercussão do pensamento feminista francês. Todos os questionamentos sobre a emergência do feminismo nesse país são reduzidos de forma a que toda sua dinâmica subversiva social e acadêmica perca sentido.

A autoria considera que o “*french feminism*” é incompatível com a análise feminista. Isso se deve, segundo o seu raciocínio, tanto a problemas mais aparentes, como a defesa do “feminino” e a formulação de uma categorização sobre sexualidade que não abre espaço, por exemplo, para as lésbicas. No entanto, isso não constitui a principal fonte da inadequação do “feminismo francês”. Os problemas relacionados a restrição do conceito de feminilidade e da sexualidade representam um entrave maior para as políticas feministas, e são consequência da adoção de um modelo epistemológico desatualizado.

A razão principal pela qual os inventores do *french feminism* criaram esta marca é que eles não desejavam assumir a responsabilidade pelo que diziam e particularmente visavam introduzir um determinado tipo de essencialismo no feminismo anglo-americano de modo a recuperar a psicanálise do seu descrédito, tanto no feminismo, quanto nas ciências sociais (DELPHY, op. cit). Dessa forma as autoras escolhidas para representar o “feminismo francês”, Irigaray, Cixous e Kristeva, foram destacadas porque tinham uma proximidade pessoal e ideológica com a psicanálise, mas uma distância do feminismo.

Para Delphy a invenção do “french feminism” é contemporânea à invenção da “french theory”, ambas seguem uma direção muito semelhante e são, em certa instância, a mesma coisa. O que causa perplexidade à autora francesa é a maneira como todas as autoras feministas do país foram agrupadas, a despeito de sua orientação política, estética ou teórica. Por exemplo, Monique Wittig, a qual repudia o conceito de “escrita feminina” e busca superar o contrato heterossexual,

³² Sobre o tema as referências utilizadas pela autora são: MOSES (1992) E EZEKIEL (1992).

é muitas vezes associada à “trindade sagrada”: Irigaray-Cixous-Kristeva. Do mesmo modo, na “teoria francesa” Lacan, Derrida, Foucault e Barthes são todos agrupados em uma mesma “escola de pensamento”, devido ao comportamento compulsivo dos anglo-americanos para unificar e homogeneizar os “franceses”, negando-lhes qualquer individualidade.

A autora salienta ainda que, do mesmo modo, a corrente intelectual inventora do “feminismo francês” esquece-se de definir o que constitui uma abordagem teórica feminista. Na definição comum, uma abordagem teórica feminista está associada a um movimento político, um movimento voltado para efetuar mudanças na sociedade atual e para as vidas atuais de mulheres e homens, e o traço principal desta ligação está nas perguntas feitas sobre os objetos em questão. Assim, qualquer feminista, acadêmica ou não, deve estar apta a argumentar sobre a relevância de seu questionamento para o movimento feminista como um todo.

Algumas das autoras que ajudam a inventar o *french feminism* são identificadas por Delphy como reprodutoras do discurso imperialista, cuja característica é a mescla de uma espécie de falso respeito com a condescendência. Ela expõe como exemplo o discurso de Alice Jardine (1987), a qual diz serem todas as feministas francesas, no fundo, antifeministas, pois são discípulas diretas de homens e o que fazem é basicamente “reescrever” o que seus mestres homens lhes ensinaram. Jardine diz, no entanto, que é importante escutar o que as “feministas francesas” têm a dizer. Para Delphy (op. cit.), esse tipo de discurso categorizante e imperialista serve aos interesses anglo-americanos de demonstrar a ingenuidade e subserviência das “antifeministas” francesas que pensam ser feministas.

A fim de desanuviar a confusão conceitual causada pela invenção do “*french feminism*”, Delphy (op. cit.) conclui defendendo que feministas e antifeministas precisam ter lugares distintos na análise feminista. O patriarcado e seus respingos intelectuais em formato de produção acadêmica devem ser antes de tudo o *objeto* de estudo, eles não são e nem podem ser um meio ou uma ferramenta de análise feminista. Para a autora, a promoção do essencialismo foi a principal motivação para a criação do *french feminism*, mas houve uma justificação ainda mais arraigada, a de colocar as acadêmicas dos centros de estudos sobre as mulheres em “diálogo” com autores homens. Em outras palavras, a invenção do termo *french feminism* serviu para ampliar o acesso do patriarcado a um campo científico de resistência, com a intenção de enfraquecê-lo e desqualificá-lo.

Christine Delphy não é a única feminista francesa à tecer críticas a este conceito controverso., Michelle Perrot, em entrevista concedida à Galster (2003), ao abordar a repercussão das teorias feministas francesas nos Estados Unidos, principalmente através da disseminação do conceito *French Feminism* critica a redução do feminismo francês ao pensamento de três autoras - Hélène Cixous, e Luce Irigaray e Julia Kristeva – e sua assimilação ao feminismo da diferença. A pensadora destaca as razões que atribui a esta assimilação que surpreendeu e insurgiu a maioria das feministas francesas:

[A insurgência das feministas francesas ocorreu] às vezes violentamente, como nas batalhas dos anos 1970 em torno da sigla MLS (Mouvement de Libération des Femmes) entre Psych e Po (Psicanálise e Política, de Antoinette Fouque) e na maioria das outras. Mas isso parece agora irrisório. Há verdadeiras razões para tal assimilação. Primeiramente, o verdadeiro talento de escrever das protagonistas (aliás, bastante diferentes uma das outras), que produziram obras novas e fortes no começo dos anos 1960, anos estes que viram justamente a grande ascensão do Movimento de Liberação das Mulheres. [...] Em seguida, o seu alcance internacional, ligado a sua posição no campo intelectual: especialista em literatura anglo-americana, Cixous já era há muito tempo habituée dos Estados Unidos e da reflexão americana. Ela estava seguindo suas mesmas variações. Kristeva, por causa do grupo e da revista *Tel Quel*, por causa de Philippe Sollers, seu marido, pertencia a esses novos “mandarins”, esses “samurais” que ela mesma descreveu em um romance/narrativa que leva esse título. Eu conheço menos as relações de Luce Irigaray. Têm também forte importância as ligações com a psicanálise, dirigidas por Irigaray e Kristeva, mas mediatizadas por Cixous. É o apogeu de Lacan, e essas mulheres constituem a versão feminina que Antoinette Fouque, com Psych e Po e a famosa Livraria das Mulheres, aspirava reunir. Havia aí um pólo forte, visível, cuja linguagem coincidia com as lutas das mulheres, baseadas no corpo, o corpo enfim glorificado (o que não ocorre em Beauvoir), fundamento de uma cultura da diferença, do feminino. Suas obras, sua escrita, sua linguagem correspondem a uma real necessidade de uma orgulhosa afirmação de si. [...] Eu acrescentaria, ainda, que as/os americanas/os encontravam ali o que elas/eles tinham vontade de encontrar: a expressão de uma expressão radical, suscetível de fundar uma separação de gênero, um eventual comunitarismo. Coloco essas respostas a título de hipótese. Há aí um verdadeiro capítulo da história intelectual a ser desenvolvido (GALSTER, 2003, p.516-517).

Ainda tratando sobre os diálogos França-Estados Unidos, apesar de identificar um certo anti-americanismo em certos meios intelectuais franceses, Perrot vê nas francesas uma abertura ao diálogo com a reflexão americana, a partir da referência a autoras tais como Joan Scott e Karroll Smith-Rosemberg, salientando a solidariedade das feministas francesas ao feminismo americano. Estendendo-se na reflexão sobre as disputas conceituais e de delimitação do pensamento feminista entre Estados Unidos e França, Perrot enxerga no primeiro uma maior intensidade em termo de produção acadêmica. Atribui esse sobressalto americano a razões institucionais, a sua organização acadêmica em forma de núcleos de *Women's Studies* e *Gender Studies*, os quais permitem a difusão do pensamento teórico feminista.

Paridade Diversidade, sexualidade e raça

O movimento pela paridade iniciado na década de 1990 é apontado como a ação feminista francesa mais importante dos últimos anos, com impacto em toda a classe política, sociedade e no próprio feminismo. A paridade universalista prevê a paridade na política um primeiro passo para realizar e estimulá-la em todas as esferas. Apesar da inegável importância da discussão da paridade, algumas autoras apontam algumas deficiências do campo de estudo, tais como o pequeno espaço conferido à temáticas críticas às colonialidades, à raça ou às sexualidades não normativas (FALQUET, 2014; SÉNAC, 2016; STILL, 2007; VARIKAS e CLAIR, 2012.).

Foi a partir da metade dos anos 1990 que as questões sobre a constituição da alteridade, a subjetividade, a resistência, passavam a tomar o lugar das discussões sobre as classes sociais. Em termos de sexualidade, começava-se a tratar da homofobia, evocando-se a questão da sexualidade como uma experiência de exclusão (VARIKAS e CLAIR, Op.cit.).

Eleni Varikas (2012) relata que a partir de 1991, na Paris 8, evidenciava-se a miscelânea de alunos, alguns provenientes da Sorbonne, muitos estrangeiros vindos de universidades prestigiadas, pesquisando sobre os ciganos e também muitos alunos pertencentes às classes populares na França, chamados « les banlieues », da periferia que vinham não somente de Saint-Denis, bairro popular do subúrbio parisiense, mas também de outros bairros periféricos.

Essa diversidade, ressalta Varikas (Op.cit.), é muito importante do ponto de vista pedagógico do aprendizado. A sexualidade era uma temática que começava a adentrar o ensino superior no início dos anos 1990, e em sala de aula um aluno compartilhou sua experiência enquanto homossexual, como era ser gay nas ruas, na parada de ônibus, como os jovens lidavam com os gays, os insultavam e torturavam. Varikas o incentivou a desenvolver uma análise sociológica para uma tese a partir de sua experiência pessoal. Essa é parte dos relatos de como essas temáticas marginalizadas, as experiências do cotidiano, começavam a adentrar a esfera acadêmica. Varikas destaca, no entanto, que a temática da raça não era abordada em aula à época. “Éramos anti-racistas em geral, 'não encosta no meu amigo', mas isso não entrava no ensino superior, muito menos em teoria política” (VARIKAS; CLAIR, 2012).

As críticas em torno do alcance das discussões feministas na França revelam de todo modo, o papel transformador do feminismo. Embora careça de força organizacional, e principalmente

certa dificuldade de transmissão na nova geração às jovens - as quais dizem “não sou feminista, mas...” conforme apontado por Perrot (2003) - o feminismo na França não deixa de ser uma força latente, suscetível de modificações eventuais, e capaz de contribuir para a transformação e debate na sociedade francesa.

Com esse breve apanhado não vislumbramos esgotar a discussão sobre o feminismo francês, contudo, expor alguns elementos que são centrais no debate a ser desenvolvido na presente proposta de tese. Abordamos a trajetória francesa de inserção do feminismo na academia no contexto político específico dos anos 1970, identificamos as correntes divergentes do feminismo igualitário e do feminismo da diferença, polêmicas teóricas, as principais temáticas debatidas no campo de estudos feministas francês, e alguns desafios atuais deste campo. A reflexão desenvolvida não depende de um posicionamento afirmativo ou negativo frente à disputa sobre a existência de uma teoria feminista específica vinculada à trajetória francesa, mas visa referenciar como esse debate e essas autoras dialogaram com a produção teórica feminista no Brasil.

PARTE II – Investigação Empírica

A primeira parte desta tese buscou assentar a discussão proposta em torno dos referenciais teóricos que permitiram desenvolver a compreensão do que se entende por circulação do pensamento feminista entre Brasil e França. Apresentamos a trajetória do pensamento feminista, tratamos de abordar a introdução da teoria feminista nos marcos do campo do conhecimento a partir das retrospectivas histórica e epistemológicas, demarcamos os conceitos envolvidos na concepção de circulação internacional do pensamento e contextualizamos política e institucionalmente o desenvolvimento da pesquisa feminista brasileira e francesa.

Nesta segunda parte da tese, subdividida em três capítulos, voltamo-nos, em primeiro lugar para a apresentação da metodologia desenvolvida para a pesquisa empírica, no capítulo 4. A análise das entrevistas realizadas com o intuito de situar a circulação do pensamento feminista entre pesquisadoras é desenvolvida no capítulo 5. Já a análise dos periódicos científicos que abordam temáticas feministas tanto no Brasil quanto na França, são objetos do capítulo 6 desta tese.

4. Metodologia de Pesquisa

Sob a perspectiva da circulação internacional do pensamento feminista, as hipóteses apresentadas nessa tese determinam dois momentos de maior convergência teórica, ideológica e intelectual entre os feminismos brasileiro e francês. O primeiro momento de convergência teórica identificado é entre 1974 e 1985, momento marcado pela ditadura militar no Brasil, pelo exílio político, pela criação de grupos feministas brasileiros na França, e da emergência de uma produção teórica feminista brasileira influenciada pelo pensamento feminista francês pós-68. O segundo momento seria entre os anos 2000 e 2016, período de dinamização e intensificação global dos fluxos de conhecimento, multiplicação horizontal de feminismos e abertura teórica francesa aos feminismos do Sul Global, em especial da América Latina e do Brasil.

Para testar estas hipóteses, ou seja, os dois momentos identificados de maior convergência de ideias, realizamos uma busca de obras e conteúdos mais citados, os diversos prismas existentes, assim como entrevistas com acadêmicas e pesquisadoras, brasileiras e francesas, que trabalham com o tema dos diálogos feministas transnacionais. Com estas informações desenvolvemos um mapeamento das trocas, das referências teóricas, da circulação de pesquisadoras que caracterizam a agenda científica de pesquisa feminista no Brasil e na França.

A metodologia utilizada para verificar as condições que produziram os dois momentos de convergência intensificada apoia-se em entrevistas semi-diretivas com pesquisadoras brasileiras e francesas que possam opinar sobre os tipos de diálogos e que possam indicar as participantes desses fluxos de ideias feministas, a nível teórico, intelectual e ativista ao redor feminismo, considerando-se igualmente as possíveis divergências. O objetivo é fazer cruzamentos entre as respostas das pesquisadoras francesas e brasileiras a fim de construir um mapeamento de condições institucionais para a investigação científica, as trocas e a circulação de ideias e conceitos. Nós nos propomos a considerar os dois períodos mencionados e o "gap" entre o primeiro e o segundo momento, para evitar desvio de confirmação da hipótese. Portanto, temos três períodos para a análise: 1) o primeiro momento de convergência entre 1974 e 1985; 2) o "gap" entre 1986 e 1999; 3) a segunda convergência teórica entre 2000 e 2015.

No que se refere às análises teóricas, examinamos como as correntes teóricas tais quais o existencialismo, o feminismo radical, o feminismo igualitário, o feminismo diferencialista, o

materialismo feminista, a *French Theory*, o biopoder, as interseccionalidades e as pós-colonialidades são discutidos pelas pesquisas feministas brasileiras e francesas, levando-se em conta que algumas teorias desenvolvidas em uma determinada região nem sempre são consideradas nos campos científicos desta mesma região. Este é o caso de Derrida e Foucault, autores associados com a *French Theory*, cujas obras foram utilizadas pela primeira vez nos estudos de gênero nos Estados Unidos.

4.1 Entrevistas

As entrevistas enquanto método de pesquisa social constituem um papel importante nesta tese, sendo aplicáveis às pesquisadoras feministas brasileiras com trajetórias acadêmicas na França, bem como à pesquisadoras feministas francesas vinculadas ao contexto em questão. O uso das entrevistas se dá pela sua capacidade em gerar compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes (MAY, 2004, p. 145). Para que as entrevistas aplicadas à pesquisa sejam bem aproveitadas, cabe aqui, compreender a dinâmica das entrevistas, escolher o método adequado para a condução destas para, então, analisar os dados obtidos.

Assumindo a existência de quatro principais tipos de entrevistas, entrevista estruturada, entrevista semi-estruturada, entrevista não-estruturada ou focalizada e entrevistas em grupos e focais (MAY, 2004) e avaliando o tipo específico de informação a ser obtida na realização desta pesquisa, optou-se aqui pelo uso das entrevistas semi-estruturadas. Estas consistem no uso de métodos estruturados e focais, ou seja, são feitas perguntas especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas de uma maneira que pareceria prejudicial para metas de padronização e comparabilidade, tal como nas entrevistas em formato de *survey* (MAY, Op. Cit).

A partir das entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2016, em Paris, com pesquisadoras brasileiras e francesas, cujas trajetórias apresentam características muito distintas, mas mantendo a ligação com uma circulação entre a França e o Brasil, nós buscamos elucidar as redes de investigação científica através de congressos, colóquios e parcerias universitárias, assim como a nível individual dos pesquisadores; redes de militância; os desafios políticos colocados devido ao baixo de financiamento à pesquisa; uma orientação à institucionalização dos estudos de gênero na França, até a crítica de pesquisadoras na França em relação à formação dos "guetos" de estudos como "História das Mulheres", "estudos de gênero", "relações sociais de gênero", que

às vezes se recusam o tipo de conceito, devido às suas raízes inglesas, ou que não conseguem realizar um diálogo que contempla diferentes disciplinas de humanidades.

Para a análise de trajetórias prevista enquanto método de pesquisa aplicado às entrevistas delineamos aqui uma proposta inicial de trabalho, trazendo à luz procedimentos possíveis dentro da perspectiva analítica de trajetórias individuais e de grupo. A fim de elaborar a definição conceitual de análise trajetória biográfica enquanto método de pesquisa partiremos de ideia de matriz *bourdieusiana* cuja proposta de trajetória remete à objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. Assim, as trajetórias seriam o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias.

Os cuidados relativos à aplicação desta técnica, conforme trata Montagner (2007) referem-se à necessidade de situar claramente os agentes sociais em seu grupo social, procurando narrar e delinear claramente a construção diacrônica da trajetória dos grupos nos diversos campos. Deve-se sublinhar que eventos biográficos não seguem uma linearidade progressiva e de causalidade, linearidade de sobrevoos que ligue e dê sentido a todos os acontecimentos narrados por uma pessoa. Estes eventos não se concatenam em um todo coerente, coeso e atado por uma cadeia de inter-relações: esta construção é realizada a posteriori pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral, uma narrativa.

Considerando tais cuidados e ressalvas, partimos para os procedimentos subsequentes que consistem em: enquadrar o campo a ser estudado, tendo clara a perspectiva a ser empregada; obter um conjunto confiável de dados sobre um determinado tema ou acontecimento, no qual todos os entrevistados estão ou estiveram envolvidos, sobre o qual o pesquisador possui de antemão um conjunto prévio de informações e dados.

Montagner (Op.Cit.) sugere que a partir desse conjunto, que inclui hipóteses e pressupostos de pesquisa, procura-se obter, através de um guia de entrevista, um relato dos entrevistados a respeito dos pontos sensíveis ao tema, através da forma como o acontecimento foi vivido pelo entrevistado e focando as questões em torno dos objetivos delineados previamente. Aplicando os procedimentos técnicos relativos à análise de trajetória aos objetos de estudo em questão vislumbram-se as seguintes etapas:

1. Enquadramento do campo a ser estudado: o conhecimento feminista que circula entre os campos de estudos do feminismo no Brasil e na França através de agentes tais quais professoras e pesquisadoras e das redes colaborativas de pesquisa estabelecidas por estas agentes.

2. Obtenção de um conjunto confiável de dados sobre um determinado tema ou acontecimento: trata-se aqui da delimitação do grupo de pesquisadoras do feminismo que tenham dialogado entre as linhas do campo de pesquisa feminista do Brasil e da França entre os anos 1974 até 2016, aplicação das entrevistas semi-estruturadas, as quais constituem um complemento para a análise de trajetórias.

4.2 Análise de conteúdo

A segunda etapa metodológica consiste na análise de conteúdo aplicada à revisão de literatura feminista das duas regiões, delimitando as publicações a serem analisadas em cada país. Selecionamos três periódicos que tratam de gênero e feminismos e um periódico de ciência política para os dois países analisados. Assim, definimos como material de análise para o Brasil a *Revista de Estudos Feministas*, *Cadernos Pagu*, *Labrys* e a *Revista Brasileira de Ciência Política*. Para a análise da França, selecionamos os periódicos feministas *Quéstions Féministes/Nouvelles Quéstions Féministes* (NQF), *Cahiers du CEDREF*, *Cahiers du Genre* e *Raisons Politiques*. Nos periódicos de Ciência Política, procuramos identificar números especiais tratando de gênero e feminismos, e especificar o tipo de abordagem. Nos periódicos específicos sobre gênero e feminismo, procuramos identificar a abertura para autorias e temáticas internacionais nos números e também identificar qual o espaço das revistas francesas conferido às publicações brasileiras e qual espaço das revistas brasileiras é conferido às publicações francesas.

No que tange a opção metodológica, cabe aqui ressaltar que esta se faz de forma a considerar o posicionamento situado das ideias propostas, ou seja, a opção metodológica aqui acertada busca ir ao encontro daquilo que esta tese deseja explorar: o conhecimento feminista. Deste modo, buscou-se ao longo das reflexões contidas neste trabalho evidenciar os marcos do pensamento feminista presentes tanto na discussão epistemológica quanto na escolha metodológica. As críticas feministas às metodologias das ciências sociais fazem-se, portanto, presentes ao longo de toda a discussão proposta.

A pesquisa social, principalmente a pesquisa qualitativa, coloca-se como uma maneira essencial de dar maior visibilidade à posição subjetiva das mulheres não apenas nas ciências sociais, mas principalmente na sociedade. Ann Oakley (1998) enxerga nas pesquisas quantitativas as maiores barreiras sexistas à promoção da igualdade entre homens e mulheres no campo científico. Em sua crítica às pesquisas quantitativas, denuncia o apoio implícito a temáticas com valores sexistas, que excluem ou marginalizam assuntos relacionados às mulheres e estabelecem relações hierárquicas entre o pesquisador e o pesquisado. Para Oakley (Op.Cit) os resultados tornam-se superficiais e generalizados, sendo que a pesquisa quantitativa acaba não sendo aplicável à superação de problemas sociais. A partir de tais apontamentos e considerando a centralidade das teorias feministas aplicadas às ciências sociais para esta tese, reiteramos a importância de considerar as críticas feministas em todas etapas de execução da pesquisa, bem como as críticas metodológicas e epistemológicas.

5. Agentes de produção do pensamento feminista: mapeamento da circulação dos feminismos

A reflexão aqui proposta constituiu um primeiro passo para o entendimento da circulação de conhecimento na agenda de pesquisa feminista brasileira e a compreensão dos rumos dinâmicos e transfronteiriços dos debates feministas presentes na comunidade científica da atualidade. Atendo-se principalmente ao eixo de análise Brasil-França no período que abrange o período de 1974 a 2016, devido a uma série de fatores que fomentam uma conjuntura específica de trocas teóricas, nessa última etapa do trabalho, buscamos mapear os trajetos das teorias feministas que circulam neste espaço geográfico e temporal.

Tal objetivo realiza-se através da aplicação de uma série de entrevistas, partindo-se do estabelecimento de critérios iniciais que compreendiam pesquisadoras universitárias³³ que tenham vivenciado as trocas de conhecimento feminista entre Brasil e França, no período iniciado na década de 1970 até a atualidade, com disponibilidade para encontros presenciais em Paris, entre os meses de abril e agosto de 2016. A partir das entrevistas, foram-se estabelecendo indicações para contatos e assim a rede de entrevistadas pôde se expandir.

Esta etapa metodológica, conforme mencionada no capítulo anterior, consiste na aplicação de entrevistas semi-estruturadas, opção justificada pela possibilidade da entrevistadora ter espaço para sondar além das respostas e poder estabelecer um diálogo com as entrevistadas. Para a análise das entrevistas de pesquisadoras cujas trajetórias intelectuais e políticas perpassem os diálogos entre o pensamento feminista francês e brasileiro, em um primeiro momento, busca-se o enquadramento do campo a ser estudado: o conhecimento feminista que circula entre os campos de estudos do feminismo no Brasil e na França através de agentes tais quais professoras e pesquisadoras e das redes colaborativas de pesquisa estabelecidas por estas agentes. Em um segundo momento, define-se um conjunto de dados sobre um determinado tema ou acontecimento: trata-se aqui da delimitação do grupo de pesquisadoras do feminismo que tenham dialogado entre as linhas do campo de pesquisa feminista do Brasil e da França entre os anos 1970 até 2016, aplicação das entrevistas semi-estruturadas, as quais constituem um complemento

³³ O roteiro aplicado às entrevistas, bem como a lista de entrevistadas, podem ser consultados nos Anexos II.

para a análise de trajetórias.

Ainda em tempo, lançamos mão de algumas críticas feministas na realização do método mencionado, tendo em vista a conveniência em abordar tais posicionamentos ao trabalho, que visa, dentre seus objetivos, explorar o campo de estudos feministas. Ann Oakley (1990, 1998) defende um processo de pesquisa feminista que antes de tudo, constitua-se enquanto uma pesquisa engajada, isto é, as/os entrevistadoras/es engajados na situação individual das pessoas entrevistadas. Ao estabelecer uma relação desengajada, em conformidade com “paradigmas masculinos”, estabelece-se uma relação hierárquica, não amigável e, conseqüentemente, as informações chegarão com maior dificuldade. A autora considera também que uma meta da pesquisa feminista é contrapor-se à divisão entre público e privado, dando voz às questões e experiências das mulheres.

Em um primeiro momento, no intuito de mapear a circulação do conhecimento feminista entre Brasil e França através de agentes tais quais professoras e pesquisadoras e das redes colaborativas de pesquisa estabelecidas por estas agentes, estabelecem-se aqui três categorias analíticas para explorar as entrevistas realizadas: a) a primeira categoria abrange as condições intelectuais para o fomento da circulação do conhecimento feminista; b) a segunda categoria considera o design acadêmico, ou seja, traz a perspectiva do lugar dos estudos feministas/mulheres/gênero/sexualidade na universidade, e como estes se organizam; c) a terceira categoria abrange as condições institucionais, tais como as possibilidades de realização de intercâmbios universitários, criação de redes de colaboração, parcerias entre universidades para publicações e conferências internacionais.

Pensamos assim estarem justificadas as técnicas de pesquisa aqui exploradas para elucidar questões de pesquisa centrais ao feminismo francês e brasileiro, bem como diálogos teóricos entre as autoras em questão com a finalidade última de verificar a extensão da interação epistemológica entre as feministas de ambos os países.

5.1 As condições intelectuais para a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França

A influência cultural francesa no Brasil remete ao período colonial, quando se instaurou na Baía de Guanabara a França Antártica, em 1555. Ao longo dos séculos uma série de

pensadores franceses puderam contar com ampla receptividade de suas obras no território Brasileiro. No âmbito das ciências humanas, o pensamento francês inaugura um patamar epistemológico complexo e capaz de religar cultura científica e cultura humanística, e a perturbação na ordem do *establishment* do pensamento francês é bem-vinda no Brasil, mesmo que seja recebida de maneira diferenciada e desigual nos espaços institucionais acadêmicos (ALMEIDA, 2002).

Os elos intelectuais que unem Brasil e França ganham visibilidade nas décadas de 1970 e 1980, quando nasce a pós-graduação brasileira. A receptividade acadêmica ao pensamento francês consolidava-se institucionalmente em 1934 por meio da fundação da Universidade de São Paulo (USP), apoiada por uma missão francesa (ALMEIDA, 2002). A USP assumiu um caráter francófilo, principalmente no Departamento de Filosofia, o qual estimulava a tradução de uma série de obras francesas (ACHIN, 2014). Nesse contexto, *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, era traduzido pela primeira vez no Brasil em 1961 pela Editora DIFEL. Beauvoir já era conhecida no circuito intelectual por conta de seus ensaios e peças³⁴ e já havia estado em visita ao Brasil, junto a Jean Paul Sartre, em 1960. O conteúdo crítico da condição das mulheres em sua obra era, todavia, pouco conhecido nesse país (BORGES, 2005; SAFFIOTI, 2000).

Em termos de circulação global de ideias, o Brasil é, de acordo com Saffioti (2000), um país muito *sui generis* no que tange à tradução de *O Segundo Sexo*. Aqui, traduziu-se muito rapidamente o livro. A União Soviética obstaculizou a tradução do livro e foi somente depois de 1993, quando já não havia mais União Soviética, que o livro foi traduzido na Rússia. No mundo árabe, o único país que o traduziu foi o Egito e eliminou o capítulo sobre a mulher lésbica³⁵.

Apesar da peculiaridade brasileira quanto à recepção e tradução da obra de Beauvoir na década de 1960, reitera-se aqui o contexto político do país, à época pouco convidativo a reflexões,

³⁴Dentre as obras publicadas por Simone de Beauvoir podemos citar *A convidada* (1943); *O sangue dos outros* (1945); *Todos os homens são mortais* (1946); *Moral da ambiguidade* (1947); *O Segundo Sexo* (1949); *Deve-se queimar Sade?* (1952); *Os mandarins* (1954); *A longa marcha* (1957); e *Memórias de uma moça bem-comportada* (1958).

³⁵ Ressalta-se, entretanto, que alguns dos países pertencentes ao mundo árabe, tais quais Marrocos, Argélia e Tunísia, possuem familiaridade com o idioma original da obra francesa.

tendo em vista o período da ditadura militar iniciado com o golpe de 1964, marcado pela supressão de liberdades de expressão e por perseguições, prisões, torturas, desaparecimentos e censura comandados pelo regime. Em dezembro de 1968, o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) foi decretado, limitando, sob violência de Estado, as atuações políticas e também culturais da sociedade.

Helena Hirata, em entrevista concedida à revista *Mouvement* (2014), relata que à época, quando militava em organizações estudantis no Brasil, ela e suas companheiras estavam imersas numa literatura francesa, todavia não existiam grupos feministas, tampouco uma maneira de cristalizar uma sensibilidade que as abrisse a este horizonte de análise. Devido aos vínculos privilegiados entre os intelectuais brasileiros e a França, muitos militantes políticos puderam receber asilo político na França, como foi o caso de Hirata, a qual pôde, na condição de exilada política brasileira, participar de grupos feministas da extrema esquerda francesa:

À época havia na França o Círculo de mulheres brasileiras. Eram mulheres exiladas, chegadas aqui enquanto refugiadas políticas, sobretudo da extrema esquerda e que deram início a um grupo de mulheres entre 1976-1977. Havia uma outra organização de feministas radicais, com mulheres mais velhas, de uma outra geração. Algumas haviam chegado com a repressão do golpe de Estado de 1964. Era, mulheres mais burguesas, de uma certa maneira. Havia mulheres que eram próximas dos Partidos Comunistas brasileiro e francês.

[...]

[Dentre suas conhecidas brasileiras havia] Lena Lavinas, ela fez parte do laboratório Cultures et Sociétés Urbaines (CNRS) durante um tempo, atualmente ela é professora convidada em Princeton. Ela conseguiu um posto na OIT (Organização Internacional do Trabalho) mas sofreu um caso de assédio moral bem grave. Ela deu início a um processo de assédio e teve ganho de causa. A OIT não gostou nada disso, mas ela levou o caso até o fim. Há outras conhecidas certamente. Muitas destas feministas brasileiras fazem hoje pesquisa (Helena Hirata, entrevista, 2016).

Sobre o movimento feminista internacional, tomo a cronologia. Trato de história dos estudos feministas na França, sou a pessoa-fonte na França, porque estive aqui desde o início. Meu primo teve uma relação longa com uma brasileira, que não era brasileira. Por causa disso, acabei frequentando o meio feminista brasileiro aqui na França, por causa da companheira de meu primo, Lena Lavinas, que é uma pessoa que colabora no meio de pesquisa feminista brasileiro até hoje. Foi um período em que conheci Lena e algumas de suas companheiras feministas aqui na França. Nessa época discutíamos muito o movimento feminista, a teoria feminista. Lena retorna ao

Brasil em 1985, quando organiza um encontro de estudos feministas não-anglófonos. Ela me convidou para participar. Efetivamente, nesse encontro nós comparamos a situação em diferentes domínios concernentes às mulheres na França, no Quebec, e no Brasil. Lá me disseram que as brasileiras tinham sido muito influenciadas pelo feminismo francês devido a esse contexto específico do exílio na França (Françoise Picq, entrevista, 2016).

Miriam Grossi, entrevistada para esta tese, vê o período do exílio e experiência do Círculo de Mulheres, da década de 1970, como um primeiro momento de influência no feminismo brasileiro:

Esse é o momento da Helena Hirata. Só tem duas pessoas que conheço, talvez três que vieram para Paris nos anos 1970 como exiladas diretamente como a Helena, ou exilada culturais como companheiras, tal como a Anette Goldberg, que anos mais tarde, no fim dos anos 1990 largou tudo e foi para os Estados Unidos acompanhar o marido. Quem entrou no lugar da Anette na Paris 7 foi a Jules Falquet. A Angela Xavier de Brito, que trocou de nome, também teve um papel importante, mas não conheço. E a outra que não ficou em Paris, mas que fez doutorado aqui nessa época foi a Beth Lobo. Essas quatro pessoas da geração do Círculo de Mulheres são as passeurs, usando a teoria psicanalítica. São as pessoas que fazem essas passagens da teoria feminista. Essa é a primeira fase, desse feminismo moderno, que tem a ver com o exílio (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

Além da participação das acadêmicas Helena Hirata e Lena Lavinias, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris contou com Anette Goldberg, cuja tese abordava o feminismo no Brasil³⁶, Beth Lobo e Angela Xavier de Brito, todas com importante produção intelectual feminista. Durante a década de 1970, havia muitas mulheres brasileiras estudando, fazendo doutorado na França, muitas voltaram para o Brasil, outras não terminaram os estudos e continuaram na França. Devido às condições políticas pouco favoráveis a uma reflexão feminista no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, o feminismo acadêmico no Brasil ganharia espaço após o retorno de muitas exiladas políticas em contato com o pensamento feminista europeu, em especial o francês.

³⁶ GOLDBERG, Anette. *Le dire et le faire feministes: une approche socioculturelle du Brésil Contemporain*. Paris, 1991. 632p. Tese (Doutorado em História e Civilização) Universidade de Paris VII. p.228-9.

Uma outra pessoa é a Albertina de Oliveira Costa, ela morou na França por pouco tempo, durante um ou dois anos, e no fim da Revolução dos Cravos, ela vai dar aulas em Portugal. É uma das primeiras a criar o Instituto de Gênero. Ela tem um livro fundamental “Memória das mulheres no exílio” publicado em 1979, 1980 em uma data próxima à da lei da Anistia. Esse livro é de depoimentos que ilumina a reflexão para as trajetórias que as pessoas fazem. Ela é uma francófona, volta para o Brasil em 1978, 1979 e vai trabalhar na Fundação Carlos Chagas. Lá a Albertina junto a Cristina Bruschini segue a linha da Hirata. A Albertina era uma transmissora, uma pessoa chave dos anos 70, ela estava muito ligada à França, ela teve um peso muito forte na transmissão das teorias francesas (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

A década de 1970, embora contemplasse um período de repressão política a nível nacional, contribuiu com uma importante etapa do movimento feminista no Brasil, quando o movimento de mulheres, estimulado pela instauração do ano Internacional da Mulher (1975), pelo transcurso da Década da Mulher (1976-1985) e pelo processo de abertura política passa por uma reformulação e uma rearticulação (PRÁ, 2016b). Essa fase é caracterizada pela participação das mulheres em diversos movimentos de contestação política, culminando com a criação de entidades interessadas em defender seus direitos.

A inauguração da década Internacional da Mulher marcou o início de uma considerável reflexão sobre todos os mecanismos subjacentes às assimetrias nas relações de gênero e sobre a visibilização das desigualdades. Para Hirata (2016), a conferência do México da ONU de 1975, onde se instaurou a década Internacional da Mulher, deu início ao feminismo brasileiro ocasionando a realização de uma conferência das mulheres a cada dez anos. Para ela, este foi o início de toda a movimentação feminista no Brasil, que é posterior à movimentação francesa.

No Brasil havia mulheres que já eram influenciadas pelo feminismo francês devido ao asilo político em Paris e ao exílio em outros países na Europa. Então o feminismo brasileiro teve muita influência do feminismo francês, do feminismo do fim dos anos 60 e início dos 70, da segunda onda, aquele artigo famoso da Christine Delphy “L’énemi” Année Zéro e eu acho que o feminismo brasileiro logo de início se materializou em dois periódicos que tiveram largo alcance: o Brasil Mulher e o Nós, Mulheres. O primeiro era vinculado ao partido comunista, os chamados reformistas, e o segundo era mais à esquerda, de militantes feministas que pertenciam a organizações mais à esquerda do Partido Comunista Brasileiro. Então as duas revistas já ocuparam imediatamente essa cena do feminismo brasileiro (Helena Hirata, entrevista, 2016).

Através destes relatos, a influência do pensamento feminista francês nas acadêmicas

brasileiras evidencia-se, e é igualmente confirmada por Heleith Saffioti, socióloga brasileira, com uma das primeiras teses feministas defendidas no Brasil, ao falar do legado de Simone de Beauvoir não só no Brasil, como também nos demais países onde se fomentou uma discussão feminista. Saffioti comenta sua ida ao *Colóquio Comemorativo dos 50 anos de O Segundo Sexo* em Paris:

[...] o colóquio refletiu bem a situação francesa, a presença das francesas era muito rarefeita, a presença americana era maciça. Foi graças a isso que houve a denúncia [do plágio de *O segundo Sexo* na obra *A Mística Feminina*] da Friedan, porque seguramente não teria havido se isso não tivesse acontecido [...]. Nós, as brasileiras – nós éramos só três lá – cada uma expressou o que pensava sobre *O Segundo Sexo* e houve muita crítica também. As americanas não são só pessoas que aplaudem, elas criticam também, então houve muita crítica. Mas, a meu ver, críticas formuladas muito mais a partir do momento atual do que do contexto no qual Simone escreveu o livro. Claro, você pode dizer: a respeito de corpo a gente acordou tardiamente, os estudos são muitos recentes; hoje, o que Simone escreveu não vale mais [...]. Agora, o que me parece importante é a repercussão desse livro fora da sociedade francesa, em outros países, como o Brasil. Você vê a minha geração, a sua certamente, a da Cecília [Sardenberg] também, todas passamos por esse livro, então ele foi um marco, sem dúvida nenhuma, abriu muito as cabeças de quem o leu, ele foi muito importante. É um marco histórico, continua sendo e esse reconhecimento, as reverências foram feitas ainda que se fizessem críticas – sempre se faziam reverências porque ela continua sendo uma referência e também há que se atentar para sua precocidade. Naquele momento, o livro foi fundamental e continuou sendo durante muito tempo (SAFFIOTI, 2000, p.34-35).

Saffioti narra um momento simbólico do feminismo francês, quando no início dos anos 2000 durante o congresso em comemoração aos 50 anos da obra de Beauvoir, as norte americanas faziam-se mais numerosas do que as francesas no evento. A presença maciça das feministas norte-americanas também se comprovava em termos de alcance bibliográfico norte-americano, tal como atesta a universidade Brasil, a qual com foi muito receptiva à chegada da literatura feminista anglófona e/ou norte-americana (MIGUEL& BIROLI, 2014).

Hirata (2016) lembra que a universidade brasileira, nos anos de 1960 e 1970 evidenciava a predominância da cultura francesa, como era o caso da USP, entretanto esta influência foi cedendo espaço aos Estados Unidos, num panorama que segue existindo. Para ela, ao se avaliar os obstáculos ao diálogo feminista entre Brasil e França hoje, é preciso considerar o domínio da literatura feminista anglófona no Brasil em detrimento da influência feminista francesa, o qual está associado a uma questão cultural geral, o domínio da língua inglesa:

Hoje as pessoas estudam inglês, na minha época as pessoas estudavam francês, era obrigatório, mas hoje em dia no segundo grau só estudam inglês ou espanhol. Então isso já é um obstáculo, e muita pouca coisa é traduzida do francês para o português,

as pessoas acabam não tendo acesso à literatura feminista francesa. Então, como as pessoas leem em inglês, as feministas de língua inglesa e americana são mais lidas e tem mais influência no feminismo brasileiro. Por exemplo, a Judith Butler, autora de Gender Trouble, foi traduzida pela Guacira Lopes Louro, há muito mais tempo no Brasil do que na França, onde o livro foi traduzido do inglês em 2005. Na França a tradução foi feita 15 anos depois da publicação original, no Brasil a tradução foi feita quase junto à publicação original durante os 1990. Então acho que o obstáculo da língua é o mais imediato e o depois é um obstáculo mais da cultura geral, que é a dificuldade de conhecer as correntes do pensamento feminista francês e ir atrás (Entrevista concedida por Helena Hirata, 2016).

Há nos estudos feministas do Brasil de hoje, portanto, o obstáculo da língua francesa. Eleni Varikas, de nacionalidade grega e professora da Paris 8, considera a literatura feminista de língua inglesa predominante no Brasil.

Entre Brasil e França há uma relação particular. Em 1986 eu estava com Elizabeth Lobo, em Campinas, onde havia muitos estudantes que falavam francês. Hoje penso que o Brasil está mais voltado para a literatura de língua inglesa, norte-americana, embora haja um interesse na produção da Inglaterra, onde há coisas muito interessantes e menos conhecidas, e talvez haja um pouco de interesse na literatura italiana, especialmente em São Paulo. Então, essa tentativa de compreender essas interações feministas para além do núcleo norte-americano de pensamento feminista, como nesse caso, entre Brasil e França, me parece muito interessante (Eleni Varikas, entrevista, 2016).

Algumas das feministas que viveram na França no período da ditadura militar brasileira, viriam a cumprir o papel de aproximação teórica através da realização de traduções de obras importantes para o feminismo. Através de uma triangulação entre Estados Unidos, França e Brasil, o conceito gênero foi introduzido no debate feminista brasileiro:

A Beth Lobo leva o conceito de gênero para o Brasil. Ela traduz o texto da Joan Scott do francês para o português. Esse texto da Joan Scott, Gênero uma categoria útil de análise histórica, foi publicado no Cahier du Griff em 1986/1987 e foi uma referência fundamental para essa geração. Então a Beth traduz o texto. Ela fez a tradução para a CUT, para um curso de formação orientada pelo Instituto Cajamar. Ela já tinha feito concurso na USP, era professora da USP nessa época, nos anos 1980, tinha voltado ao Brasil entre 1978 e 1979. Então as coisas que eu acho importante de Beth é que ela traduz esse texto, o que faz com que no Brasil o conceito de gênero faça parte do movimento feminista exílio (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

Elisabeth Sousa Lobo, autora de *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência* (1991) foi uma das intelectuais brasileiras influenciadas pela literatura feminista

francesa tendo colaborado para o diálogo entre o movimento feminista e o movimento operário no Brasil:

Eu acho que a relação entre o feminismo e o movimento operário, se materializou no 1o Congresso das Mulheres Metalúrgicas do ABC Paulista, que acho que foi em 1978. Nessa época já havia uma relação bastante forte entre operários metalúrgicos e feministas universitárias. Há uma pessoa importante de ser mencionada, a Beth Lobo e a publicação póstuma de seu livro em 1991, com reedição em 2011. Ela teve muita influência do feminismo francês, teve relação com a França, participou de diferentes redes, participou do ARPE, que deu origem a rede MAGE (Marché du travail et Genre)³⁷ em Paris, que começou em 1995 e dura até hoje. Hoje em dia tem muitas conferências sobre o tema em Paris. Hoje as correntes do feminismo francês, evidentemente são diferentes. Eu acho que hoje a similaridade entre Brasil e França é a forte participação do movimento feminista nos demais movimentos sociais (Helena Hirata, entrevista, 2016).

Assim, Beth Lobo, contribuiu ao incentivar a aproximação do feminismo a outros movimentos sociais, em uma conjuntura semelhante a francesa. Contribui igualmente ao difundir o conceito de gênero e ao traduzir o importante texto de Joan Scott, publicado em francês no *Cahier du Griff*:

A editora dessa revista, a Françoise Collin, já falecida, foi trazida ao Brasil pela SOS Corpo, e esse traduziu materiais dela um ano depois. Isso porque quem participa do SOS Corpo³⁸ é a Betânia Ávila, que foi uma das pessoas que passou por Paris sem fazer doutorado. Outra pessoa que também esteve por aqui que eu perdi o contato era a Dóris, com um sobrenome alemão. Ela estudou farmacologia aqui, fez doutorado nessa área. Mas depois largou isso, voltou ao Brasil e fundou o SOS Corpo (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

As influências de literatura feminista francesa ou americana estão correlacionadas às áreas de estudo das ciências sociais, tal como sociologia, ciência política ou antropologia brasileiras, as quais estão distribuídas nos Grupos de trabalho (GTs) da Associação Nacional de

³⁷ A rede MAGE (Marché du travail et genre), foi criada em 1995 por Margaret Maruani, sendo o primeiro grupo de pesquisa do CNRS centrado na questão de gênero. Em 2011, a MAGE transformou-se em rede de pesquisa internacional e pluridisciplinar. Além da Europa, engajou-se na cooperação com outras universidades do Japão, China, Brasil e Estados Unidos.

³⁸ O SOS Corpo – instituto Feminista para a Democracia é uma ONG fundada em 1981, com sede na cidade do Recife, Pernambuco. Recebeu apoio da Fundação Ford a partir de 1982, e pode contribuir decisivamente para a saúde da mulher através da elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas em nível regional, estadual e nacional. Sua agenda é composta por pesquisa, ação e intervenção comunitária.

Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs):

Penso que no panorama de hoje, esse pessoal da ciência política, é ligado a influência americana. No [GT da ANPOCS] Mulher e Trabalho a influência é mais francesa, com Helena Hirata, Lourdes Bandeira, Eleonora Menicucci De Oliveira. Tinha um terceiro grupo onde estavam as antropólogas na Anpocs, que não tinha gênero no nome, era sobre Família e Sociedade e nele estavam Mariza Corrêa, Claudia Fonseca, Claudia Scott, Cinthia Sarti. E aí nesse grupo tu vê a dupla influência, a Mariza Corrêa, e do outro lado Claudia Fonseca, norte-americana, mas que estudou na França. Claudia estudou na França nos anos 70, depois volta nos anos 80, ela estudou uma corrente feminista histórica, ela leva para o Brasil a Michelle Perrot, Alain Corbin, essa corrente mais próxima da antropologia historiográfica para pensar a família. Essa geração tem 10 anos a mais que eu, elas foram minhas professoras (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

Enquanto a sociologia e a antropologia feminista brasileira estabeleceram maiores trocas com o feminismo francês, como comprova a vinda de Michelle Perrot ao Brasil, a ciência política foi mais receptiva à literatura feminista norte-americana. No entanto o Brasil trazia, nos anos 1980 maiores restrições à influência teórica dos Estados Unidos, em comparação ao México, conforme relata a pesquisadora norte-americana Miriam Adelman, com formação superior no México e atuação profissional na Universidade Federal do Paraná (UFPR):

Vim dos Estados Unidos, estudei na Universidad Autónoma de Mexico (UNAM) nos anos 1980, e fazia parte de um grupo feminista no México. Naquela época não havia nenhuma disciplina ofertada pela universidade que tratasse de feminismo. Passou-se a traduzir muitas obras de pioneiras feministas dos EUA por lá, e hoje o México é um grande centro de estudos feministas. Lá, não havia tanta entrada para o feminismo francês, diferentemente do Brasil, onde sua entrada foi preponderante. Eu na condição de professora na UFPR ouvi críticas de colegas com relação aos Cultural Studies, por todos os autores escreverem em inglês. Na universidade havia desejo por parte de colegas feministas de trocas com os EUA, mas com os demais colegas da sociologia havia uma certa rejeição, principalmente ao se tratar de literatura (Miriam Adelman, entrevista, 2016).

As trocas feministas entre França e Brasil são caracterizadas pela circulação de algumas correntes de pensamento feminista, as quais vão ter receptividade variada a depender do período e do público analisados. As análises marxistas e materialistas exerceram influência considerável durante o contexto de repressão política no Brasil nos anos 1970:

Em Paris participei da passeata do aborto em janeiro de 1979, do movimento pela anistia no Brasil e do Círculo de mulheres, e acabei me aproximando dessa geração

brasileira mais velha que estava na França. Vim estudar teatro com o Augusto Boal, e ali eu conheci muitos brasileiros exilados. Ai tem essa coisa dos movimentos sociais. Nesse momento em pauta era classe; gênero e classe. O marxismo era muito forte como marco teórico pelos movimentos da mulher. Nessa época se falava em mulher, não era gênero nem feminismo (GROSSI, entrevista, 2016).

Sobre o feminismo materialista, pensamento feminista radical surgido na França nos anos 1970:

O materialismo feminista tem hoje em dia uma certa renovação na França. Há três anos fazemos seminários específicos sobre o tema no CRESPA. Há a Cinzia Arruza, que trata sobre a teoria unitária, cuja centralidade é a de que o patriarcado e o capitalismo não devem ser vistos separadamente. O feminismo materialista desperta o interesse de jovens, a gente teve a participação de muitos doutorandos da Sciences Po. Esse seminário mostra o interesse que se tem no feminismo materialista na França, hoje. A Danièle Kergoat está lançando um número no Cahier du Genre sobre feminismo materialista. Agora, a diferença no Brasil é que há um interesse muito maior, e de muito mais gente sobre o materialismo, sobre o marxismo. O número de autores que escrevem sobre marxismo é muito maior. Há um interesse vivo muito maior no Brasil do que na França. Por exemplo, na Unicamp a cada 2 ou 3 anos há um congresso Marx & Engels, que eu participei no ano passado, onde há 2 ou 3 mil pessoas. Aqui na França há um interesse, eu ministrei um seminário em Nanterre, há interesse, mas são centenas de pessoas e não milhares como no Brasil. Então há um número muito maior de pessoas interessadas no Brasil. Inclusive aqui, o feminismo materialista interessa mais as mulheres do que os homens. No Brasil, muitos homens marxistas se interessam por extensão ao feminismo materialista. Então eu acho que há mais gente sim que se interessa por esse tema no Brasil do que na França (Helena Hirata, entrevista, 2016).

O Feminismo Materialista francês teve início em um conjunto histórico político específico, quando em meio ao movimento social de mulheres, nos anos 1970, um grupo de feministas radicais, uniram-se ao redor da revista *Questions Féministes*. Este grupo de mulheres conseguiu, em alguns anos, desenvolver um conjunto teórico especialmente denso e convergente que permitia, pela primeira vez, dar conta da opressão das mulheres como classe social, ou seja, analisava a existência de homens e mulheres como fenômeno de classe (FALQUET, 2014).

O feminismo materialista propunha-se a combater o essencialismo, e permaneceu invisibilizado por uma série de circunstâncias identificadas por Falquet (Op. Cit.). Em primeiro lugar, o caráter acadêmico e complexo do pensamento não soube encontrar meios de chegar nas mulheres que poderiam se beneficiar dele. Em segundo, a ausência de traduções e o acesso às

obras. Muitas das obras foram traduzidas para o inglês, contudo, as traduções para o espanhol quase inexistem. Terceiro, o caráter revolucionário dessas análises, o qual ameaça o poder masculino e os privilégios de muitos homens. Além disso, Falquet ressalta uma causa externa, “o fato de que algum@s universitari@s norte-american@s tenham inventado dos pés à cabeça para seu consumo pessoal e suas lutas de prestígio acadêmico, um produto exótico e romântico que batizaram de *french feminism*” o qual ofuscou quase por completo o que realmente estava sendo produzido pelo movimento feminista na França nos anos 1990.

O feminismo radical aqui na França era marxista, seguia uma corrente diferencialista. As integrantes do MLF pensavam ser as únicas feministas à época. As feministas radicais na França discutiam o marxismo, o materialismo, enquanto que nos Estados Unidos, as feministas radicais versavam-se nas críticas ao trabalho doméstico e gratuito das mulheres. Essa geração teve um papel muito importante e ingrato ao mesmo tempo. Elas puderam introduzir o feminismo ao espectro geral do pensamento sobre poder. Colette Guillaumin trouxe contribuições muito interessantes na França. Delphy tornou-se muito sectária, veio da geração mais prejudicada, elas foram as mais sacrificadas com relação à institucionalização dos estudos feministas (Eleni Varikas, entrevista, 2016).

Durante os anos 1970 aqui na França, nós seguíamos uma metodologia marxista para analisar as situações. Fazíamos à maneira Christine Delphy, isto é, aplicávamos o modelo marxista de análise para a situação das mulheres e os meios de produção. Mas isso não é de forma alguma a generalização do feminismo francês. Neste meio onde eu estava questionávamos como articular a luta das mulheres com a luta de classes, as questões da mulher e as questões sociais, era a corrente luta de classes, que era oposta a outras correntes feministas (Françoise Picq, entrevista, 2016).

Falquet e Hirata emitem diferentes opiniões sobre a receptividade ao feminismo materialista no Brasil. Enquanto Hirata vê um interesse crescente e massivo na acadêmica brasileira, Falquet identifica uma série de fatores para a invisibilização dessa corrente de pensamento fora da França, dentre os quais a ausência de traduções direcionadas para a América Latina, e a manipulação teórica organizada por acadêmicas norte-americanas.

As hipóteses iniciais da tese partem da identificação de dois momentos de maior troca entre o feminismo brasileiro e francês. O primeiro momento seria durante a emergência dos movimentos feministas na Europa, América do Norte e América Latina, durante a década de 70, quando o pensamento feminista francês dava início a uma contribuição teórica ao desenvolvimento da pesquisa feminista no Brasil. Em um segundo momento, nos anos 2000 ao

momento atual, a pesquisa francesa se apoiaria cada vez mais em teorias de pensamento social latino-americanas, principalmente pós-colonial, e de outras regiões que extrapolam as barreiras do eurocentrismo intelectual.

Concordo com os momentos. É útil identificar, são dois momentos bem diferentes. De fato, eu acho que as teorias pós-coloniais, dos estudos subalternos, tiveram uma influência mais difusa com relação aos anos 70, quando a influência da Delphy foi mais direta. A pessoa mais indicada para falar sobre os estudos pós-coloniais é a Eleni Varikas aqui em Paris. O Cahier du Genre tem um número coordenado por ela e pela Maria Eleonora Sanna que escreve sobre Foucault. Esse número trata das pós-colonialidades. (Helena Hirata, entrevista, 2016).

Tem que pegar os anos 1970, que daí é o momento do exílio, do círculo de mulheres brasileiras, essas são as pioneiras, são da primeira geração. A segunda geração vem fazer doutorado, não necessariamente sobre a mulher, mas que tem contatos, interesse na teoria francesa, conhece Foucault, Bourdieu, teoria social francesa que naquele momento é muito importante, gênero era ainda super residual. Nos anos 80, 90 era mais as brasileiras que estudavam aqui como foi meu caso. O vínculo era da França a partir do ângulo brasileiro. A gente vinha aqui, estudava aqui, traduzia textos daqui e depois levava pessoas para o Brasil, como eu levei a Françoise Héritier. Isso foi dos anos 80, 90 para os 2000. O momento atual é da geração que agora tem uns 40, 50 anos, que são essas que estão fazendo ligação mais direta da França com o Brasil. É o terceiro momento, Jules Falquet, que tem papel hiper importante, Paola Bachetta também, elas articulam com interseccionalidade (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

Tanto a interseccionalidade, estudos pós-coloniais, ou ainda decoloniais são estudos que compõe o campo denso e plural do feminismo. Tal pluralidade é percebida no meio acadêmico feminista que busca ultrapassar as fronteiras do feminismo do Norte Global:

Hoje há uma produção latino-americana muito interessante. E isso é uma consequência da nova geração chegando à universidade e trazendo novas questões. Essa nova geração concebe as questões de gênero de uma perspectiva transversal às opressões, as relações sociais de dominação e sexualidade. Eu não utilizo o conceito de interseccionalidade, mas utilizo a mesma base. Sou estrangeira em toda parte. Saí da Grécia por causa da ditadura, foi a força das coisas. Penso que na interseccionalidade, que todas essas questões de opressão das mulheres, o racismo, se cruzam. Em minha opinião, sobretudo hoje, é preciso encontrar novos conceitos. A interseccionalidade foi uma boa ideia para mostrar a transversalidade das relações sociais e de poder.

[...]

As relações sociais, mas também de poder, se retroalimentam de maneira única. A

questão de classe não se apresenta da mesma maneira, não se intersecciona com outros tipos de opressões, situações ou dominações. A interseccionalidade é interessante para afirmar que não existe uma única análise, para pensar as variadas relações econômicas, sexuais, sociais, assim como para afirmar as relações retroalimentares de poder e dominação no sistema capitalista. Por exemplo, pensar em alguém queer ou em uma mulher de cor na França condiciona a maneira de agir, onde quer que isso interseccione classe e gênero. São configurações únicas que devem ser consideradas (Eleni Varikas, entrevista, 2016).

Quanto ao pós-colonialismo feminista, corrente presente em muitos textos da atualidade feminista francesa, vide e as recentes abordagens de Elsa Dorlin e *Féminisme Islamiques*, obra da francesa Zarah Ali, e também na América Latina, nos encontros de Estudos Feministas Pós-coloniais ocorridos em Buenos Aires, multi-institucional e já na sua quarta edição, com ampla participação de brasileiras:

No meu entendimento, pós-colonial e decolonial não são a mesma coisa. Esses termos se confundem inclusive nos seminários do Cedref. Para mim são bem diferentes. Logo, com a perspectiva da interseccionalidade eu não estou muito de acordo. Eu acabo usando a palavra para me fazer entender, mas na verdade sou a favor da perspectiva da imbricação das relações de sexo, que é bem diferente, bem mais estruturada. Eu me apoio nas feministas do Combahee River Collective, fiz a tradução da sua declaração no Cahiers du CEDREF. Elas não usam o termo interseccionalidade, usam interlocking systems of oppression, que traduzi como imbricação. E interlocking e interseccionalidades são termos bem diferentes, seguramente (Jules Falquet, entrevista, 2016).

O Brasil é muito mais aberto ao pensamento pós-colonial do que a França. Estive no seu país no final da ditadura, e pude perceber que as pessoas eram muito interessadas. Já na França, a receptividade às questões da colonialidade é baixa pelo fato de estas se apoiarem em fontes muito lidas nos EUA tais como Edward Said e Gayatri Spivak. Acho que na geração de hoje, o conceito de “terceiro mundo” mudou muito após a emergência do conceito de “descolonização”. Surgiu um novo ponto de vista epistemológico a partir de uma série de críticas à dependência, etc. Acho que os jovens de hoje viverão uma outra configuração de pensamento político e social (Eleni Varikas, entrevista, 2016).

Eu acho que na realidade o pós-colonialismo, o neocolonialismo, hoje em dia tem mais importância na França do que no Brasil. No Brasil eu li alguns livros sobre o pós-colonialismo de autores do Nordeste, de Pernambuco, mas eles não ligam necessariamente à questão ao feminismo. Então eu acho que talvez hoje em dia, embora toda essa a questão colonial tenha sua fonte na América Latina, autores como Anibal Quijano que tratam dessa questão há anos dessa ótica, não creio que no Brasil ou América Latina haja um interesse tão grande quanto há na França (Helena Hirata,

entrevista, 2016).

Apesar da receptividade francesa ao pensamento pós-colonial, as críticas quanto ao colonialismo da república francês e da consequente coadunação das sufragistas reverberam. A França, historicamente, não se propôs a pensar no impacto do colonialismo exercido no Magreb, e ainda hoje reluta em renunciar aos seus aportes ditos civilizatórios. Aderindo à lógica histórica do pensamento político e social francês, as sufragistas, necessitadas de voz, adequaram-se ao *modus operandi* republicano:

Esta república [francesa] é colonial. A colonização foi um processo extremamente brutal. Os ingleses tiveram melhor êxito na colonização, mas isso não quer dizer que eles não tenham sido racistas. A meu ver, a Inglaterra pensou mais sobre o colonialismo, diferentemente dos franceses. Isso não quer dizer que os ingleses não tenham massacrado, torturado, mas na França, mesmo as pessoas de esquerda, pensam que a colonização teve uma faceta civilizatória. Na Inglaterra, pensou-se muito mais nos impactos da colonização, não por acaso. Foi porque intelectuais do mundo todo foram à Inglaterra, houve mais hibridização do pensamento social por lá.

[...]

Particpei de um colóquio da História sobre o Império francês aqui na França em 1985 (eu era historiadora à época, você sabe que nós feministas atravessamos as disciplinas como se fossem fronteiras). Quando perguntei como os franceses nomeavam seu período colonial, houve um grande silêncio na sala. Logo, eu penso que apesar de todas as lutas anti-coloniais durante a guerra da Argélia, sempre houve essa ideia latente do papel civilizatório, humanista da França. Apesar de todo o movimento das pós-colonialidades, há sempre o argumento civilizatório por detrás. Não é uma questão de moral, é uma questão de como pensar. E o feminismo está nesse pacote, saído do iluminismo. As sufragistas, por exemplo, tiveram de abraçar a causa do império, caso contrário, elas não teriam voz (Eleni Varikas, entrevista, 2016).

As hipóteses iniciais da tese, que tratam de momentos de convergência teórica entre França e Brasil, se confirmam, quando as entrevistadas, a partir de suas trajetórias, conseguem identificar dois ou mais momentos de trocas do pensamento feminista. Nesse primeiro momento, além de identificar o contexto histórico, aborda-se uma série de condições intelectuais presentes na circulação do pensamento feminista entre os dois países, onde há a circulação de pessoas no eixo Brasil-França, traduções de obras, e circulação do pensamento.

Se a receptividade à literatura francesa era grande nas décadas que sucederam o fim da

ditadura militar francesa, devido às proximidades de afinidade teórica com a França e também ao movimento de tradução de diversas obras feministas francesas, esse panorama aos poucos se foi transformando. Dentre os fatores atestados pelas entrevistadas, há uma conjuntura de cultura global que aproxima o mundo acadêmico do idioma inglês, em detrimento do francês. A receptividade brasileira às demais reflexões latino-americanas, no entanto, não teve destaque, dado a dificuldade de compreensão do idioma espanhol no Brasil:

Durante uma das Conferências de mulheres lésbicas no Rio de Janeiro, eu e Ochy Curriel tivemos de fazer a tradução do espanhol para o português. As brasileiras tinham muita dificuldade em compreender a língua espanhola (Jules Falquet, entrevista, 2016).

Apesar das remanescentes dificuldades de ampliar o diálogo entre o pensamento feminista do Brasil e demais vizinhos sul-americanos em função dos idiomas, há de se considerar os esforços acadêmicos para reforçar a colaboração continental. Além do crescente público presente nos seminários internacionais sobre feminismos, as revistas acadêmicas feministas brasileiras têm recentemente cedido mais espaço para publicações de autorias e temáticas latino-americanas em espanhol.

Desse modo, as condições intelectuais aqui discutidas vão ao encontro do conceito de circulação de formas de Appadurai (Op.Cit), que exigiria três fatores para sua existência: pessoas, *commodities* e ideias. No cenário de análise, temos os três fatores mencionados: pesquisadoras/militantes feministas (pessoas), publicando, traduzindo, organizando conferências (*commodities*/bens), tratando do pensamento feminista (ideias). Assim, a circulação de ideias conta com a aliança teórica política entre França e Brasil, mas assume novas proporções devido a emergência de novos espaços:

Hoje em dia talvez tenha diluído um pouco [a aliança teórica e política]. Nós pudemos voltar para cá depois da anistia em 1979, faz quase 40 anos, da volta das exiladas ao Brasil, é quase uma geração. Não creio que hoje haja uma relação tão forte entre as exiladas políticas e o feminismo. Mas por exemplo a Marcha Mundial das Mulheres, realmente fruto do processo de globalização, foi concebida realmente do início como sendo mundial, não é um movimento circunscrito a um país. E aí a influência não é mais de um país sobre outro, é um conjunto mais amplo, de muitos países, de outros continentes. Como é o caso da África. A Marcha Mundial começou no Canadá, foi para o Brasil e agora está também no Moçambique. Então há uma circulação mundial que domina outros espaços, não muito visíveis como África e Ásia e tem uma atuação

do militantismo feminismo mundial (Helena Hirata, entrevista, 2016).

De acordo com as informações trabalhadas nesta seção, confirmamos dados previamente trazidos da literatura de história feminista sobre o papel pioneiro de uma série de mulheres brasileiras que, durante o exílio na França, participaram de grupos feministas e puderam transmitir o pensamento feminista francês ao meio acadêmico brasileiro. A realização de traduções de obras feministas francesas para o português imprimiu uma marca importante na história do campo de pesquisa feminista brasileiro, sendo que as protagonistas das traduções eram, em grande parte, feministas que haviam estado na França durante os anos de 1970 e 1980.

Ademais, pudemos vislumbrar a circulação global de uma série de conceitos vinculados à história do pensamento feminista, tais quais o feminismo materialista, *french feminism*, relações sociais entre os sexos, relações de gênero, *interlocked systems*, interseccionalidades, pós-colonialidades e críticas de-coloniais. Estes conceitos surgem em diferentes contextos, cruzam fronteiras geográficas e são adaptados às novas necessidades contextuais, conforme identifica Edward Said (1985) ao analisar ideias e teorias viajantes. A preferência por conceitos específicos reflete posicionamentos políticos, e estes também reverberam na organização institucional dos estudos feministas e de gênero no campo acadêmico.

5.2 O design acadêmico: o lugar dos estudos feministas na universidade

Os estudos sobre mulheres, gênero e feminismo assumiram diferentes posições na organização acadêmica. No Brasil, os primeiros estudos sobre a condição feminina abriram caminho para a criação de núcleos de estudo que hoje compreendem não apenas estudos feministas e sobre a mulher, mas também de estudos de gênero, *queers* e de sexualidade. A França caracteriza-se, de forma semelhante, pela criação de núcleos de pesquisa universitária na área. Todavia, se a década de setenta representou o auge do feminismo francês, este se fazia visível enquanto movimento social. Nas universidades do país, o espaço para a discussão teórica era reduzido e disperso:

As vezes o Castells falava sobre mulher, gênero, mas era hiper residual, quase não se discutia. Nos anos 70 é o movimento feminista que está em ação, tem uma aula que outra. Não tinha nenhuma disciplina sobre mulher, gênero. Depois eu fui fazer uma aula em Nanterre, sobre antropologia da mulher, mas era algo bem da margem. Voltei para Paris em 1982 para fazer doutorado na Paris 5. Cheguei aqui, não tinha

nenhuma professora mulher orientadora. No Brasil já tinha! Defendi a tese em 1988, foi aí que fiquei muito amiga da Anette Goldberg. Naquela época se fazia doutorado indo todo dia indo para a biblioteca. Eu ia na Biblioteca Marguerite Durand, a biblioteca feminista. Lá conheci umas gregas, que me apresentaram pra Anette. Me convidaram para ir a Toulouse, no primeiro congresso das mulheres. Entre as gregas estava a Eleni Varikas. Nas primeiras reuniões do CEDREF³⁹ estava a Varikas, Danièle Kergoat, Hirata, Hélène Rouche. Elas estavam chegando empolgadíssimas do congresso de sociologia do México em julho de 1972, onde se discutiu mulher e sociologia e lá apresentaram o conceito o “rapport sociaux de sexe”, que predomina nos anos 80 e 90 para sociologia e ciências sociais. O gênero como conceito só é usado nos anos 2000 na França. Helena Hirata e Beth Lobo levaram esse conceito para o Brasil, o conceito das sociólogas de “rapport sociaux de sexe” em 1982. Eu fui então assistir a aula da Michelle Perrot com minhas amigas gregas, que estudavam classe e operariado e revoltas está começando a estudar as mulheres. Ela que trouxe o conceito de “história das mulheres”.

[...]

Nos anos 90 já é outro momento. Primeiro, A Françoise Héritier, na antropologia, herdeira do Levis Strauss, começa a escrever sobre gênero, a falar sobre a mulher. O Pierre Bourdieu escreve a “Dominação Masculina”, publica em 1999. Essa é a grande virada que vejo aqui na França, Pessoas nas suas posições de poder, nos seus campos teóricos começam a escrever sobre gênero, então as coisas são lidas. O livro do Bourdieu todo mundo leu. Era uma compilação de escritos feministas, mas ele não cita. Mas ao mesmo tempo acho que é uma coisa que é importante, porque se não fosse o Bourdieu, ninguém teria lido. Mas isso é final dos 90. E assim contribuíram para difusão desses conceitos, porque eram pessoas reconhecidas. A Héritier escreve o “Masculin/feminin”, e ela tem um seminário sobre esses assuntos (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

A disputa pelo uso do conceito gênero deu-se também nos marcos institucionais, repercutindo no engessamento de pesquisas universitárias e, mais recentemente, no questionamento do teor de materiais escolares que utilizam o conceito para tratar das relações sociais:

Na primeira geração de feministas da França, em 1970, elas discutiam se a classe ou o gênero era o mais importante. Nesse sentido a Colette Guillaumin permanece atual. Havia um pensamento original precisamente sobre a imbricação das relações (que

³⁹ *Centre d'Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Etudes Féministes*, é o centro de ensino, de documentação e de pesquisas para estudos feministas, constituindo hoje um grupo de pesquisa "Genre, sciences et sociétés-CEDREF" na Université Paris Diderot - Paris 7, pólo de referência pluridisciplinar dos estudos sobre mulheres, relações sociais de sexo e feminismo (<http://www.cedref.univ-paris7.fr/>)

não sempre as mesmas). Para essas questões, a nova geração, mesmo que de forma desajeitada, as coloca melhor do que a nossa geração, sem generalizar.

[...]

Hoje, a discussão sobre sexo é metafísica na França. Como exemplo contemporâneo, houve toda uma discussão para tirar a palavra gênero dos manuais escolares há dois anos. Há uma resistência nacionalista por causa do termo “americano”, é o nacionalismo republicano que se evidencia. Mas o mais importante é a ideia de que gênero é um conceito para pensar as relações. Há uma espécie de regressão num país onde outrora caracterizava-se pela tradição do pensamento crítico. Há algumas pesquisas silenciadas na universidade hoje. Isso é efeito da institucionalização, há sempre a acusação: “ah, isso é inglês”! Como se as mulheres e homens fossem diferentes na França e na Inglaterra. O Feminismo era sinônimo de liberdade, interdependência. O gênero é um conceito para pensar as relações. Mas esta é uma discussão silenciada na universidade com o argumento de que “devemos ser pedagógicos” e “isso é inglês, não é francês”. A primeira geração de feministas combateu muito os papéis de gênero, agora isso está voltando. Nos deparamos com um feminismo muito normativo (Eleni Varikas, entrevista, 2016).

Conforme colocado por Joana Pedro (2011), o feminismo, o movimento de mulheres e o de gays e lésbicas têm contribuído para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar. Pode-se visualizar a coexistência dos vários termos – feminismo, gênero, *estudos queer*, etc. - como uma forma de legitimação de um campo do saber, e não apenas como uma disputa de adequação terminológica. Entretanto, na França o conceito de gênero enfrentou resistência em ser utilizado na linguagem acadêmica por conta da terminologia vinda da língua inglesa e da disputa política em torno de conceitos terminológicos. A palavra *genre*, como tradução para *gender*, foi considerada “neologismo e anglicanismo”.

Há aqui na França uma resistência ao gênero. Michelle Perrot orientou minha tese em 1986 e tive que brigar para conseguir usar o termo. Perrot pensava que ninguém compreenderia o conceito na França. Depois surgiu a Joan Scott, que não foi bem aceita aqui. O conceito de gênero reascendia a discussão de sexo, a qual gerava incômodo (Eleni Varikas, entrevista, 2016).

Durante muito tempo as feministas francesas não queriam usar o termo gênero, viam que o termo “rapport sociaux entre sexes” era melhor que “genre”. Acho que havia mais ojeriza em usar um termo em inglês, porque você fala relações de gênero, o gênero também é uma relação social também, relações de sexo é uma questão de terminologia. Agora é certo que a palavra gênero deu uma certa credibilidade

institucional, mais do que sexo. É muito mais fácil falar de gênero do que feminismo, as feministas eram muito mal vistas (Helena Hirata, entrevista, 2016).

Apesar da maior receptividade do termo gênero na universidade, fenômeno também observado no Brasil, os estudos feministas, relações sociais de sexo, estudos sobre a mulher, história das mulheres são conceitos que ainda coexistem no campo de pesquisa francês. Os posicionamentos teóricos com relação aos estudos feministas diferem e são criticados entre si. Genevieve Fraisse, filósofa que se coloca enquanto estudiosa do pensamento feminista condena os pequenos guetos de estudo nas ciências humanas e destaca o machismo acadêmico, o qual visa silenciar os discursos vindos de pesquisadoras e pensadoras mulheres:

Meu percurso é muito particular, eu questiono, por exemplo, o que é consentimento. Esses questionamentos partem do pensamento feminista, contudo, o extrapolam. Busco a epistemologia, interesse-me pelo pensamento feminista, enquanto as outras feministas francesas estudam a história das mulheres (histoire des femmes). Ficar discutindo a opressão, a dominação, não leva a uma solução elucidativa. É por isso que prefiro tratar da emancipação. Reitero que estou sozinha no meu percurso, inclusive porque estou na Filosofia. Estar na filosofia para as mulheres é uma resistência. A meu ver, o machismo acadêmico é muito mais forte que o machismo do mundo político, digo isso pois estive na universidade e na política. Na França, há poucas filósofas feministas, poderia citar hoje a Michelle Le Doeuf. Meu percurso foi muito duro, contei com poucas amigas na universidade, nem mesmo meus apoiadores me chamam para falar aos estudantes. Só chamei atenção de meus colegas da Filosofia, após ter escrito sobre Simone de Beauvoir e Descartes. Veja bem, tive que relacionar o pensamento de Beauvoir com um filósofo para ser lida. Sou crítica aos estudos de gênero na França. Criam-se pequenos feudos, da história, da sociologia, da antropologia, os quais não dialogam. Eu não me identifico com as correntes dos estudos de gênero atuais por causa desse isolamento e falta de diálogo entre as áreas das ciências humanas. (Genevieve Fraisse, entrevista, 2016).

A resistência aos estudos feministas na França não é restrito a áreas específicas, sendo por vezes considerada maior do que a resistência ao desenvolvimento do campo feminista científico brasileiro:

Não cito a fonte deste documento dado o seu caráter confidencial. É interessante ver como o mesmo fato [avaliação da Fundação Ford sobre a cooptação das acadêmicas brasileiras pelas instituições acadêmicas e a perda de sua capacidade crítica característica do ideário feminista] Foi esta avaliação, que de alguma é interpretado de forma radicalmente oposta por Anette Godberg em texto escrito para o público francês no qual ao comparar o desenvolvimento dos estudos feministas no Brasil e na França conclui que teria havido uma fácil inserção das feministas brasileiras no mundo acadêmico local em comparação com a forte resistência acadêmica francesa à temas relacionados com mulher e feminismo, o que segundo ela, havia permitido uma maior

difusão das idéias feministas no mundo acadêmico brasileiro do que no francês (1986) (GROSSI, 2004, p.220).

As cisões, disputas conceituais e o isolamento endógeno das diversas áreas das ciências sociais refletiam em dificuldades de difusão dos estudos feministas na França:

Nos anos 80 havia claramente uma cisão na França: Sociólogas tratando de “rapport sociaux de sexes” e historiadoras com a “história das mulheres”. Nos anos 80 inexistia a discussão de gênero. Então minha grande frustração é que não tive formação de gênero. Na mesma época nos EUA, a antropologia trata de gênero, tem uma produção grande de teóricas sobre gênero em comparação à França (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

A complexidade das redes torna-se mais densa, na medida em que consideramos as várias áreas que possibilitam trocas teóricas:

Acho a interdisciplinaridade é uma das grandes características do estudo feministas feminismo, todas as disciplinas, história, filosofia, sociologia, antropologia, psicologia, psicodinâmica do trabalho, direito, todas essas áreas contribuem de alguma maneira para compreensão e análise dessa área, é uma característica forte a multidisciplinaridade. Nem sempre é fácil chegar a essa análise. É um trabalho multidimensional (Helena Hirata, entrevista, 2016).

O trabalho multidimensional abarca também rupturas que transcendem a disputa conceitual, repercutindo na criação de duas correntes divergentes. Na França, a medida em que se desenvolvia uma corrente do feminismo da igualdade, ou universal, foi se criando também uma corrente da diferença, mais próxima dos estudos psicanalíticos, a qual se tornou conhecida mundialmente como *French Feminism*, ofuscando, segundo Christine Delphy, uma ampla produção feminista francesa:

Teve a ruptura do Psych et Po, representada pela Antoinette Fouque, feminista radical dessa corrente da teoria da diferença. Acho que de fato na França, embora se fale de french feminism, reduzindo-o à tríade Luce Irigaray, Hélène Cixous e Julia Kristeva, há uma hegemonia universalista, da igualdade. Dentro dessa corrente há divergências muito agudas, fortes a partir fundamentalmente de 2 questões: o véu islâmico e a prostituição. A Delphy apoia o uso do véu, por exemplo. Existem muitas divergências (Helena Hirata, entrevista, 2016).

Nos anos 1980, fui morar na “Cité Universitaire”, na casa da Índia, e uma das minhas amigas de lá fazia doutorado com a Julia Kristeva. Eu comecei a frequentar suas aulas, que seguia uma outra corrente, hoje chamada de diferencialista. Era literatura e psicanálise, um outro canal de coisas que tinha nessa época. Tudo era muito

fechado, eu apesar de falar francês, ralei muito a entrar nesse grupo feminista. Era branco, francês, europeu... Eu não era muito aceita, via que as gregas eram super aceitas, eu como brasileira já era não tanto (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

A cisão universalitas/diferencialistas acabou por criar guetos na universidade, e também no mercado editorial. As feministas igualitárias, influenciadas pela ideologia marxista, viam nas feministas diferencialistas uma afronta ideológica. Tal conflito refletia, inclusive, em diferentes editoras para a publicação de obras feministas:

A única coisa que me arrependo até hoje durante meu doutorado foi de não ter ido na Paris 8, onde tinham os seminários da Helène Cixous. Era no sábado, era longe, era hiper fechado e eu não fui. E também eu era próxima do CEDREF, da abordagem marxista, e o pessoal achava elas umas reacionárias, eram da diferença, tinha aquela briga com a “Édition des femmes”. Quando fiz um dicionário “des femmes créatrices” fiquei num dilema horrível, porque para mim a “Édition des femmes” era inimiga nos anos 80. Eu tinha vivido aquela guerra, elas não se falavam, se detestavam. Eu me arrependo de não ter ido ao curso da Cixous, que foi uma autora que só fui descobrir nos anos 90, 2000, através das peças, quando li as peças que ela escreveu para o “Théâtre du Soleil”, porque ela era companheira da Arianne Minuschquine durante décadas e durante 10 anos foi ela quem escreveu todas as peças. Foi aí que comecei a descobrir a Cixous e a me encantar. E agora há 2 anos o Eric Fassin da Paris 8 me convidou para os 40 anos de estudos feministas da Paris 8, e aí eu pude aproveitar esse material (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

Tanto Brasil quanto França distinguem-se dos países de cultura anglo-saxã, onde as graduações em *Gender Studies* ou *Women’s studies* são mais comuns⁴⁰. No caso francês, a diplomação em estudos de gênero dificulta a empregabilidade, mesmo na área acadêmica. Apesar de existirem uma série de revistas que tratam sobre gênero, mulher e feminismo, os núcleos universitários de pesquisa são pouco numerosos.

Na França não existem graduações em gênero. A situação é muito diferente dos países anglo-saxões. Você vê os Estados Unidos, a Inglaterra. A França está muito atrasada em relação a eles, quando olhamos para a importância que é concedida à questão de gênero. Não existem mesmo diplomas aqui na França. Por exemplo, conheci no Brasil uma doutoranda francesa, ela faz pesquisa no Brasil. Eu a conheci no sindicato de trabalhadoras de São Paulo, e ela faz o doutorado dela no instituto de gênero da London School of Economics (LSE), na Inglaterra. Então esse instituto está no interior da LSE. Enquanto que aqui não há instituto de gênero, não graduação, nem doutorado

⁴⁰ No Brasil, há uma única graduação em estudos de Gênero e Diversidade, na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

em gênero. Se você tem um diploma de gênero, você não consegue emprego. Por que aqui você tem que ter uma especialidade, que é uma disciplina, que pode ser história, sociologia, geografia. Mas você tem mais chance de ser empregada se você tiver esses diplomas. O estudo de gênero não te dá nenhuma formação. Dá formação, mas você não consegue emprego com um diploma de gênero. Não é uma categoria legítima. Mesmo quando fazem diploma de gênero como na Paris 8, elas seguem sempre uma especialidade, tem uma relação com algum dos departamentos da Paris 8, tais como história, ciência política, sociologia, etc. e gênero. Mas gênero sozinho no diploma não, porque aí as perspectivas de emprego são muito reduzidas, é um problema mesmo na França. No Brasil, tenho impressão de que há mais, todas as universidades têm núcleos de gênero. Só que esses núcleos têm alcance, influência e inserção variáveis. Alguns não têm papel importante, outros são muito fortes, atuantes. Então é muito variável. Mas tenho a impressão de que de uma maneira geral o Brasil tem seguido justamente a influência americana. Acho que tem mais forte presença dos núcleos. A França realmente não aparece muitos núcleos em lugar nenhum na universidade, embora haja muita gente fazendo esforço para isso. Uma dessas pessoas é a Françoise Picq. Ela publicou um livro sobre o feminismo na França de 1970 até hoje (Helena Hirata, entrevista, 2016).

Conforme Pedro (2011), no Cone Sul o questionamento da categoria “gênero” em contraposição a “feminismo” ocorre em diversos espaços acadêmicos, e não somente na tensão entre academia e militância. Há tentativas de delimitação entre as intelectuais que estariam mais próximas da militância – e que utilizam a categoria “feminismo” – e aquelas consideradas mais distantes, que utilizam a categoria “gênero”.

Há aquelas que preferem estar associadas à teoria feminista, por fazerem referência ao sujeito político feminista, em uma tentativa de articular teoria e política, como é o caso de Alejandra Ciriza, filósofa argentina feminista, da Universidade de Mendoza⁴¹. Ciriza (2011) explica sua reticência quanto ao uso da categoria gênero também pela sua filiação à tradição filosófica continental e francesa. Essa crítica é muito presente na Argentina, porém bem menos em outros países do Cone Sul. Reflete as tentativas de delimitação, dentro da academia, entre as intelectuais que estariam mais próximas da militância – e que utilizam a categoria “feminismo” – e aquelas consideradas mais distantes, que utilizam a categoria “gênero” (PEDRO, 2011).

No entanto, em épocas em que os órgãos nacionais de incentivo à pesquisa eram incipientes e se fazia necessário recorrer às fundações estrangeiras para executar projetos, a

⁴¹ A entrevista com Alejandra Ciriza feita por Ana Maria Veiga em 2011 pode ser encontrada nas referências bibliográficas desta tese.

categoria feminismo era preterida:

Nos países do Cone Sul – para atender às exigências dos fundos de financiamento para o desenvolvimento e para conseguir recursos para os vários projetos sociais –, as mulheres identificadas com o feminismo recorriam instrumentalmente ao “gênero”, fazendo cursos, escrevendo textos, produzindo histórias com essa categoria. Por outro lado, nos países ditos centrais, onde se encontram, principalmente, os recursos que financiam tais projetos, é possível notar uma desconfiança em relação à categoria “gênero”, liderada pelas teóricas pós-estruturalistas e desconstrucionistas. A causa dessa desconfiança é a de que, por melhores intenções que se tenha, a categoria mantém a “diferença sexual” como importante (PEDRO, Joanna, 2011, p.274).

O conceito de gênero se difundia no Brasil no fim da década de 1980. As disputas conceituais se colocavam no campo da pesquisa, estando antes articuladas com a militância política. O conceito muito difundido na França de relações sociais entre os sexos, vinculado à sociologia do trabalho, era trazido por intelectuais que transitavam entre os dois países:

O conceito de gênero já era usado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde os anos 1980, pelas mulheres ligadas à 4ª Internacional, à Democracia Socialista (DS) do PT de hoje, que já se chamou Jornal em Tempo, corrente trotskista, a qual a Beth Lobo e o companheiro pertenciam. Por isso que eu discordo um pouco dessa crítica da Jules Falquet, de que o gênero pasteuriza o feminismo e tira a luta de classe. Não é esta minha interpretação. A contribuição teórica não é da Beth, mas ela fez essa passagem de conceitos, que foi importantíssima para o feminismo no Brasil. A outra coisa que ela fez foi o livro dela, A Classe Operária tem dois sexos. A Helena Hirata, A Dominique Fougere, do Cahier du Genre, que é o primeiro grupo de pesquisa das sociólogas na França, constrói a categoria de relações entre os sexos, que trata da temática mulher e trabalho. Essa temática teve um impacto fulminante na produção teórica feminista do Brasil nos anos 1970 e 1980. Tanto que na ANPOCS, são criados dois grupos de trabalho (GTs) sobre mulheres. Um é sobre Mulher e Trabalho e o outro é sobre Mulher e Política. Esse tema do trabalho não tem na geração minha, mas está ressurgindo entre as jovens (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

O trabalho da historiadora Joan Scott representa um marco na discussão da divulgação da categoria “gênero”. No final da década de 1980, a categoria já vinha sendo empregada em diferentes disciplinas, entre as quais, psicanálise, antropologia, sociologia, literatura (PEDRO, 2011). Em 1986 Scott publicou na *The American Historical Review*, o artigo que viria a ser traduzido na França em 1988, publicado no *Les Cahiers du GRIF*. No Brasil, em 1990, o artigo foi traduzido e publicado na revista *Educação e Realidade*, sob o título de “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, exercendo grande impacto na produção acadêmica feminista brasileira.

Embora a palavra “gênero” tenha passado a integrar o vocabulário dos estudos feministas e sobre a mulher no Brasil, o conteúdo das pesquisas segue falando de “mulheres”, o que, de acordo com Pedro (Op.Cit) reforça a ideia corrente no senso comum, de que “gênero” seria sinônimo de “estudo sobre mulheres”. As disputas conceituais sobre a adequação dos termos utilizados nos núcleos de pesquisa e nos congressos acadêmicos continuam a existir. Há aquelas que veem o uso do termo gênero como uma renúncia à carga política presente no termo feminismo; há as que reconhecem que o apelo ao termo gênero foi resultado das exigências das agências estrangeiras (norte-americanas) para financiar pesquisas; e há ainda as que veem uma politização do termo gênero, vide sua presença na história de movimentos sociais e sindicais. O uso do conceito gênero no Brasil, todavia, está associado ao crescimento e consolidação de núcleos de gênero e disciplinas nas diversas áreas das ciências humanas. A partir dessa consolidação em todo território nacional, percebe-se a complexidade das redes de influências e trocas teóricas:

Na UFSC, dos anos oitenta para os noventa, esses grupos e núcleos se consolidam e há disciplinas de gênero, nas ciências sociais, na história, na psicologia, e na letras - onde já tem gênero como disciplina optativa - para toda geração que entra na universidade nos anos noventa. É aí que surge a divisão influência francesa e americana. Na UFSC somos várias com a formação inicial mais francesa. Depois ali na história, a Joana Pedro, a Cristina Scheibe, a Roselaine Neckel, elas vão fazer o doutorado em São Paulo com a orientação da Maria Odila Leite, que é uma historiadora formada na França. Tem toda uma outra geração que aprende teoria francesa, mas no Brasil. Eu sou uma que dou textos em francês para os alunos. Se eu pegar os textos que eu trabalhava em aula nos anos noventa, eles são textos de teoria social. Se um dia tu fores ver minha biblioteca, ela reflete isso, tem produção francesa em alguns temas de gênero, bastante completa desde que comecei a ter dinheiro para comprar livros, a partir de 1996. Podemos então ver que tipo de influência vai ter (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

As condições intelectuais para emergência do pensamento feminista, assim como as condições organizacionais na estrutura universitária exercem papéis fundamentais para a compreensão do fenômeno da circulação internacional do pensamento feminista. No próximo subitem, abordamos as condições institucionais para que essas trocas ganhem um maior amparo, isto é, tratamos dos percursos encontrados na universidade para que o conhecimento feminista seja guiado para circular entre Brasil e França.

5.3 As condições institucionais – os percursos de construção de redes colaborativas de pesquisa na universidade

As redes acadêmicas de cooperação entre França e Brasil são marca da história da intelectualidade brasileira, tendo se expressado desde a fundação de universidades no Brasil, passando por conferências, até o estabelecimento de convênios para realização de intercâmbios universitários entre estudantes de graduação, pós-graduação, doutorados sanduíches ou em co-tutela, parcerias entre pesquisadores e professores. Tais intercâmbios resultam não apenas na formação de pesquisadores, mas também na construção de redes de publicações e na organização de conferências internacionais.

Ao analisarmos a história do feminismo no Brasil, evidencia-se a importante colaboração entre França e Brasil, a partir do exílio na França, o qual uniu movimento social e pensamento social em uma aliança teórico-política:

Eu acho que existem afinidades teóricas, afinidade de temas estudados, circulação mesmo de pessoas que vêm estudar na França, o contrário já não é tão frequente. Mas o aspecto institucional determinante são os recursos. Para você vir do Brasil para França é muito importante você poder contar com recursos e a condição institucional atual brasileira vem se enfraquecendo nesse aspecto. Estão sendo postas em questão. Pelo menos três pessoas de doutorado sanduíche me contataram e tiveram de desistir, pois a CAPES não deu bolsa. De uma maneira geral há cortes importantes nos organismos do governo, como CAPES e CNPq e também a nível estadual, a FAPESP, estão fazendo cortes. Esses problemas de recursos barram, são fundamentais para a circulação de pessoas, de ideias, de termos de pesquisa. A França sempre foi muito avara em termos de recursos internacionais para colóquios, etc. Nós fizemos um seminário internacional franco-brasileiro em 2014 agosto sobre mercado e gênero com MAGE, USP e UFRJ e os seminários vão ser publicados com recursos brasileiros (UNICAMP e Boitempo) e não da França, apesar de ter havido 11 francesas participando no Rio e em São Paulo. Todos os recursos vieram do Brasil. Então acho que a gente pode ser muito pessimista ao futuro do intercambio feminista franco-brasileiro. Ainda mais no campo feminismo que é um campo menos considerado, nem é considerado. Não sei se você viu a declaração do [governador do estado de São Paulo] Geraldo Alckmin sobre a FAPESP, muito recente no início de maio [de 2016]. Ele dizia que a Fapesp estava dando muito recurso para pesquisas não relevantes, que não tinham impacto sobre a realidade, como é o caso por exemplo da sociologia, ele mencionava a sociologia, que era demasiado apoiada pela Fapesp, não deveria ser apoiada. Dizia que a Fapesp devia dar recursos para pesquisar o Zika vírus, a dengue, etc., que era mais importante do que financiar estudos sobre sociologia. Agora, você imagina então estudos sobre feminismo. Então eu acho que a gente pode ser bem pessimista para o futuro das relações institucionais e das ideias. É claro que

as redes sociais, internet, oferecem recursos alternativos, mas não presenciais (Helena Hirata, entrevista, 2016).

Se houve um momento de grandes afinidades teóricas, estas se comprovavam pelo interesse de muitas brasileiras nos estudos feministas franceses, e não o contrário. Apesar do estabelecimento de parcerias para conferências internacionais, o Estado francês demonstra-se pouco aberto a financiamentos de pesquisa feminista em parceria com instituições brasileiras. De fato, a incisiva institucionalização da pesquisa acadêmica francesa é criticada:

Há uma resistência vinculada à institucionalização. Não conhecemos tudo. Na França, este é um problema real, o antagonismo do conhecimento. Isso é, existe um corpus de conhecimento, mas ele se altera. O mundo muda, o que tu pesquisas hoje, não pesquisarias há 30 anos. E vejo hoje nas bancas de seleção o preconceito presente. Há uma mudança em curso, nos encontramos imersos em um sistema neoliberal. Vejo também a ausência de um espírito comum que existia nos anos 70. Nessa época, a visão de mundo era um foco, um objetivo. Nós não estávamos de acordo uns com os outros, mas discutíamos. Havia faculdades emancipadas, hoje em dia há uma forte individualização. Assim, a institucionalização também atingiu o feminismo, o qual teve seu pensamento “desradicalizado”. Para abordar temas interessantes e atuais na academia é muito difícil, pois tudo deve adequar-se à normativa. Sobretudo quando necessitamos de emprego! Não vemos pessoas de cor serem contratadas na universidade. As pessoas empregadas são sobretudo brancas. Há, todavia, o subterfúgio das temáticas para justificar a empregabilidade: “isso é importante, isso não é”. Esse é um problema na Europa, a questão da legislação, a partir da qual a burocracia rapidamente transforma-se em normatização. Assim, existe uma lógica, e precisamos nos adequar a ela, senão somos excluídas do sistema, não somos selecionados nos programas de pós-graduação, não recebemos bolsas de estudos, porque os centros de estudos europeus são muito orientados tematicamente. A institucionalização é algo de grande complexidade, vemos isso por todas as partes. É a normatização do olhar sobre a sociedade. Baumann tem um texto muito bom sobre a produção nas ciências sociais. Fala da caça às bruxas, mostra o funcionamento das coisas lá no alto poder. Isso nos ajuda a compreender melhor os impactos da crescente institucionalização (Eleni Varikas, entrevista, 2016).

O Estado brasileiro, por sua vez, apesar de ter incentivado os intercâmbios e instituições de pesquisa feministas, tem apresentado desinteresse refletido em carência de recursos para parcerias e redes de pesquisa em nível nacional e regional:

Agora é um momento de reação, se recusa recursos para a área de gênero. Na sociologia, as professoras se aposentam e não abrem concurso para gênero. Tem um monte de gurias que entram para a Ciência Política na UFSC e não têm orientador que estude gênero. Elas vão se virando, abrindo caminho. Como tu, essa tua geração

está fazendo isso. Então é um momento de reação fortíssima. Eu espero que daqui a pouco melhore, que daqui a pouco reabra (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

No Brasil, o financiamento de pesquisas sobre a mulher tem início através da Fundação Carlos Chagas, onde havia uma grande concentração de profissionais preocupadas com a situação da mulher, reunidas no Departamento de Pesquisas Educacionais sob a direção da psicóloga Carmen Barroso. Lá se constituiu com o apoio da Fundação Ford um importante núcleo aglutinador de pesquisadoras e feministas (CORRÊA, 2001). Em 1978, começaram a ser realizados concursos, em nível nacional, de bolsas de estudo para pesquisar a situação da mulher no país, com o apoio da Fundação Ford e MacArthur, e dirigido desde há alguns anos para o tema da saúde reprodutiva. Em 1981, a Fundação Ford investiu também na criação de mais um jornal feminista, o jornal *Mulherio*: o congregava algumas das jornalistas e editoras do jornal *Nós Mulheres*, lançado em junho de 1976, não conseguindo sobreviver por muito tempo pela falta de recursos, era feito numa base de trabalho voluntário e coletivo. As condições institucionais para a pesquisa feminista no Brasil deram-se, portanto, pelo apoio financeiro de fundações estrangeiras:

A Fundação Carlos Chagas, coordenada com dinheiro da Fundação Ford, financia pesquisa sobre mulher e gênero. Esse concurso existe dos anos 76 a 92, financiava bolsas pra pesquisadoras, selecionava de dez a doze pessoas por ano. Eu beneficieei dessa bolsa e vim pra França em 1978/79. Não tinha CAPES nem CNPq nessa época. Esse financiamento foi uma contribuição para a criação de redes de relações muito importantes que constituíram a transmissão, trocas de texto, de ideias. Eu conheci lá a Sonia Miguel, com quem eu colaborei depois (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

A década de 1980 foi para a França o momento de expansão da pesquisa, através de editais específicos lançados pelos órgãos de fomento e, por consequência, foi também o momento da formação de redes de colaboração:

Depois do congresso de Toulouse, o CNRS em 1983 fez, tal como a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o CNPq, um edital de pesquisa social sobre a mulher, e aí se constituíram as primeiras pesquisadoras sobre mulheres. Hoje quem faz isso o Institut Emily de Châtelet IEC, ele contribui para a criação de redes na França (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, há a consolidação dos núcleos de pesquisa sobre mulher e a criação das duas mais importantes revistas acadêmicas feministas, marcos da institucionalização do campo de pesquisa feminista brasileiro. É também o momento

de constituição de diversas ONGs ligadas às questões das mulheres, as quais contam com o apoio das fundações que na década anterior financiavam pesquisas.

Então no Brasil eu volto em 1988, começo a dar aula na UFSC em 1989, já em um momento que têm vários núcleos de estudos. E aí efetivamente na virada 80/90 tem o lançamento da Revista de Estudos Feministas (REF) em 1992, Cadernos Pagu em 1993. Surgem as várias ONGs feministas (SOS Corpo, Themis, Católicas pelo direito de decidir) é do início dos anos 90. Esse momento é da sociedade civil, quando as ONGs são criadas pelas fundações que financiam pesquisas, a Fundação Ford. É o momento de institucionalização de estudos feministas na universidade (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

Nesse mesmo período, surgem condições institucionais que estimulam as trocas teóricas e a formação de redes de colaboração entre França e Brasil. As principais instituições nacionais de pesquisa, CAPES e o CNPq, passam a conceder bolsas de doutorado no exterior, e como consequência, surgem vínculos entre o corpo docente francês e brasileiro.

Nos anos 80, 90 vai ter a CAPES e o CNPq financiando doutorado de professores de universidades públicas brasileiras, porque ainda não havia programa de doutorado no Brasil. Assim começaram as idas à França. Muitos professores faziam doutorado, não necessariamente sobre a mulher, mas tinham muito contato com a temática, e interessavam-se pela teoria social francesa, começavam a ler Foucault, Bourdieu, que naquele momento é muito importante. A Lia Zanotto Machado, professora da UNB, em psicanálise, fez o doutorado na França com orientação da Michelle Perrot. O seu Pós-doutorado também foi feito na França, na área da antropologia. A Michelle Perrot se tornou um canal. Outra brasileira que fez a tese com ela foi a Zaira Ari, que fez uma tese sobre as mulheres da Juventude Católica (JUC) do PT. Depois começou a ter uma leva de pessoas que vieram estudar, teve trocas (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

Apesar da barreira do idioma francês no Brasil, que ao longo dos anos vai crescendo, observa-se a criação de parcerias entre pesquisadoras dos dois países, a vinda de pesquisadoras da França ao Brasil foi se tornando mais frequente a partir dos anos 1990, e a partir dos anos 2000 criaram-se redes de maior amplitude:

Quando volto para o Brasil nos anos 2000, levo a Françoise Héritier para o Fazendo Gênero. Essa é a fase de começar a levar os franceses para o Brasil. Nos anos 90 até tinham franceses que vinham para o Brasil, pelo Capes COFECUB, vinham para Florianópolis, mas era bem centrado na antropologia. Quando a Héritier veio, aí comecei a trazer francesas regularmente, e comecei a criar redes. Dali para frente, me preocupava em não mandar professoras estrangeiros apenas pra Florianópolis,

mas também para Porto alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador. Agora cada vez mais para os lugares onde meus ex-orientandos estão dando aula: Natal, Manaus, Salvador. São os lugares onde as pessoas têm ido agora por conta da expansão das redes. A Hérítier quando veio pra Florianópolis, também veio para o Rio, expandindo a rede. Outra pessoa, que não estudou na França, mas importante para a transmissão da teoria francesa no Brasil é a Maria Luiza Heilborn. Ela colaborou com o Michel Boson, trouxe o tema da sexualidade pra UFRJ. Mais recentemente temos o Eric Fassin, que tem vindo para o Brasil todo ano, a Marie Hélène Saint-Bourcier, Helena Hirata, Dominique Fougerolas. Pela REF, muitas entrevistas tu podes ver ali também. Françoise Thébaud, Françoise Gaspard. Barbara Glosevztky. Eu fiz muitos projetos, trouxe muitos franceses, nos últimos 15 anos. Tive muito trabalho! A Laurence Tain que trabalha com novas tecnologias tem vindo bastante, a Hélène Guetta. Olha, veio muita gente, tem listas e listas, principalmente depois do fazendo gênero, muitas pessoas começaram a vir espontaneamente. Eu localizo muito no Fazendo Gênero a criação de outras redes. Acho que dá para pensar nisso, não dá para deixar de pensar nas interlocuções com os EUA, o México (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

Durante os anos 2000, com o incentivo do Estado brasileiro, expandem-se os programas de doutorado e também as possibilidades de realização de doutorado sanduíche no exterior.

Aí assim, dos meus orientandos, eu mandei vários pra França, com essa abertura de bolsas sanduíche, praticamente todas fizeram sanduíche. Eu dizia assim, duas coisas são obrigatórias: estágio docência e sanduíche. Quase todos meus doutorandos foram pra França, mas alguns pra Espanha, Portugal, EUA. E aí alguns abriram redes (Miriam Grossi, entrevista, 2016).

A criação de redes de colaboração para fomentar intercâmbios, mestrados e doutorados sanduíche ou co-tutela, realização de pesquisas e de congressos internacionais resultam na produção de material bibliográfico, seja na forma de livros, coletâneas, dossiês ou artigos acadêmicos. Estes permitem a visualização da circulação de ideias feministas a partir das discussões iniciadas a partir de afinidades teóricas. Essa circulação de conhecimento, entretanto, depende de recursos financeiros e institucionais, os quais vêm miguando, conforme destacam Hirata e Grossi. No próximo capítulo, tratamos do conteúdo dos periódicos franceses e brasileiros que servem de canal para a movimentação internacional do conhecimento feminista dentro dos eixos de análise propostos. A seleção dos periódicos apresentados a seguir resulta tanto das entrevistas realizadas, onde pesquisadoras mencionam publicações específicas, autorias ou dossiês temáticos, quanto de pesquisa bibliográfica. Além das temáticas, pretendemos identificar as autorias feministas que promovem a circulação do pensamento entre Brasil-França, no sentido de operacionalizar algumas das informações obtidas com as entrevistadas nas seções anteriores.

6. A circulação de teorias feministas através dos periódicos brasileiros e franceses

As viagens e traduções das teorias feministas, conforme apontam Claudia Lima Costa e Sonia Alvarez (2013), são feitas a partir das mediações exercidas pelas revistas e periódicos científicos. As autoras salientam o papel do mercado de citação transnacional na construção do cânone feminista, o qual, invariavelmente, carrega consigo um caráter anglófilo e excludente de outros idiomas. O inglês, adquiriu um status global que impacta não somente no meio linguístico de publicações, mas também determina os trabalhos que são *citáveis*, sendo determinante sobre qual conhecimento (ou conhecimento de quem) pode circular. Desse modo, há de se considerar que a língua inglesa não deve ser vista como um meio transparente que apenas “traduz”. Seu status dentro dos sistemas de avaliação dá forma ao que se considera ser o conhecimento, privilegiando publicações e citações em inglês.

Costa e Alvarez (Op.Cit) tratam de alguns exemplos de como abrir espaços nas publicações para outros saberes feministas a partir de práticas *contratradutórias*, isto é, de práticas tradutórias políticas e teoricamente indispensáveis para forjar alianças políticas e epistemologias feministas em prol da justiça social, antirracistas, pós-coloniais e anti-imperialistas. As autoras apontam que a superação das fronteiras teóricas requer o deslocamento teórico dos signos do ocidente em direção a geografias e linguagens descoloniais. Esses deslocamentos podem ser feitos através de políticas tradutórias permeadas pela ideia de tráfico despudorado de teorias e práticas feministas. Esse tráfico ocorre via fronteiras geopolíticas e disciplinares, promovendo o diálogo entre os feminismos das latinas/ mulheres de cor/ feministas pós-coloniais no norte das Américas em diálogo com teorias, práticas, culturas e políticas feministas no sul, e vice-versa.

Dentre os objetivos da proposta geral deste trabalho há a proposta de examinar os meios pelos quais o conhecimento feminista viaja ou circula no eixo Brasil-França. Este objetivo pode ser contemplado pela proposta das práticas *contratradutórias*, na medida em que a circulação das teorias dá-se muitas vezes por traduções entre o português e o francês, sem intermediação do inglês, e forjam-se alianças político-epistemológicas para a expansão da luta feminista.

Embora o pensamento francês possa estar associado em diversas ocasiões a um tipo de conhecimento eurocêntrico e opressor da diversidade do pensamento social e político,

salientamos aqui, a diversidade de correntes feministas francesas existentes. Na seleção de teorias feministas francesas para esta tese, priorizamos aquelas cuja abordagem envolve a consciência das formações pós-coloniais globalizadas contemporâneas, bem como pesquisadoras críticas às epistemologias dominantes e que vislumbram o cruzamento das fronteiras geopolíticas do conhecimento. Nesse sentido, enfatizamos os posicionamentos acadêmicos atentos ao espaço conferido às produções do Sul, bem como as relações de poder no campo acadêmico internacional feminista, relações de dominação e opressão no que Flavia Biroli entende se assentar a geopolítica do conhecimento:

O campo se ampliou e é hoje mais diverso. Hoje temos um acúmulo de estudos em temáticas estruturadas a partir da tradição sociológica francesa, como a do trabalho e a do cuidado, mas temos também uma ampliação de estudos sobre sexualidade entre os quais as referências são muito diversas, havendo a presença de abordagens ligadas a tradições francesas, mas também inglesas, estadunidenses etc. O ponto delicado me parece ser a dificuldade de se ultrapassar a geopolítica do conhecimento. Ao mesmo tempo que passamos a olhar mais para a América Latina, por exemplo, e nos orientar por abordagens que colocam em xeque o eurocentrismo, temos exigências cada vez maiores de inserção no “campo como ele é”, de publicar em inglês inclusive nos periódicos brasileiros. Trata-se, parece-me, de um caminho equivocado porque enfraquece nossa possibilidade de produção a partir dos contextos latino-americanos, de adensamento da produção intelectual, sem que seja o caminho para nos inserirmos de fato no debate internacional (Flávia Biroli, entrevistada, 2017).

Maria Betânia Ávila e Jules Falquet (2014), brasileira e francesa respectivamente, na obra *O Patriarcado Desvendado*, propõem-se a promover publicações de pensadoras e ativistas do Sul no Sul, com sua difusão no Norte e colocar à disposição no Sul do melhor que se produz no Norte. As autoras retomam Chandra Mohanty (1988) para afirmar que há Sul no Norte, Norte no Sul, e que tais termos são sempre relativos. Em todas as partes há classes, “raças” e nacionalidades, além de sexos, ou de práticas político-sexuais. Nesse sentido, reiteramos nesse subitem nosso posicionamento político-epistemológico ao analisar a circulação do pensamento feminista através de revistas acadêmicas brasileiras e francesas, que podem ser consideradas mediadoras culturais no tráfico de teorias e discursos feministas:

Uma forma de se abordar a difícil tarefa de resolver a questão da importação/exportação de ideias feministas e as institucionalidades que supervisionam este processo é desenvolver uma análise da circulação de conhecimentos (feministas) a partir de seus contextos de produção para seus contextos de recepção. [...] É bem sabido que os textos não viajam através de contextos linguísticos sem um ‘visto’. Seu deslocamento pode acontecer

somente se também houver um aparato material organizando sua tradução, publicação e circulação (Costa, C.; Alvarez, S., 2013, p. 580-581).

Guiamo-nos aqui pelo destaque na relação entre teorias metropolitanas e traduções periféricas apontadas por Costa e Alvarez (Op.cit) em um possível exercício de examinação: 1) o conteúdo do periódico e o mercado transnacional de citações; o tipo de conhecimentos sendo disseminados pelo periódico; 2) a localização do periódico em face dos campos disciplinares da academia (e o campo do feminismo); 3) a composição do corpo editorial do periódico e sua representação no contexto discursivo mais amplo; 4) e o tema da canonicidade e do silenciamento de outras genealogias feministas, especialmente nas práticas de tradução de artigos em língua estrangeira.

Guiamo-nos, igualmente, pela ótica de Cornelia Möser (2016) cuja a análise se faz via *retomada de ideias*, em detrimento dos estudos comparativos baseados em similaridades ou diferenças, julgando ser mais pertinente para o estudo da produção de pensamento feminista. Nossa análise para a compreensão da produção e circulação do pensamento envolve um escrutínio das redes acadêmicas e extra-acadêmicas locais e suas relações com os campos institucionais, uma perspectiva de longo alcance sobre as conjunturas intelectuais e políticas. Ademais, retomamos aqui a contribuição de Edward Said (1984) sobre as ideias e teorias viajantes, as quais passam por um processo de recepção, tradução, difusão e reapropriação. Assim, nesta última seção do trabalho, procuraremos evidenciar fatores que permitem a expansão da circulação do conhecimento feminista, sem, no entanto, fazer uso de uma análise comparativa estrita dos periódicos selecionados.

Para a seleção do material analisado, partimos de referências de publicação brasileiras na área, tais como Revista de Estudos Feministas e Cadernos Pagu. Agregamos a revista Labrys, em função das entrevistas realizadas com as pesquisadoras e, por fim, agregamos a Revista Brasileira de Ciência Política, pelas suas recentes incursões nas discussões feministas e de gênero. Os critérios de seleção dos equivalentes franceses seguiram parâmetros semelhantes, o que resultou na escolha de três revistas com temática específica sobre gênero e feminismo - *Questions Féministes/Nouvelles Questions Féministes*, *Cahiers du Cedref*, *Cahiers du Genre* – e também a revista de estudos de pensamento político *Raisons Politiques*.

6.1 Revistas Feministas e de Gênero no Brasil

Fazendo um exercício de esclarecimento sobre a contribuição da *Revista Estudos Feministas* para a legitimidade e a consolidação do campo de estudos de gênero, Albertina Oliveira Costa (2008), recapitula o contexto no qual a produção acadêmica sobre gênero e o veloz crescimento de cursos e de núcleos de pesquisa da área indicam um significativo potencial de demanda por espaços de publicação. Em um curto espaço de tempo, criaram-se dois importantes periódicos de gênero do país, *Revista Estudos Feministas* (1992) e a revista *Cadernos Pagu* (1993). Ambos os periódicos, firmaram-se como referência de excelência entre os periódicos de Ciências Humanas do Brasil:

O impacto da *Revista Estudos Feministas* no campo dos estudos de gênero não pode, a meu ver, ser examinado de modo isolado na medida em que dois periódicos acadêmicos contribuíram decisivamente para configurar o perfil desse campo temático. As trajetórias da *Revista Estudos Feministas* e da revista *Cadernos Pagu*, tão dessemelhantes quanto próximas e convergentes, estão reclamando uma investigação mais detalhada e rigorosa (COSTA, Albertina Oliveira, 2008, p. 132).

Buscaremos manter ao longo desta seção o enfoque analítico proposto por Costa (Op.Cit.), o qual privilegia um olhar conjunto sobre as duas publicações, a despeito das divergências e diferenças enriquecedoras do panorama das publicações no campo de pesquisa feminista brasileiro:

À primeira vista sobressaem algumas diferenças formais; a mais gritante opõe gênero privilegiado na apresentação institucional dos *Cadernos Pagu* e os estudos feministas que nomeiam a outra publicação. *Pagu* é a revista de um núcleo universitário, a REF pretende ser um periódico não diretamente institucional, mas vinculado a uma coletividade de estudiosos, sua editoria esteve no CIEC/ECO/UFRJ, no PPCIS/UERJ, no IFCS/UFRJ e no CFH/UFSC. No entanto, aqui seria interessante um exame detido da provável relação entre a presença da *Revista Estudos Feministas* e a recente criação do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) na Universidade Federal de Santa Catarina. O projeto gráfico extremamente inovador da REF contrasta com o ascetismo formal dos *Cadernos Pagu*, contraste que remete à situação dos anos 90, quando a REF contou com significativo apoio financeiro da Fundação Ford para a sua implantação e os *Cadernos Pagu* dependiam de um orçamento universitário mais modesto (COSTA, Albertina Oliveira, 2008, p. 132).

A REF, *Cadernos Pagu*, *Labrys*, selecionadas para a análise, além da *Gênero e Espaço Feminino*, são revistas brasileiras que se relacionam. Dividem o Portal de Publicações Feministas e mais recentemente o Portal do IEG, relacionado a publicações de ONGs feministas e a revistas estrangeiras, onde se compartilham momentos reflexivos de troca de experiências sobre

publicações feministas e de gênero. A partir da seleção de revistas para os propósitos prenunciados, iniciamos suas análises:

Revista Estudos Feministas

Idealizada em 1990 durante um seminário que reuniu feministas e acadêmicas em uma cidade do interior do estado de São Paulo, a *REF* foi oficialmente lançada em 1992, durante a reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). O objetivo da *REF* era ser um instrumento educativo e político de difusão das pesquisas acadêmicas em gênero e feminismo, com a pretensão de ser também um veículo de formação para os movimentos de mulheres (DINIZ e FOLTRAN, 2004).

O número 0/92 da revista, lançada e editada no Rio de Janeiro em 1992, contou com o custeio obtido através de um edital de financiamento da Fundação Ford, e também publicou o editorial de Lena Lavinias, pesquisadora feminista que esteve presente no Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris, conforme relatado por Helena Hirata (2016) e Françoise Picq (2016). Em uma primeira narrativa da proposta e objetivos da revista de periodicidade quadrimestral, Lena Lavinias apresentava as justificativas e proposições da *REF*, a qual serviria como canal de expressão dos movimentos de mulheres ao difundir o conhecimento de ponta na área dos estudos feministas em uma parceria da pesquisa com intervenção social (DINIZ e FOLTRAN, 2004). Ademais, Lavinias defendeu a não institucionalização da revista, prevendo o rodízio de editoras e de instituições sediadoras e explicava o encarte inserido na revista contendo a tradução de artigos em inglês, com a intenção de dar divulgação internacional à produção brasileira no campo dos estudos de gênero (LAGO, 2013).

A *REF* mudou-se para Florianópolis em 1999 vinculando-se à UFSC, se institucionalizando, portanto. Esse distanciamento das intenções iniciais contrárias à sua institucionalização surgiu como alternativa à sua viabilidade, em função da cessão do financiamento da Fundação Ford. A partir desse momento, a revista viveu uma metamorfose editorial, nas palavras de Luzinete Minella (2008), assumindo uma gestão descentralizada, pela definição de diferentes editorias, encarregadas de suas distintas seções: uma coordenação editorial, editorias de dossiês, de entrevistas, debates, resenhas, etc., todas assumidas por mais de uma pessoa. Dessa forma, um grande grupo de profissionais está diretamente envolvido com

a publicação da revista, havendo rodízio de pesquisadoras entre as diferentes editoriais (LAGO, 2013).

Débora Diniz e Paula Foltran (2004), levando em conta a relevância das publicações sobre gênero e feminismo da Revista Estudos Feministas (REF) para o Brasil, realizaram um estudo onde puderam descrever o perfil das autoras e dos temas dos artigos publicados na REF de 1992 até 2002. As autoras analisaram os títulos, os resumos e as palavras-chaves dos artigos avulsos e os temas dos dossiês, em um total de 20 editoriais, 105 artigos avulsos e 20 dossiês. Com relação ao gênero das autorias, a quase absoluta maioria de mulheres chama a atenção, suscitando, por consequência algumas reflexões sobre a divisão sexual do trabalho na universidade.

A publicação em gênero e feminismo na *REF* é uma atividade eminentemente feminina: 95% das autoras da *REF* são mulheres. Dentre os poucos autores homens que publicaram artigos individuais na revista, a proporção é de quatro estrangeiros para um brasileiro, dado significativo que reflete a divisão sexual do trabalho em gênero e feminismo nas universidades e centros de pesquisa no Brasil (DINIZ e FOLTRAN, 2004, p. 248).

Outros resultados indicaram por um lado, uma grande participação de autorias estrangeiras, em especial de estadunidenses e francesas, confirmando o diálogo e as trocas (com homens e mulheres) mais constantes e frequentes do Brasil com a França e os Estados Unidos. Por outro lado, este estudo também revelou a pequena inserção das autoras hispano-americanas na revista, o que indicava o distanciamento de diálogo com as vizinhas latino-americanas, a despeito da proximidade geográfica e linguística.

Há uma grande participação de autoras estrangeiras, em especial estadunidenses (19%) e francesas (8%) na seção de artigos avulsos, um indicativo do diálogo teórico internacional considerado prioritário para o ensino e a pesquisa em gênero e feminismo no país. Autoras hispano-americanas (Argentina, Chile, Colômbia e México) somente estiveram presentes em 6% da revista e houve casos em que publicaram em parceria com autoras brasileiras. E, muito embora a proporção de autores homens estrangeiros seja maior do que autores brasileiros, não houve nenhum autor latino-americano dentre os estrangeiros. Brasil, França e Reino Unido foram os países de origem dos autores homens. Outro detalhe interessante é que, em geral, as autoras latino-americanas publicaram em língua espanhola, o que facilita a divulgação da *REF* na região. As publicações de autoria estrangeira foram responsáveis por 42% dos artigos avulsos da *REF*, onde todos originalmente escritos em inglês, francês ou outro idioma foram traduzidos para a língua portuguesa e os originalmente em espanhol foram publicados neste idioma (DINIZ e FOLTRAN, 2004, p.249).

Em 2008 foi publicada uma edição especial em função dos 15 anos da REF (v.16, n.1, 2008), onde uma série de pesquisadoras e militantes puderam contribuir com suas reflexões sobre

a repercussão da revista no campo acadêmico, no militante e também no campo das políticas públicas. Esta edição contou com a contribuição de diversas pensadoras do feminismo, dentre as quais podemos destacar Cristina Scheibe Wolf, Sonia Maluf, Joana Pedro, Eleonora Menicucci, Albertina Oliveira Costa, Bila Sorj, Lucila Scavone, Margareth Rago e Lourdes Bandeira.

Já em 2013, a REF tendo completado duas décadas, Mara Lago propôs-se a analisar os percursos da revista em diálogo com autorias de outras regiões. A pesquisadora destaca a disponibilização da versão eletrônica da revista na SciELO Social Sciences (SSS) a partir de 2006, o que possibilitou o acesso às publicações das autoras brasileiras por parte do público internacional. Em sua contabilização:

Foram publicados cinco números da revista eletrônica SSS com artigos da REF, contemplando textos relacionados a temas nacionais e regionais, num total de 34 artigos traduzidos, distribuídos entre os dois números de 2006 e os números produzidos em 2007, 2008 e 2010 pela SciELO Social Sciences.

As entrevistas com teóricas/os de várias nacionalidades, assim como a tradução para o português de artigos de teóricas estrangeiras importantes colocadas em diálogo com estudiosas brasileiras e de outras nacionalidades, realizada principalmente pela seção Debates, acredita que perseguem também o objetivo de “garantir acesso ao público brasileiro de temas de caráter teórico e metodológico presentes no debate feminista internacional”, conforme explicava Lavinias em seu editorial histórico (LAGO, 2013, p. 645-646).

Considerando a preocupação da REF em traduzir para o português a contribuição de teóricas de várias nacionalidades e promover o diálogo entre as estudiosas brasileiras e demais nacionalidades, vislumbra-se sua intenção de inserção no debate feminista internacional, e conseqüentemente, nos fluxos globais do pensamento feminista. Além das traduções de publicações estrangeiras, a REF também buscou aproximar seu público leitor dos debates internacionais através da realização de entrevistas com pensadoras do feminismo:

Desde o vol. 6, n. 1/1998, quando Joan Wallach Scott foi entrevistada por Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmen Rial, e se iniciou o processo de institucionalização da entrevista como carro-chefe da seção Ponto de Vista da REF, foram publicadas, até o número atual da revista [2013], 37 entrevistas [...] Foram entrevistadas 32 pessoas que se identificaram como mulheres e cinco identificadas como homens, contemplando-se também nessas designações dicotômicas os movimentos de transgenerização que flexibilizam as identificações de gênero. Das/os 37 entrevistadas/os, a maioria (27%) foi de americanas/o, ou acadêmicas que trabalhavam nos Estados Unidos (somente um homem americano trabalhando em universidade brasileira). Brasileiras foram sete entrevistadas (quase 19% do total); franceses/as, cinco (13,51%); espanholas, três (8,10%); inglesas, duas, e canadenses uma dupla de um homem e uma mulher (5,40%). As demais nacionalidades que aparecem, Portugal, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Irã, tiveram apenas uma pessoa

entrevistada (2,70%). Assim, temos um percentual expressivo de entrevistadas/os que atuam nos países do Norte, Europa (43,21%) e EUA/Canadá (32,40%), num total de 94,60% das entrevistas realizadas. É muito reduzido o percentual também de entrevistas realizadas com latino-americanas, com apenas uma das entrevistadas oriunda do continente, acadêmica em universidade da Argentina (LAGO, 2013, p. 646).

A autora do estudo de 2013 destaca a mudança positiva de cenário quanto às publicações de latino-americanas na revista:

Mostrando uma tendência diferente da assinalada por Diniz e Foltran em sua pesquisa, as latino-americanas são hoje autoras frequentes nas páginas da REF, especialmente na seção Artigos. Atualmente, com uma média de sete, oito artigos publicados nessa seção, temos cerca de três escritos por autoras/es oriundas/os de países da América Latina (LAGO, 2013, p.646).

Percebe-se, com a publicação das entrevistas feitas com feministas brasileiras, europeias, norte-americanas e também oriundas do oriente médio uma função igualmente importante da REF em ampliar a divulgação e as trocas do conhecimento feminista. Segundo os dados apresentados por Lago (2013), a predominância das entrevistadas é de origem europeia, e dentre elas, observa-se a predominância de entrevistas realizadas com francesas, as quais sucedem às brasileiras, obtendo assim, a segunda posição de maior predominância na seção de entrevistas da REF.

Cadernos Pagu

A revista *Cadernos Pagu*, lançada em 1993 pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi resultado de debates e pesquisas de integrantes do Núcleo de estudos de Estudos de Gênero – Pagu, cuja proposta visava o mapeamento dos avanços na produção sobre gênero no Brasil e seus impasses. A revista foi criada em um momento em que os estudos de gênero já contavam com alguma legitimidade acadêmica no país, todavia corroborava a existência de uma demanda reprimida por espaços de publicação no campo de estudos de gênero e feminismo. Juntamente com a REF, pode ser apontada como de grande prestígio, representativa dos estudos de gênero no Brasil, bem como referência de excelência entre os periódicos de Ciências Humanas disponíveis na Scientific Electronic Library Online (SciELO). Dentre as missões da revista, é anunciada a intenção de “[...] oferecer significativa contribuição para as discussões no âmbito acadêmico e fundamentais subsídios para a atuação de organismos governamentais e não-governamentais incluindo a formulação de políticas públicas”.

A *Cadernos Pagu* esteve vinculada desde sua criação a um núcleo universitário como forma de viabilização, já que não contava com recursos externos. Este constitui uma das principais diferenças da proposta inicial da REF, a qual defendia a não institucionalização da publicação, contando com o apoio inicial da Fundação Ford. Tendo como proposta inicial a ampliação, difusão e estímulo à produção de conhecimento na área, a revista pôde manter-se por conta do apoio de agências de fomento à pesquisa, inicialmente contou com a FAPESP e FAEP (Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa, da Unicamp) e em seguida com o apoio do CNPq, cujos aportes foram determinantes para a continuidade das publicações semestrais da revista, a partir de 1996. Além da melhoria da qualidade gráfica, a *Cadernos Pagu* pôde se adequar às normas editoriais, bem como a indexadores nacionais e internacionais (PISCITELLI et al. 2003).

Incentivadas a pensar como estimular a produção de pensamento sobre gênero no Brasil as editoras da Revista, Piscitelli, Beleli e Lopes (2003) lançam um estudo sobre o mapeamento das principais áreas de conhecimento presentes nas publicações da *Cadernos Pagu*, desde sua criação em 1993:

Um olhar sobre os 19 números publicados mostra essa diversidade, incluindo temas como mídia, parentesco, relações amorosas, bioética, políticas educacionais, violência, embora com uma visível concentração da produção em certos temas - sexualidade e corporalidade (18%), teorias e práticas feministas (14%), raça (10%), trabalho (8%), literatura (8%). No que se refere às disciplinas nas quais se ancora a produção veiculada na publicação há uma concentração nas áreas de antropologia (32%), história (23%), sociologia (21%), teoria literária e linguística (9%), filosofia (4%), educação (3%), psicologia (2%). Outras áreas disciplinares estão presentes apenas com 1% da produção - biologia, geografia, informática, jornalismo, ciência política, medicina, química. É importante chamar a atenção para essas áreas porque sua presença expressa o esforço da revista por ampliar o leque de abordagens disciplinares presentes na publicação, particularmente a partir do número 15,⁷ voltado para a história da ciência, um número que circula entre alunos da Biologia ou das Ciências Médicas, áreas nas quais é pouco frequente incorporar leituras sobre gênero (PISCITELLI, BELELI e LOPES, 2003).

As autoras expressam sua preocupação com a difusão de resultados de pesquisas inéditas - nacionais e estrangeiras – e textos ainda não traduzidos no país, viabilizando, assim, a divulgação de conhecimentos e procurando promover a leitura crítica da produção internacional.

As/os colaboradoras/es internacionais se concentram em autoras/es sediadas/os nos Estados Unidos e na Europa, particularmente, França, Inglaterra e Portugal; a participação de colaboradoras/es da América Latina ainda é pequena.

Embora a produção internacional represente apenas 15% dos textos veiculados nos *Cadernos* - excluindo as resenhas -, a seleção dessa produção é um dos esforços

permanentes do Comitê Editorial, viabilizando a difusão de textos que são referência na produção internacional sobre gênero (PISCITELLI, BELELI e LOPES, 2003).

As colaborações internacionais francesas e estadunidenses, apesar de pouco representativas na revista, ganham destaque em detrimento da baixa colaboração de latino-americanas, em um quadro muito semelhante ao da REF, apresentado no subitem anterior. Ao atentarmos às referências a autorias e temáticas francesas na *Cadernos Pagu*, não podemos deixar de mencionar o dossiê especial publicado em 1999 em comemoração ao cinquentenário da obra de Simone de Beauvoir. Contando com contribuições enviadas da França, dentre as quais as de Eleni Varikas e Sylvie Chaperon, das referenciadas Beth Lobo e Heleieth Saffioti, e com o apoio de Michelle Perrot, o dossiê *Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX* (1999) traz reflexões contemporâneas sobre o legado da obra de Beauvoir aplicadas a diversos contextos. Tal publicação indicou a constituição de uma rede de colaboração feminista Brasil-França, onde autoras residentes na França são convidadas a participar de dossiês temáticos pela revista.

Considerando os propósitos de identificar a influência feminista francesa nos periódicos brasileiros, realizamos, de forma complementar aos estudos acima mencionados, uma análise sobre temáticas, autorias e referências francesas nos números publicados pela *Cadernos Pagu* que compreendem o período de 2010 a 2016. Ao considerarmos a continuidade das publicações da *Cadernos Pagu* neste período, percebemos a consolidação desta rede de colaboração feminista. Há traduções de artigos franceses sobre gênero ou feminismo para o português, artigos tratando do contexto francês e da relação França-Brasil há época da ditadura militar no cone sul, e as citações a obras do feminismo francês são recorrentes. Dentre as referências mencionadas estão Simone Veil, Michelle Perrot, Michèle Riot-Sarcey, Eleni Varikas, Christine Delphy, Elizabeth Badinter, Françoise Héritier, Pascale Molinier, Michel Bozon, Henri Leridon, Isabelle Clair, Christophe Dejours,; Elsa Dorlin, Eric Fassin, Clarisse Fabre, Danièle Kergoat. Por fim, identificamos as publicações e a participação de Helena Hirata na *Cadernos feministas*. A brasileira radicada na França exerce um papel chave no fortalecimento das redes de colaboração e na circulação do pensamento feminista, em função de suas atividades de pesquisa voltadas ao eixo Brasil-França.

Piscitelli, Beleli e Lopes (2003) destacam a importância do diálogo com a bibliografia nacional e internacional, e reiteram seu interesse estimular uma leitura crítica da produção

internacional a partir das realidades locais, contribuindo, nesse jogo, para a criação de novo conhecimento. As autoras aludem à relação na produção de conhecimento estabelecida por Gayatri Spivak, autora indiana que propõe confrontar *teorias de elite do Primeiro Mundo* com as questões coloniais para abri-las, questioná-las, implodi-las.

Isso conduz a certas questões, particularmente, a considerar se é ou não possível defender que o intelectual pós-colonial dependa dos modelos ocidentais como uma necessidade histórica, e a considerar as possibilidades de 'descobrir' e promover 'teorias nativas'. A resposta que a autora dá à primeira pergunta alude à importância de *utilizar o que se tem* para lutar. A resposta à segunda questão se articula com a anterior; tratar-se-ia, mais, de questionar o que é teoria nativa, porque não poderia existir uma teoria nativa que ignorasse a realidade da história do século XIX. Spivak considera importante *utilizar* (de maneira crítica) *o que a história escreveu* (PISCITELLI, BELELI e LOPES, 2003).

Para que o esforço das editoras da Cadernos Pagu na disseminação e na criação de novos conhecimentos, no sentido acima assinalado, tenha o necessário impacto, faz-se necessária a sua divulgação internacional. Fica expressa a dificuldade colocada pela necessidade de difundir a produção brasileira no exterior, e em outras línguas, o que exige recursos adicionais por vezes inalcançáveis. Além dos desafios de ordem financeira, Piscitelli, Beleli e Lopes reiteram o compromisso da publicação em ampliar o conhecimento da problemática de gênero, a fim de aprofundar a compreensão do social e aprimorar os esforços para se opor às desigualdades, entendidas como distribuições desiguais de poder.

Labrys

A revista multidisciplinar de estudos feministas *Labrys*, a qual divide o portal do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) com a *Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*, tem também um papel de difusão do pensamento feminista global. *Labrys, études féministes/estudos feministas* é uma revista online internacional lançada em 2002, multilíngue, e indexada pela Capes e pela Biblioteca Nacional da França. Tem por objetivo engendrar o debate, divulgar o conhecimento produzido pelas mulheres, expor a condição feita às mulheres pelo patriarcado sempre ativo, e ajudar a transformação da realidade, em um feminismo sempre alerta.

Idealizada e editada por Tania Navarro Swain, professora do Departamento de História da Universidade de Brasília e responsável pela criação do primeiro curso de pós-graduação em Estudos Feministas no Brasil, a Revista *Labrys* apresenta um amplo espectro internacional. O comitê editorial, cuja composição é feita por acadêmicas feministas brasileiras, francesas, belgas,

canadenses (Québec), argentinas e senegalesas reflete o esforço de construção de uma rede de colaboração internacional de Tania Navarro Swain, que é Doutora pela Université de Paris III, Sorbonne, realizou pós-doutorado na Universidade de Montréal (UQAM), e é professora associada ao IREF, Institut de Recherches et d'Études Féministes (UQAM). Dentre as pesquisadoras francesas membras do comitê editorial estão Christine Delphy e Françoise Thébaud, feministas atuantes nos campos da sociologia e da história das mulheres, cujas trajetórias militante e acadêmica são referências na história do feminismo francês.

Embora a revista *Labrys* não esteja indexada à plataforma Scielo, o que dificulta a divulgação de suas publicações, esta não deixa de exercer um papel fundamental na circulação do pensamento feminista global. Com a ponte Brasil-França bastante desenvolvida, a revista dispõe de grande parte de suas publicações traduzidas para o francês, e conta com um portal de acesso bilingue português-francês. Em seus 30 números publicados, a participação de autorias internacionais é de cerca de 50%, sendo que grande parte do material internacional publicado é originalmente francófono.

Dentre as acadêmicas francesas entrevistadas para esta tese, três delas têm artigos publicados na *Labrys*, Jules Falquet publicou “*Brève présentation de quelques théories lesbiennes*” em 2004; Françoise Picq publicou “*Les études féministes en France: une institutionnalisation problématique*”, em 2005; Genevieve Fraisse publicou “*Voir et savoir la contradiction des égalités*” em 2013, e “*Introduction à La Sexuation du monde, Réflexions sur l'émancipation*” em 2016.

Os vínculos e trocas teóricas entre acadêmicas brasileiras e francesas tornam-se mais evidentes ao se analisarem os dossiês temáticos da revista. Além de contar com uma edição especial sobre a obra da Monique Wittig em um dos números publicados em 2003, a *Labrys* expressa uma preocupação em promover discussões sobre a mulher lésbica, temática recorrente ao longo das publicações. Há dossiês que tratam do feminismo radical, outros que se propõem a discutir as possibilidades de articulação entre feminismos e a obra de Foucault. Vislumbra-se também tratar da exclusão das mulheres da História, das Artes e do Pensamento Ocidental, a fim de indicar uma reparação de injustiças e de lacunas teórica decorrente dessa situação. Questionar o que é relevante investigar e também o porquê da segmentação disciplinar existente, são alguns dos desafios teóricos e políticos abordados com frequência nas publicações da revista.

A despeito de um forte vínculo com autorias e temáticas do feminismo francês, nas últimas edições da *Labrys* é expressa uma preocupação em expandir as vozes feministas do sul global, como fica atestado nos dossiês sobre o feminismo na Índia, bem como as seções que tratam da história do feminismo e da pesquisa feminista a partir de um olhar das margens, dissidências epistemológicas, com discussões sobre o contexto pós-coloniais de países da América Latina, da África, Ásia, Oriente Médio e Oceania. Por meio da diversidade textual, temática, linguística e geográfica, a revista denota estar atenta aos fluxos globais do pensamento feminista, buscando dar espaço ao crescente espectro teórico feminista, garantindo a promoção do espaço para diálogos entre feminismos dissidentes e do Sul Global e a História e Pensamento Ocidental.

Revista Brasileira de Ciência Política

A Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP), lançada em 2009 pela Universidade de Brasília (UNB) através do Instituto de Ciência Política, teve desde seu início a preocupação do estabelecimento de um espaço de reflexão plural. Em sua primeira edição (2009) seus editores, Flavia Biroli e Luiz Felipe Miguel, demarcaram o foco e o escopo da revista:

A revista deseja abrigar estudos sobre o fenômeno da política – de cientistas políticos, mas também de sociólogos, antropólogos, historiadores, comunicólogos – que partam de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, mas que tenham em comum o compromisso com a reflexão rigorosa e a capacidade de estimular a pesquisa na área. Cada número trará um dossiê sobre tema relevante da ciência política. Além da presença de pesquisadores brasileiros, a revista buscará disponibilizar traduções de textos importantes, mas ainda inéditos em língua portuguesa. Após o dossiê, haverá sempre uma seção livre de artigos e uma seção de resenhas (BIROLI e MIGUEL, 2009, p.9).

Procurando evidenciar a pluralidade de perspectivas, a linha editorial da revista incluiu, desde sua criação, a inserção de temáticas e autorias relacionadas a gênero, feminismo e diversidade:

A RBCP operou, no período em que foi editada por mim e por Luis Felipe Miguel, com uma visão ampla da política, que não se restringe ao estudo das instituições e do Estado. Entendo que além da relevância das questões de gênero na minha trajetória como pesquisadora, essa concepção da política e da Ciência Política amplia o escopo dos temas, problemas e conflitos. Para mim é importante para a comunidade científica o entendimento de que as temáticas de gênero não dizem respeito a um grupo específico, mas à democracia, à justiça, à permeabilidade das instituições, enfim, a questões amplas e fundamentais para a Ciência Política (Flávia Biroli, entrevista, 2017).

Avaliando o panorama brasileiro das publicações feministas e de gênero para além da Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu, a editora da RBCP descreve sua visão sobre o espaço conferido para tais discussões nas revistas acadêmicas de ciências humanas brasileiras:

Acredito que as discussões ainda estão bastante circunscritas às revistas dedicadas ao feminismo e às questões de gênero. Mas houve mudanças nas décadas recentes, as discussões se ampliaram. O caso da Ciência Política é significativo. Tenho, no entanto, dúvidas sobre o que virá por aí. Vejo, hoje, um processo de fechamento dos periódicos da área de CP para discussões teóricas e para análises empíricas fora dos padrões hegemônicos na Ciência Política estadunidense (Flávia Biroli, entrevista, 2017).

Desde a primeira edição da revista, em 2009, até meados de 2016, durante o período em que o corpo editorial era composto por Biroli e Miguel, pudemos identificar uma série de iniciativas que visavam expandir a temática de gênero e feminismo na ciência política brasileira. Entre 2009 e 2015, foram publicadas edições cujos dossiês percorriam temáticas de gênero ou feminismo, em seu amplo escopo. Foram eles: n.2 Gênero e Política (2009); n.7 Aborto (2012); n.16 Feminismo e Anti-racismo (2015); e n.18 Cuidado e Responsabilidade (2015).

Uma série de autorias estadunidenses tiveram artigos traduzidos do inglês e publicados, sendo que o artigo *Soberania individual e propriedade na pessoa: democratização e um conto de dois conceitos* de Carole Pateman, uma importante referência para as discussões de teoria feminista no Brasil, foi publicada no primeiro volume da RBCP. Igualmente, foram publicadas traduções de artigos de Susan Okin, Iris Young, Anne Phillips, Nancy Fraser e bell hooks, de matriz anglófona, contudo com recortes plurais do feminismo liberal, teoria crítica feminista, e feminismos pós/decoloniais.

Em termos de autorias francesas, identificamos a tradução do artigo *O Inimigo Principal: a economia política do patriarcado*, obra referência da feminista materialista Christine Delphy, publicado originalmente em 1998. Identificamos também a tradução de um artigo de Pascale Molinier, *Descompartimentar a noção de cuidado?*, assim como algumas publicações tratando do contexto francês com relação à políticas públicas para mulheres e acesso ao aborto.

Nas poucas edições em que não há alusão direta a temáticas de gênero, há a preocupação com a equidade de autorias masculinas e femininas associadas às discussões sobre direitos

LGBTT, mídia, partidos políticos, democracia, cidadania, desigualdades, carreira política, giro decolonial, ações afirmativas, religião e justiça. A RBCP emerge com uma linha inovadora no grande campo da Ciência Política brasileira, incluindo em suas publicações discussões outrora omitidas pelas demais revistas de ciências humanas e sociais do país. Essa característica editorial denota a atenção dada aos recentes movimentos globais de renovação da ciência política, bem como uma preocupação com uma produção acadêmica de qualidade e adequada ao novo contexto geopolítico no campo do conhecimento intercultural.

Os dados aqui abordados reiteram parcialmente as hipóteses sobre a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França. Há o reconhecimento das dificuldades em transpor a barreira da geografia do conhecimento e também do desafio de integrar as temáticas de gênero e feminismo a pautas mais amplas do pensamento político social, tais como a democracia, a justiça e às instituições políticas. Dentre as colaborações teóricas internacionais nas revistas específicas sobre gênero e feminismo, destacam-se aquelas de origem francesa tanto no formato de artigo quanto no de entrevista. Por outro lado, o recente aumento da participação de colaborações latino-americanas para as revistas pode indicar uma maior abertura não apenas brasileira como também internacional para a contribuição do pensamento feminista latino-americano. Uma confirmação das hipóteses a serem testadas, entretanto, será possível ao tratarmos conjuntamente das revistas acadêmicas francesas.

6.2 Revistas Feministas e de Gênero na França

O debate sobre a cientificidade do campo de estudos feministas emerge na França junto ao fortalecimento do movimento feminista decorrente de maio de 1968, devido a um contexto histórico, teórico e político específico (CLAIR, 2013; LAGRAVE, 1990; SCAVONE, 2008). O feminismo de então, aliava movimento social e crítica para defender uma ampla pauta de autonomia política e de crítica radical ao patriarcado denunciando a opressão das mulheres no espaço público e privado, adotando uma postura libertária e propondo um olhar sobre a relação entre os sexos sob um prisma até então inexplorado.

Em meio a efervescência militante e intelectual, a teoria feminista francesa dos anos 1970 desenvolvia-se por duas vias em oposição, isto é, através do feminismo universalista (ou igualitarista) e o feminismo da diferença. Essa divisão, no entanto, encobre outras subdivisões

dentro do próprio feminismo marxista, que foi o ponto de referência obrigatório dos grupos militantes políticos de esquerda e de extrema-esquerda neste período.

As querelas entre as tendências ‘luta de classe’ e as ‘feministas revolucionárias’ – universalistas como a querela destas com a corrente Psicanálise e Política (Psychépo) – diferencialistas - expressam posições diferentes dentro “dos debates marxistas” da época. No entanto, este embate acabou se polarizando, entre as feministas revolucionárias - que passaram a se denominar materialistas - que assumiam o princípio de autonomia do movimento e seus temas principais, e as diferencialistas do grupo Psychépo, que afirmavam a diferença dos sexos como a questão prioritária do feminismo. Esta luta provocou uma profunda cisão dentro do feminismo francês dos anos 70 e gerou uma hostilidade entre parte das feministas francesas ao diferencialismo, que passou a ser identificado ao essencialismo (SCAVONE, 2011a, p.9).

As cisões ideológicas entre as feministas igualitaristas e diferencialistas propiciaram a criação de revistas que difundiam os fundamentos teóricos das correntes de pensamento divergentes. O número especial da revista *Partisans*, “*Liberation des Femmes/Année Zero*” de julho de 1970 marcou o surgimento da onda feminista radical, emergente nos Estados Unidos e na França através do *Mouvement Libération des Femmes* (MLF), e cuja bandeira era a afirmação de que o “privado é político”

As diferencialistas, agregadas em torno do grupo Psychépo contaram com a criação da “*Maison d’Editions des Femmes*”, em 1973 editora que as apoiava e difundia suas publicações. Autoras tais como Hélène Cixous, Júlia Kristeva e Luce Irigaray, as quais tinham como objeto de discussão a escrita e a psicanálise – tendo sido congregadas posteriormente nos Estados Unidos na categoria *French Feminism* - editaram a Revista “*Des femmes em Mouvement*”, que foi publicada de 1977-1982 e divulgava suas idéias com um conteúdo que buscava fortalecer continuamente, não só mulheres escritoras, mas as mulheres em geral, de todas as faixas etárias, nacionalidades. O grupo Psychépo registrou legalmente a sigla do MLF, gerando uma disputa enorme, que resultou na acusação de apropriação e recusa por parte das feministas francesas ao diferencialismo, identificando-o com essencialismo ontológico, quase como uma seita (SCAVONE, 2011a).

Em consequência à crescente polarização das correntes de pensamento, as feministas materialistas, representadas por frente Christine Delphy e Simone de Beauvoir, passaram a considerar as diferencialistas enquanto essencialistas e antifeministas. Delphy e Beauvoir fundaram em 1977 a *Révue Questions Feministes* (RQF), a qual seguia a corrente do feminismo

materialista e foi publicada até 1980, quando a posição divergente de Monique Wittig provocou uma ruptura interna. Integrante do grupo da RQF, Monique Wittig fazia uma crítica radical à heterossexualidade como sistema e considerava que a luta feminista não passava somente pelas transformações do capitalismo e do patriarcado, mas pela transformação política da linguagem e da afirmação do lesbianismo radical. Esta autora foi bem recebida pelos estudos literários anglo-saxões, ela viveu e lecionou em várias universidades dos Estados Unidos desde o final dos anos 1970, e foi retomada pelos estudos queer do final dos anos 1980 em diante (SCAVONE, 2011a).

Após a cisão de posicionamentos, foi criada a “Nouvelles Questions Féministes” (NQF) em 1981, cuja linha restabeleceu os princípios fundadores do grupo. Em 2002 passou a ser editada por um comitê franco-suíço na Universidade de Lausanne, diversificou o comitê editorial e renovou as contribuições, estabelecendo muitos laços com o feminismo latino-americano.

A década de 1970 foi marcada pela ebulição de lutas políticas, ações e ideias na França, o que favoreceu a produção teórica de análise de tal contexto. Conforme Picq (1993) ao menos 27 Jornais e Revistas Feministas circularam de 1971 a 1980 no país, militantes e/ou teóricos, com diferentes durações de existência e frequência de publicação, a depender da força dos grupos editores. Merece destaque o Jornal “*Le torchon brûle*”, que publicou 6 números nos inícios dos anos 70, divulgava as ideias do movimento, com um humor refinado e irônico, chegando a editar 35.000 exemplares, distribuídos nos metrô, feiras e saída de empresas, além de uma distribuição institucional (SCAVONE, 2011a; PICQ, 1993).

Além destas revistas feministas, o ambiente intelectual francês de discussão teórica sobre feminismo, opressão, relações sociais de sexo, história das mulheres e gênero expandia-se em consequência da circulação de outras revistas francófonas de considerável impacto, tais como *Les Cahiers du CEDREF*; *les Cahiers du genre* ; *Travail, genre et sociétés* ; *Genre, sexualité et Société*, *CLIO*, e *les cahiers du GRIFF*.

Nouvelles Questions Féministes

Completando 35 anos de existência, *Nouvelles Questions Féministes* torna-se a revista a revista acadêmica francófona mais antiga, tendo sua história entrelaçada ao desenvolvimento e transformação do movimento feminista. Conforme manifestado em sua plataforma, a revista se dedica a apoiar o desenvolvimento e a difusão de reflexões políticas e teóricas enraizadas no

movimento feminista, desde seu posicionamento crítico original, negando-se a explicar a subordinação e discriminação das mulheres pelo viés da natureza ou da biologia.

A revista, como bem recorda Jules Falquet (2004), carrega a história prévia de criação da *Révue Questions Féministes*, fundada em 1977, durante o auge do feminismo francês por Simone de Beauvoir, Christine Delphy, Colette Capitan-Peter, Emmanuelle de Lesseps, Nicole-Claude Mathieu, Monique Plaza, e Monique Wittig, a qual se uniu ao grupo posteriormente à sua fundação.

Embora a imprensa feminista já estivesse florescendo em meados da década de 1970, o surgimento da *RQF* trazia à tona uma nova orientação, militante-acadêmica, suplantando o padrão das revistas feministas de então, com textos de opinião, breves, de humor, mas também combativos. A *RQF* realizou um trabalho verdadeiramente pioneiro, inaugurando o espaço de debate político e teórico: publicando artigos densos, não só das integrantes do grupo fundador, mas também de outras feministas, publicou traduções bem como textos chave para a reflexão teórica, tais como “Não se nasce mulher” e “o pensamento straight”, de Monique Wittig, (FALQUET, 2004).

Em 1981, após a ruptura no seio do coletivo ocasionada pelas divergências e desacordos em torno do posicionamento do lesbianismo radical, funda-se a *Nouvelles Questions féministes*, cuja orientação editorial seguiu sendo feita por Simone de Beauvoir, e apoiada por Christine Delphy, Claude Hennequin e Emmanuèle de Lesseps. A manutenção da perspectiva radical e das suas orientações políticas (materialista, anti-essencialista e autônoma) é reiterada no primeiro editorial, assim como a vontade de constituição de um espaço para debates teórico-políticos para além do mundo francófono. Dentre os objetivos estão os de publicar ao menos uma tradução a cada número da revista.

Durante os anos 1990, a despeito de um contexto adverso para financiamentos, a *NQF* levanta problemáticas de fundo que ultrapassam o escopo europeu e publica um dossiê sobre “nacionalismo e anti-feminismo”, o conflito entre Israel e Palestina, o movimento na Turquia, as violações na ex-Yugoslavia, as mulheres do mundo mediterrâneo. Graças à presença de uma latino-americana no Comitê editorial, a revista passa a se abrir à produção teórica e aos movimentos de mulheres e feministas da América Latina e do Caribe (FALQUET, 2004).

Inicialmente, a *RQF* publicou manifestos, e documentos sobre a região, em seguida publicou um número especial sobre feminismo da região (Vol. 20, nº 3, 1999), com autorias francófonas e latinas.

A partir de 2002 a revista passou a ser editada por um comitê franco-suíço, na Universidade de Lausanne, e esta nova associação diversificou o comitê editorial e renovou as contribuições. Estabeleceu muitos laços com o feminismo latino-americano e reiterou sua fidelidade aos princípios do feminismo dos anos 70: “*A Revista se inscreve em uma perspectiva feminista antiessencialista, materialista e radical, elaborada nos movimentos de liberação das mulheres dos anos 1970*” (SCAVONE, 2011a).

Com a intenção de realizar um balanço teórico-político e prático da NQF, Jules Falquet, busca aproximar as leitoras do impacto da revista. Ao analisar o público leitor, através das assinaturas cadastradas, apesar da baixa taxa de assinantes, mostra-nos a liderança do Brasil em termos de América Latina:

Quanto aos países de residência das assinantes, a Suíça desponta, devido a campanha forte de difusão lá realizada, com 180 inscrições, seguida pela França, com 120. Existe um núcleo de assinantes no Canadá (20), enquanto os seguintes países só têm menos de 10: Espanha, Itália, Alemanha, Grã-Bretanha, Grécia, Portugal, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Suécia, Hungria; e fora da Europa, Austrália, Japão e Brasil⁴² (FALQUET, 2004, 71).

Depreende-se de tais dados a aproximação histórica de muitas brasileiras com o feminismo francês, a partir de seu contato direto com o MLF, quando do exílio político em Paris. Além disso, pode-se considerar o impacto populacional brasileiro, em comparação aos demais vizinhos latino-americanos, bem como, em nível de renda, maiores possibilidades financeiras para a assinatura da revista. Todavia, em termos de parcerias e redes colaborativas, Falquet também apresenta alguns dados que apontam para uma maior aproximação da revista com os movimentos feministas e produções teóricas da América Latina e Caribe, principalmente no esforço para traduções se publicações originalmente escritas em espanhol ou inglês:

⁴² Tradução nossa do espanhol para português. Trecho original: *En cuanto a los países de residencia de las suscriptoras/es, Suiza arrasa, a raíz de la fuerte campaña de difusión allá realizada, con 180 suscripciones, seguida por Francia con 120. Existe un núcleo de suscriptoras en Canadá, mientras que los siguientes países sólo cuentan con menos de 10: España, Italia, Alemania, Gran Bretaña, Grecia, Portugal, Austria, Dinamarca, Finlandia, Países Bajos, Suecia, Hungria; y fuera de Europa, Australia, Japón y Brasil*

Apesar de seus recursos limitados, *NQF* tem sido capaz de apresentar várias traduções de artigos importantes do mundo de língua inglesa e de língua espanhola, em um esforço para aumentar a conscientização do público francófono sobre o trabalho feminista feito em outros lugares, especialmente nas Américas. Embora tenha havido algumas traduções de textos americanos, o esforço da revista foi especialmente dirigido para a América Latina e o Caribe, com a publicação de vários artigos, entrevistas e manifestos feministas mexicanos (especialmente em torno das mulheres indígenas e não-indígenas zapatistas), da América Central (Guatemala, El Salvador), Bolívia, República Dominicana e Brasil (com especial destaque para a questão das lutas das mulheres negras contra o racismo, o sexismo e o heterossexismo), com destaque para a edição especial já mencionada sobre feminismos América Latina e Caribe, bem como vários textos sobre as mulheres movimento, feminista e lésbica na região. De fato, a questão do lesbianismo e análise da heterossexualidade como um sistema, que raramente vem à luz em revistas acadêmicas, mesmo ainda hoje, em revistas feministas, a menos que sejam "especializadas" no assunto, também tem sido abordada várias vezes com textos franceses, espanhóis, latino-americanos e caribenhos⁴³ (FALQUET, 2004, p. 71, tradução nossa).

No que tange o diálogo teórico com a América Latina, fica expresso o interesse editorial da *NQF* em explorar e difundir feminismos dissidentes, a exemplo dos debates sobre as mulheres indígenas e negras da América Latina, e das lutas das mulheres negras no Brasil, das discussões que unem racismo à opressão das mulheres, e à heterossexualidade como sistema. Essas temáticas, no início dos anos 2000, encontravam pouco espaço para discussão acadêmica inclusive no próprio país de origem. Jules Falquet (2004), membra do comitê de redação da *NQF*, anuncia à época, a intenção da revista em abordar as lutas radicais feministas na América Latina, de uma perspectiva de deslocamento da centralidade acadêmica europeia branca:

Também almejamos fazer uma edição especial sobre "lutas radicais na América Latina e no Caribe", focado em lutas lésbicas, indígenas, negras, feminismo autônomo, e uma reflexão sobre as lutas armadas, entre outras. Este projeto tem dupla finalidade: apresentar diretamente ao público francófono as lutas e as análises das protagonistas, ativistas, mulheres latinas e caribenhas, muitas vezes não acadêmicas, em vez de escrever "sobre" elas (como acadêmica, europeia, branca), e, simultaneamente, reunir e devolver para a América Latina e o Caribe este conjunto de experiências, através de

⁴³ Tradução nossa do espanhol para português. Trecho original: *A pesar de sus pocos recursos, NQF ha podido presentar varias traducciones de artículos importantes provenientes del mundo anglófono e hispanófono, en su afán de dar a conocer al público francófono los trabajos feministas que se realizan en otras partes, en especial en el continente americano. Si bien se han realizado algunas traducciones de textos norteamericanos, el esfuerzo de la revista se ha dirigido especialmente hacia Latinoamérica y el Caribe, con la publicación de varios artículos, entrevistas y manifiestos de feministas mexicanas (en especial en torno a las mujeres -indígenas y no indígenaszapatistas), centroamericanas (Guatemala, El Salvador), bolivianas, dominicanas y brasileñas (con especial énfasis en la cuestión de las luchas de las mujeres negras em contra del racismo, del sexismo y del heterossexismo), destacando el número especial ya mencionado sobre feminismos latinoamericanos y caribeños, además de varios textos sobre el movimiento de mujeres, feminista y lésbico de la región. De hecho, el tema del lesbianismo y el análisis de la heterossexualidad como sistema, que pocas veces sale a la luz en las revistas académicas, incluso aún hoy, en las revistas feministas, a no ser que sean "especializadas" sobre el tema, también ha sido abordado repetidas veces, con textos franceses, españoles, latinoamericanos y caribenhos* (FALQUET, 2004, p.71)

uma publicação em espanhol. Oxalá possamos encontrar algum eco entre vocês para alinhavar colaborações nesse sentido – e em outros! Porque a nossa esperança e convicção é que, para além dos esforços acadêmicos e teóricos que carregamos em nosso local de residência, o feminismo será militante e das ruas – negro, indígena, árabe, asiático, africano, lésbico-popular e internacional, ou não será!⁴⁴ (FALQUET, 2004, p.72).

Quanto às demais referências específicas ao feminismo brasileiro, destaca-se a publicação de Andrée Michel sobre as lutas feministas no Brasil “*Luttes féministes au Brésil: notes sur un récent Voyage: avril-mai 1989*”, publicado no Número 16/17/18 da NQF em 1991. A publicação fazia referência à passagem de Andrée pelo Brasil em 1989, onde observou os rumos do movimento feminista durante a transição democrática. Nas publicações posteriores à análise feita por Falquet em 2004, observou-se o dossiê especial de 2005, sobre Feminismos Dissidentes na América Latina e Caribe, com artigos de autoras da região, tratando das lutas de resistência à globalização, e de alternativas ao capitalismo global, do movimento zapatista no México, do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Brasil, das Piqueteras na Argentina e das lutas pela nacionalização dos hidrocarburetos na Bolívia. Nessa edição, dois textos de autorias brasileiras foram traduzidos por Jules Falquet à NQF: “*Noircir le féminisme*”, de Sueli Carneiro, e “*Ialodês et féministes. Réflexions sur l’action politique des femmes noires en Amérique latine et aux Caraïbes*”, de Jurema Werneck. Ademais, esta edição da revista contou com uma versão em língua espanhola de diversos artigos, inclusive com a publicação de um artigo de Ochy Curiel, importante pensadora do feminismo latino-americano.

O comitê de redação, o qual conta com mais de 50 participantes, destaca-se no marco da história das revistas feministas, tanto pelo seu tamanho, quanto pela sua abertura às jovens pesquisadoras. Essa dinâmica específica da NQF, segundo Falquet (2004), procura abrir espaço para as novas gerações, para sua formação intelectual e através da publicação de artigos, reiterando o propósito de contribuir ao desenvolvimento dos estudos feministas na academia e

⁴⁴ Trecho original em espanhol: *También se está planteando realizar un número especial sobre “Luchas radicales en América Latina y el Caribe”, centrado en las luchas lésbicas, indígenas, negras, el feminismo autónomo, y una reflexión sobre las luchas armadas -entre otros. Este proyecto tiene una finalidad doble: dar a conocer directamente a las francófonas las luchas y los análisis de las protagonistas, mujeres militantes, latinas y caribeñas, a menudo no académicas, en vez de escribir “sobre” ellas (como académicas, Europeas, blancas), y simultáneamente, reunir y devolver para las latinoamericanas y caribeñas este conjunto de experiencias, por medio de una publicación en español. Ojalá encontremos entre ustedes algún eco para entablar colaboraciones en este sentido -¡y en otros! Porque nuestra esperanza y convicción es que, más allá de los esfuerzos académicos y teóricos que cada una realizamos en nuestro lugar de residencia, el feminismo será militante y callejero -negro, indígena, árabe, asiático, africano, lésbico-, popular e internacional, ¡o no será!*

oferecer apoio especial às investigadoras feministas que iniciam sua trajetória profissional. A revista *NQF*, com sua especificidade em ancorar-se tanto no movimento feminista quanto na científico-teórica, tornou-se precursora na França e nos demais países francófonos, tais quais Bélgica, Suíça e Canadá/Québec. As revistas universitárias de circulação francófona surgidas posteriormente carregarão consigo a marca de tal especificidade de dupla ancoragem.

Cahiers du CEDREF

Sendo a única revista pluridisciplinar feminista sobre gênero vinculada a uma equipe universitária na França, a publicação anual *Cahiers du CEDREF* existe desde 1989, e ocupa um espaço particular dentre as publicações deste domínio. A revista é ligada ao *Centre d'enseignement, de documentation et de recherche pour les études féministes*⁴⁵ (*CEDREF*) da Universidade Paris Diderot e sua orientação para publicações versa para a pesquisa de ponta feminista pós-colonial e transnacional, tradução de textos fundadores no domínio feminista bem como na pesquisa realizada por jovens pesquisadoras dos estudos feministas. A Universidade Paris Diderot é a editora principal de *Cahiers du CEDREF*, entretanto, alguns números da revista foram publicados com o apoio conjunto da *Bibliothèque du féminisme*, seção especial da editora Harmattan, e da *Réseau interuniversitaire national sur le Genre*⁴⁶ (*RING*) onde o *CEDREF* é membro fundador.

A *Bibliothèque du féminisme* é uma coleção dirigida por acadêmicas francesas, Oristelle Bonis, Dominique Fougeyrollas-Schwebel, Hélène Rouch, publicada com o apoio da *Association Nationale des Études Féministes* (ANEF). A linha desta coleção questiona a relação entre as diferenças biológicas e as desigualdades de sexo, entre sexo e gênero, promovendo o debate político inaugurado pelo feminismo, privilegiando demandas científicas e críticas através de uma abordagem interdisciplinar. Além de reeditar textos que inspiraram a reflexão feminista e traduzir obras feministas estrangeiras, a coleção francesa preocupa-se em publicar pesquisas, ensaios, teses e textos que testemunham a renovação das problemáticas, categoria onde se enquadra a Revista *Cahiers du CEDREF*.

A *RING* foi constituída durante reuniões dos conselhos do Ministério de Ensino Superior

⁴⁵ Centro de ensino, documentação e pesquisa para estudos feministas

⁴⁶ Rede Interuniversitária Nacional de Gênero

e da Pesquisa, sendo idealizada por um coletivo de professoras-pesquisadoras vinculadas ao *CEDREF*. Seu objetivo é o de coordenar os polos de ensino e de pesquisa, promovendo a integração, diálogos e circulação de informações científico-acadêmicas nos estudos de gênero, no contexto francês, europeu e internacional.

Com o apoio editorial da Universidade Paris Diderot, Bibliothèque Féministe e RING, a revista tem suas diretrizes reiteradas e incentivadas, estando aberta às jovens pesquisadoras, às problemáticas emergentes, tratadas sob prismas de análise pioneiros. Ademais, os *Cahiers du CEDREF* consagram atenção especial à publicação de traduções de textos fundadores do pensamento feminista, tais como os de Gayle Rubin, Erving Goffman, Gloria Anzaldúa ou Layla Ahmed.

Temáticas tais como gênero e migração obtiveram uma seção especial na publicação de 1998, e a partir de 2005, conforme registrado na apresentação do site da revista⁴⁷, o CEDREF pode inaugurar uma reflexão sobre a articulação das relações sociais de sexo, de classe e de raça. Com 20 números publicados, a revista trouxe uma série de abordagens e temáticas feministas, propondo-se a realizar exercícios de autocritica através da análise dos estudos feministas na França, tratando de temáticas relativas à globalização, e mais recentemente difundindo reflexões acerca dos assédios sexuais no ensino superior, perspectivas pós-coloniais de gênero, teorias feministas e teorias queers decoloniais, interseccionalidade e colonialidade.

Dentre as autorias latino-americanas com publicações na revista estão a mexicana Gloria Anzaldúa, precursora da ideia de *consciência mestiça* no pensamento feminista, e outras cinco brasileiras: Lélia González, Cláudia Pons Cardoso, Anette Goldberg Salinas, Céli Regina Jardim Pinto e Albertina de Oliveira. Com a tradução de seu texto “A categoria político-cultural da amefricanidade”, Lélia Gonzalez integra a lista de autoras da última edição da revista, n.20, 2015, acompanhada de Cláudia Pons Cardoso, em um artigo homenagem à González, precursora do feminismo negro no Brasil. Anette Goldberg, muito associada às mulheres brasileiras vivendo em Paris nos anos 70, publica no n.8-9, em 2000, um artigo sobre as brasileiras exiladas, fazendo também a apresentação do Dossiê Mulheres e Migração. Em 1997, na edição de n.6 do CEDREF, há a publicação de Albertina Oliveira tratando sobre os estudos sobre a mulher no

⁴⁷<http://cedref.revues.org/485>

Brasil, e de Celi Pinto, tratando sobre a dupla característica feminista: movimento social e sujeito político.

Percebe-se o esforço editorial da revista em trazer temáticas que ultrapassem o escopo meramente europeu de reprodução de desigualdades de gênero e sexo, bem como autorias internacionais, não apenas brasileiras, mas também de outros continentes do globo. Nesse sentido, vale observar a composição do comitê editorial da revista. Contando com uma relativa diversidade geográfica de suas 16 membras, o comitê é composto pela pesquisadora Miriam Grossi, bem como pela francesa Jules Falquet, entrevistadas para esta tese. A participação de tais pesquisadoras em espaços geográficos e institucionais distintos reforça seu papel de agentes na promoção da circulação do conhecimento feminista e consequente ampliação das redes de colaboração.

Cahiers du Genre

Lançada pela primeira vez em 1991 sob o nome de *Cahiers du Gedisst*, publicou 17 números até 1998, quando alterou seu nome para *Cahiers du Genre* e passou a ser publicada pela editora *L'Harmattan*. Esta revista de periodicidade semestral deseja focar os debates teóricos sobre as relações de gênero numa perspectiva multidisciplinar e internacional. Pretende contribuir, através da divulgação da pesquisa de ponta, da produção de novas ferramentas, conceitos e análise no campo das ciências sociais e humanas, priorizando a diversidade e o amplo espectro de questões de gênero. As temáticas da revista abordam não apenas o mundo profissional e da esfera pública e política, mas também as muitas facetas da esfera do privado, referentes às dimensões afetivas, psicológicas ou psicanalíticas.

Com periodicidade semestral, a revista publica dossiês temáticos sobre temas como trabalho, corpo, igualdade, família, sexualidade, política, movimentos sociais, ciência e tecnologia, tempo social, política pública, violência, feminismo, arte, etc., com base em pesquisas relevantes tanto no campo da sociologia quanto no da história, antropologia, psicologia do trabalho e ciência política. A revista propõe-se a capturar, as semelhanças e diferenças entre as formas em que as relações de gênero, de uma sociedade para outra e de uma época para outra.

Indexada ao *CAIRN*⁴⁸, a dimensão internacional da revista é expressa na composição dos números torna um espaço considerável para artigos de pesquisadores e pesquisadores estrangeiros, reconhecidos pela comunidade científica internacional. Dentre suas contribuições, está a da tradução e publicação de textos cujas autorias têm reconhecimento acadêmico internacional a fim de tornar acessível ao público francófono. Na página de apresentação da revista⁴⁹, interessante notar a expressa preocupação de composição de uma equipe editorial diversa e internacional. Há uma equipe de colaboradores internacionais originários da Europa Ocidental e do Leste, América do Norte, Ásia e América Latina (México e Brasil), onde Paola Cappellin-Giuliani, da UFRJ, é a representante brasileira. Ademais, Helena Hirata, pesquisadora emérita nipo-brasileira do CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) é participante da equipe editorial da revista.

Analisando os 61 números publicados pela revista, desde 1991, identificamos uma série de publicações tratando de análises sobre o contexto brasileiro cujas autorias são também brasileiras. Merece destaque o dossiê n.4 de 1992, cuja abordagem aproxima análises de gênero sobre o contexto francês e brasileiro “estratégias familiares e de emprego: perspectiva franco-brasileira”. Neste dossiê, há publicações de Danielle Chabaud-Rychter, Dominique Fougeyrollas-Schwebel, Bruno Lautier, Paola Cappellin-Giuliani, Alice Rangel De Paiva Abreu, e Bila Sorj. Já no dossiê n.7 de 1994 sobre as relações sociais de sexo, há uma segunda publicação de Alice Rangel De Paiva Abreu. Nos números posteriores, além das já mencionadas autoras brasileiras, identificamos: Helena Hirata, Maria Lourdes Bandeira, Alda Britto da Motta, Claudia Fonseca, Adriana Fontes, Vivian Aranha, Lucila Scavone, Angelo Soares, Francisco Vargas e Ana Liési Thurler. As temáticas incluem relações de trabalho e gênero, paternidade, envelhecimento, políticas públicas para mulheres, violências e direitos reprodutivos.

A revista, ao trazer análises sobre o contexto do Brasil ou da América Latina, evidencia uma predominância nos recortes da sociologia do trabalho e da abordagem das relações sociais de sexo. Ela, no entanto, conta com amplas contribuições de abordagens feministas, contando com a participação em seus comitês editoriais de nomes tais como Eleni Varikas, Jules Falquet e

48

Plataforma digital de difusão de revistas acadêmicas francesas das Ciências Humanas e Sociais:
<https://www.cairn.info/a-propos.php>

49 http://cahiers_du_genre.pouchet.cnrs.fr/Presentation.html

Genevieve Fraisse, entrevistadas para esta tese. A constante aparição do apoio para a difusão internacional de tais autoras sediadas na França, indica o esforço por parte de pesquisadoras francesas em tecer uma rede colaborativa internacional com o Brasil.

Raisons Politiques

Revista acadêmica sobre questões políticas e sociais, de publicação trimestral lançada em 2001, *Raisons Politiques* visa analisar, distanciando-se dos constrangimentos institucionais, os desafios políticos contemporâneos a partir da ajuda da teoria e do pensamento político. Editada pela *Sciences Po Paris* e também indexada ao *CAIRN*, a revista busca promover o diálogo entre a filosofia política e os domínios políticos, econômicos e sociais a fim de contribuir para o debate político e público.

Ao articular filosofia e ciências sociais para elucidar questões políticas contemporâneas, aproxima-se da proposta da *RBCP*, cuja proposta também perpassa o a articulação de ideias provenientes da filosofia, história, sociologia e ciência política para pensar a complexidade dos pensamentos políticos e sua evolução.

Apesar de não fazer menções específicas à importância de debate das questões relativas ao pensamento feminista, ou aos recortes de gênero em sua apresentação, a revista *Raisons Politiques* manifesta em seus números a preocupação constante em publicar artigos que tragam o prisma de análise feminista ou de gênero. Desse modo, pode-se encontrar na revista publicações francesas de autorias tais quais Elsa Dorlin, Eric Fassin, Catherine Achin e Eleni Varikas. Essas autorias, em suas publicações, referem-se com frequência ao pensamento feminista, abordando temas relacionados à interseccionalidade, masculinidades, feminismos transnacionais, direitos das mulheres nas democracias europeias, críticas feministas a noção de imparcialidade, liberalismo e pornografia, intersecções do feminismo com o pensamento político e resenhas sobre o pensamento político de feministas francesas, tais quais Françoise Héritier.

Algumas autoras norte-americanas que pensam o feminismo são também publicadas ou tema de análise na revista, como é o caso de Gayle Rubin, Martha Nussbaum, Judith Butler e Catherine McKinnon. Em termos de feminismos latino-americanos, há um dossiê organizado por de Eric Fassin, onde Mara Viveros Vigoya publicada o artigo autora “ A interseccionalidade sob o prisma do feminismo latino-americano”, 2015/2, n.58, com algumas referências específicas à

tomada de consciência da opressão de raça e sexo por determinados grupos de mulheres no Brasil. Há também a publicação do artigo “O discurso de gênero na campanha presidencial de Michelle Bachelet: uma crítica feminista”, de Antonieta Vera Gajardo, em 2008/3, n.31.

Apesar dos poucos pontos de contato entre a *Raisons Politiques* e o campo feminista de pesquisa brasileiro, a revista demonstra a preocupação contínua em abordar temáticas relativas a gênero, feminismo e mulheres em suas publicações. Dentre os números da revista, deparamo-nos com dossiês temáticos sobre “Emoções Políticas”, “Consentimento Sexual”, “Reconhecimento” “Nacionalismos Sexuais”, “Representação Política”, “Democracias Europeias”, “Justiça Restaurativa”, “Linguagens da Interseccionalidade”, “Justiça Global”, “Violências”, “Escolher seus imigrantes? ”, “Vozes”, “Políticas da psy” e “O pensamento católico”. Tais dossiês trazem reflexões feministas, em maior ou menor grau, com referências no título ou ao longo do texto sobre o pensamento feminista, a depender do escopo temático dos artigos. De todo modo, fica expressa a vontade política e científica em superar o status da teoria feminista enquanto corpo teórico “alternativo” e da introdução da categoria “gênero” como adendo às preocupações tradicionais da filosofia e das ciências humanas.

Conforme Biroli (2012), o feminismo deslocou os debates centrais da teoria política, recolocando os termos em que é possível discutir, hoje, questões como a democracia, a representação, a justiça, a esfera pública, a sociedade civil, a autonomia, a igualdade, a cidadania ou o Estado. “É desta forma que, por exemplo, a teoria da justiça de Iris Young é uma teoria *feminista*: não porque se: endereça exclusivamente às questões de gênero, mas porque ela parte da reflexão acumulada pelo feminismo para construir seu próprio percurso” (*ibid*, p.9). Conseguimos vislumbrar na revista *Raisons Politiques* o resultado do esforço do pensamento feminista em acumular reflexões surgidas a partir das relações de gênero para fomentar outros percursos reflexivos no campo das ciências sociais.

6.3 Mapeando a função dos periódicos na circulação do pensamento feminista

A análise do conjunto de periódicos brasileiros e franceses, específicos sobre gênero e feminismos ou sobre ciência política e pensamento social ilustra o status dinâmico da agenda de pesquisa feminista global. Em um primeiro plano, percebemos que, em termos de conteúdo, há um esforço de tradução e entrevistas com teóricas feministas francesas nos periódicos feministas

brasileiros. As revistas feministas francesas, em suas edições a partir dos anos 2000, apresentam publicações sobre feminismos latino-americanos, e abordagens que visam compartilhar com o público francófono a amplitude e pluralidade de perspectivas feministas.

Já as análises aplicadas ao conteúdo das revistas de ciência política analisadas, trazem resultados semelhantes. A *RBCP* apresentou edições com artigos fundadores traduzidos do feminismo francês e estadunidense, indicando uma aproximação às diretrizes das revistas feministas francesas e brasileiras em difundir o pensamento feminista estrangeiro. O corpo editorial da revista busca integrar as abordagens de gênero às demais questões pertinentes do debate teórico político contemporâneo. Além disso, expressa sua crítica à ciência política brasileira alinhada às normativas hegemônicas da ciência política estadunidense reticentes ao debate teórico. A Revista francesa *Raisons Politiques*, indica igualmente a tentativa de integração das perspectivas feministas e de gênero às demais perspectivas do pensamento social e filosófico e dá espaço, em suas últimas edições, à temáticas interseccionais do feminismo latino-americano.

Em um segundo plano, para além da análise de conteúdo das publicações dos periódicos, há questões que fundamentam o panorama analisado. O status da língua inglesa, conforme apontado no início desta seção, dá forma ao que se considera conhecimento científico e influi decisivamente a circulação do pensamento feminista entre dois países cujos idiomas, francês e português, são de base latina. Nesta conjuntura, as políticas tradutórias tornam-se necessárias, e despertam posicionamentos críticos às políticas epistemológicas hegemônicas. Os periódicos de ambas as regiões analisadas apresentam uma orientação de publicação consciente das relações entre teorias metropolitana/centrais e traduções periféricas, bem como do silenciamento de outras genealogias feministas, especialmente nas práticas de tradução de artigos em língua estrangeira. O questionamento do que é considerado conhecimento, a superação de fronteiras geopolíticas do conhecimento, tráfico de teorias e a abertura de espaço às produções teóricas do Sul Global são pontos que transparecem ao longo das análises dos periódicos aqui realizadas.

Além disso, a análise da composição do corpo editorial dos periódicos selecionados e sua representação no contexto discursivo mais amplo suscitam conjeturas sobre o desenvolvimento das redes científicas de colaboração. Há uma série de pesquisadoras com grande participação no circuito de revistas feministas, congressos, parcerias institucionais. Eleni Varikas, Jules Falquet, Françoise Picq, Genevieve Fraisse, Helena Hirata, Lena Levinas, Beth Lobo, Miriam Grossi,

pesquisadoras com participação em seus diversos editoriais, sediadas na França ou no Brasil, exercem um papel fundamental na diversificação de abordagens feministas em periódicos, promovem a divulgação de feminismos estrangeiros. Esse papel destaca a capacidade de tais pesquisadoras em promover a difusão internacional de trabalhos feministas para seu público nacional e indica o esforço por parte destas em tecer uma rede colaborativa internacional no eixo Brasil-França.

7. Considerações Finais

Buscamos ao longo deste texto reunir abordagens históricas, teóricas e epistemológicas que nos indicassem percursos investigativos para o desenvolvimento de uma cartografia das viagens teóricas feministas entre os campos de pesquisa brasileiro e francês. A proposta de mapeamento de fluxos do pensamento feminista inspirou-se nas *travelling theories*, para refletir sobre os processos de recepção, tradução, difusão e reapropriação de ideias, e também nas ideias de circulação internacional do pensamento. O problema de pesquisa colocado buscou identificar os desafios à circulação do pensamento feminista entre Brasil e França, bem como os momentos de convergência entre correntes teóricas feministas brasileiras e francesas.

As hipóteses formuladas para esta tese determinam dois momentos de maior convergência teórica e afinidades ideológicas e intelectuais entre os feminismos brasileiro e francês: um primeiro momento entre os anos de 1974 e 1985, época em que o pensamento feminista francês exerceu influência no incipiente campo de estudos feministas brasileiro; e o segundo momento, entre os anos de 2000 e 2016, contexto atual de circulação multidimensional de informações, de reconfiguração global das relações saber-poder, e do estabelecimento de novos paradigmas epistemológicos, onde o pensamento feminista francês procura suporte teórico em feminismos do Sul Global, em especial da América Latina e do Brasil.

O objetivo geral desta pesquisa foi o de desenvolver um mapeamento da circulação do pensamento feminista no eixo Brasil-França e o espaço ocupado dentro da atual configuração dos campos de pesquisa acadêmica. Os objetivos específicos almejavam apontar as trocas teóricas entre os feminismos dos dois países na constituição dos referidos espaços acadêmicos do feminismo francês e demais contribuições intelectuais na formação dos núcleos de pesquisa brasileiros; delimitar o uso de referenciais bibliográficos franceses na produção acadêmica feminista brasileira, identificar a publicação de autoras francesas no Brasil, bem como publicação de autoras brasileiras na França.

Através da metodologia escolhida para esse percurso investigativo – a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com pesquisadoras feministas atuantes no eixo Brasil-França e análise de conteúdo dos periódicos científicos selecionados - pudemos realizar o mapeamento histórico das trocas que hoje caracterizam a agenda global de pesquisa feminista. Definimos os

três fatores necessários à circulação global de conhecimento - pessoas, *commodities* e ideias – de acordo com a especificidade de nossa análise. Assim, as condições para a circulação do pensamento feminista foram associadas da seguinte forma: pesquisadoras/militantes feministas (pessoas), publicando, traduzindo, organizando conferências nos marcos da produção científica sobre gênero, mulheres e feminismo (*commodities/bens*), tratando de teorias feministas (ideias). As condições estabelecidas para a circulação do pensamento fizeram-nos redimensionar o espaço conferido à conformação de redes colaborativas de pesquisa e publicações na agenda de pesquisa feminista, assim como o papel chave de algumas pesquisadoras do eixo geográfico analisado.

Na primeira etapa empírica da tese, durante a análise das entrevistas aplicadas a pesquisadoras francesas e brasileiras cujas trajetórias intelectuais e políticas perpassem os diálogos entre o pensamento feminista francês e brasileiro, tanto historicamente quanto nos dias de hoje, optamos por organizar o conteúdo reunido em três eixos temáticos para pensar o conjunto de condições necessárias à circulação do pensamento feminista: condições intelectuais; condições acadêmicas; e condições institucionais.

Durante a segunda etapa empírica, de análise do conteúdo dos periódicos franceses e brasileiros, partimos da análise de conteúdo, isto é, analisamos a presença de autorias internacionais nas publicações feministas e de gênero. Ao longo desta etapa, pudemos atentar para fatores de intensificação dos fluxos globais do pensamento, tais como a composição de comitês editoriais, e as políticas tradutórias - considerando-se os idiomas português e francês no contexto de hegemonia do idioma inglês no campo científico – os quais foram agregados às perspectivas analíticas. As duas etapas metodológicas, embora distintas, foram combinadas e intercruzadas de modo a atingir a conformidade da proposta de tese, ou seja, a proposta de realização de um mapeamento dos trajetos internacionais de pesquisadoras, publicações científicas e teorias feministas, no período que se inicia em 1974 e se encerra em 2016.

Conforme relatado pelas entrevistadas para esta tese, as condições intelectuais que instigaram dos fluxos internacionais do pensamento feminista entre Brasil e França datam de um contexto específico, o contexto do exílio político de brasileiras na França, o qual teve início na década de 1970. O ano de 1974 torna-se o marco inicial de nossas análises em virtude do lançamento da revista *Nosotras*, organizada pelo *Grupo Latino Americano de Mulheres em Paris*, o qual daria origem ao *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* em 1976. Este momento

inaugura a publicação de conteúdo feminista e latino-americano, quando muitas mulheres brasileiras no exílio entram em contato pela primeira vez com esta perspectiva de pensamento. É neste período da década de 1970, portanto, em que algumas brasileiras, dentre as quais Anette Goldberg, Angela Xavier de Brito, Betânia Ávila, Elisabeth Lobo, Lena Lavinias e Helena Hirata, vivem em Paris, onde completam sua formação acadêmica, e serão mais tarde associadas à transmissão de teorias feministas francesas ao campo acadêmico brasileiro – serão as pessoas transmissoras. O papel de tais pesquisadoras, entretanto, não se restringia à transmissão de teorias feministas francesas ao Brasil. Elisabeth Lobo, que seguia a linha da sociologia do trabalho, participou de diferentes redes feministas na França, participou do *ARPE*, que deu origem a rede *MAGE* em Paris em 1995, sendo o primeiro grupo de pesquisa do *CNRS* centrado na questão de gênero. Desde 2011, a rede *MAGE* transformou-se em rede de pesquisa internacional e pluridisciplinar, estabelecendo vínculos de cooperação com outras universidades do Japão, China, Brasil e Estados Unidos.

O colóquio *França/Brasil/Québec* que reuniu pesquisadoras de língua francesa em 1994, foi onde pôde se refletir sobre o momento político do exílio na França e sua reverberação na teoria feminista brasileira e também, conforme relatado por autoras e entrevistadas, as brasileiras reconheceram a influência do feminismo francês durante o exílio na França.

Se os anos 1970 foram um período de acolhimento de brasileiras feministas na França, as décadas de 1980, 1990 e 2000 carregaram consigo outras características. A Conferência do México da ONU de 1975, cuja ocasião estabeleceu a década Internacional da Mulher, constituiu um marco importante para o feminismo brasileiro, na medida em que deu início à movimentação feminista para a realização de uma conferência das mulheres a cada dez anos. A partir dos anos 1980, muitas das brasileiras que estudam na França, passam a traduzir textos do feminismo francês e publicá-los no Brasil, e em uma etapa posterior, levam teóricas feministas francesas para o Brasil. Há inclusive uma geração de pesquisadoras que estudaram teoria feminista francesa no Brasil com orientadoras brasileiras que viveram na França e trouxeram este aporte teórico.

Cláudia Fonseca estudou na França sob a orientação de Michelle Perrot, a qual se torna um canal de comunicação no eixo Brasil-França. Maria Betânia Ávila traz Françoise Héritier, através do *SOS Corpo*. O final dos anos 1980 e início dos 1990, momento de institucionalização dos estudos feministas no Brasil, tem início a formação de redes de colaboração, quando as

instituições de fomento a pesquisa brasileira CAPES e CNPq oferecem bolsas de doutorado pleno e sanduíche para a França. Miriam Grossi leva Françoise Héritier para o *Fazendo Gênero* nos anos 2000, e depois para outras cidades brasileiras onde seus orientandos atuam profissionalmente. Observa-se, portanto, a formação de redes de colaboração entre Brasil e França, e nesse sentido o maior evento acadêmico feminista brasileiro, o Fazendo Gênero, combinado às oportunidades acadêmicas de doutorado no exterior, assume um papel chave no fomento de redes colaborativas de pesquisa.

A década de 1980 no Brasil é marcada por um vínculo teórico com o feminismo francês, todavia, essa aliança vai perdendo parte de sua força nas décadas posteriores. A literatura francesa das ciências sociais perde espaço na universidade brasileira, em um contexto de forte entrada de produções norte-americanas. O desconhecimento da língua francesa gera a dificuldade de conhecer as correntes do pensamento feminista francês no Brasil, em um contexto onde o idioma inglês assume um papel preponderante no sistema da produção intelectual global. Algumas áreas das ciências sociais abordam o pensamento feminista, tais como sociologia e antropologia mantem uma aproximação com as correntes francesas, contudo, a ciência política brasileira, segue um alinhamento às correntes hegemônicas norte-americanas, tendo inclusive baixa adesão ao pensamento feminista.

A hegemonia epistemológica norte-americana é apontada por muitas feministas francesas, Christine Delphy, Michelle Perrot e Jules Falquet como um dos fatores que ofuscaram a produção feminista francesa nos anos 1990. Estas feministas condenam o *French Feminism*, corrente de pensamento inventada pela intelectualidade estadunidense que distorce e omite a diversidade e radicalidade da produção feminista francesa. O período de emergência do *French Feminism* coincide com a maior entrada de literatura estadunidense na universidade brasileira, o que justifica em certa medida o *gap* temporal (1986 a 1999) na circulação do pensamento feminista no eixo Brasil-França mencionada em nossas hipóteses.

As condições acadêmicas, isto é, o espaço conferido para os estudos sobre mulheres, gênero e feminismo na organização acadêmica são determinantes ao mapeamento dos fluxos feministas. No Brasil, os primeiros estudos sobre a condição feminina abriram caminho para a criação de núcleos de estudo que hoje compreendem não apenas estudos feministas e sobre a mulher, mas também de estudos de gênero, *queers* e de sexualidade.

A França caracterizou-se, de forma semelhante, pela criação de núcleos de pesquisa universitária feminista e poucas graduações em estudos de gênero, devido à organização institucional da pesquisa. O pensamento feminista francês é apontado por algumas entrevistadas como sendo alvo de institucionalização, ou seja, da normatização do olhar para a sociedade. O fenômeno da institucionalização desradicaliza o feminismo, pois as temáticas de pesquisa acabam sendo adaptadas à normativa dos órgãos financiadores de investigação científica para entrar na academia. Logo, há uma adequação à lógica acadêmica para que a temática feminista não seja excluída do campo científico como um todo.

Um aspecto institucional determinante para a circulação do pensamento feminista é o acesso a recursos financeiros. Estes são fundamentais para a circulação de pessoas e ideias e termos de pesquisa, constituindo o principal desafio à expansão do campo de pesquisa feminista. A França é percebida como mais avara que o Brasil para a concessão de recursos a colóquios e seminários internacionais. Helena Hirata vê com pessimismo as relações institucionais e a circulação de ideias tanto no Brasil quanto na França. Miriam Grossi aponta um momento de forte reação à pesquisa feminista no Brasil, que resulta em pouco espaço acadêmico reservado a tais discussões.

Os relatos das entrevistas revelam haver uma resistência às temáticas feministas e de gênero, e indicam adoção do termo ‘gênero’ em detrimento do termo ‘feminismo’, o qual é associado às feministas do *MLF*, muito mal vistas na França durante os anos 1970. A afirmação do campo de pesquisa feminista francês é marcada por desafios institucionais. Conforme apontam as acadêmicas entrevistadas o machismo acadêmico se revela tanto no menosprezo à importância das pesquisas e publicações feministas, quanto no silenciamento de pesquisadoras dentro da universidade.

As disputas conceituais internas, quanto ao uso dos termos gênero ou feminismo estão presente em ambos os campos geográficos analisados. Tais disputas tanto na França quanto no Brasil refletem as tentativas de delimitação, dentro da academia, entre as intelectuais que estariam mais próximas da militância – e que utilizam a categoria “feminismo” – e aquelas consideradas mais distantes, que utilizam a categoria “gênero”.

Em termos de correntes feministas, o feminismo francês ainda reverbera a cisão entre

igualitárias e diferencialistas durante os anos 1970 e 1980, a qual transparecia inclusive por disputas editoriais. As feministas marxistas de então recusavam o diálogo com as pensadoras do diferencialismo, como é o caso de Hélène Cixous, que oferecia disciplinas no campo da literatura na Paris 8. Atualmente, segundo as entrevistadas, o feminismo francês carece de análises interseccionais e de imbricação de relações. O Brasil, mesmo apresentado uma série de afinidades teóricas com a França, seria mais receptivo às abordagens pós-coloniais, e também mais atento à emergência de novos espaços que ampliam a circulação do feminismo no globo, em especial na África e na Ásia.

Na primeira etapa empírica desta tese, examinamos o primeiro agente da circulação de ideias - as pessoas - aqui representadas nas entrevistas pelas pesquisadoras feministas atuantes no eixo acadêmico Brasil-França. Na segunda etapa empírica, passamos ao exame do segundo agente da circulação - as *commodities* - representadas pelas publicações científicas feministas atuantes nesse mesmo eixo. O terceiro agente da circulação - as ideias - são representadas pelas teorias feministas debatidas e produzidas pelas pesquisadoras feministas, e são disseminadas como conhecimento através da publicação em periódicos científicos.

Assim, a segunda etapa empírica desta tese preocupa-se em mapear as viagens e traduções teóricas feitas via mediações de revistas e periódicos científicos. A abordagem das políticas tradutórias torna-se incontornável, na medida em que surgem as críticas ao impacto do status global do inglês. As críticas feministas à hierarquia epistemológica desconfiam da finalidade da língua inglesa como um meio transparente que apenas “traduz”. O status do inglês dentro dos sistemas de avaliação dá forma ao que se considera ser o conhecimento, privilegiando publicações e citações em inglês.

No que tange o atual contexto de produção científica feminista, embora haja a ampliação do campo no Brasil, há a dificuldade de se ultrapassar a geopolítica do conhecimento. As pesquisadoras feministas, instigadas a olhar mais para a América Latina, orientadas por abordagens críticas ao eurocentrismo, são cada vez mais exigidas a publicar em inglês, inclusive nos periódicos brasileiros. Diante dessas condições, a produção a partir dos contextos latino-americanos e o adensamento da produção intelectual, tornam-se pouco potentes, e as possibilidades de inserção no debate internacional também ficam comprometidas.

O esforço em construir um canal de expressão do movimento de mulheres e a tradução

de artigos em inglês para o português integravam o mote das recém-lançadas revistas REF e PAGU, as quais comprovavam o veloz crescimento da produtividade acadêmica sobre gênero no início dos anos 1990. Lena Lavinas, tendo passado por Paris na década de 1970, chamava a atenção na primeira edição da REF para a importância da inserção no debate feminista internacional. Durante a primeira década da revista, a colaboração internacional era mais intensificada com EUA e França, do que com América Latina, vide as traduções de artigos em francês e inglês, bem como a publicação de entrevistas com feministas francesas e americanas.

Os *Cadernos Pagu*, cujo financiamento dependia de um orçamento universitário mais modesto frente àquele da Fundação Ford destinado à REF, apresentou em sua primeira década de existência índices de abertura internacional semelhantes, tendo maior diálogo com França e EUA do que com América Latina. O Dossiê especial Simone de Beauvoir de 1999 contou com uma série de pensadoras feministas que exerceram um papel chave na circulação do pensamento feminista: Beth Lobo, Heleieth Saffioti e Michelle Perrot. Este dossiê transparecia a rede colaborativa de pesquisa feminista que se firmou ao longo dos anos 1990, e pode incentivar a ampliação da colaboração feminista Brasil-França. A partir dos anos 2000, há publicações de Helena Hirata, detentora de papel chave na circulação do pensamento feminista, bem como a incidência maior de referências bibliográficas francesas.

A *Revista Labrys* apresenta uma posição de grande relevância para a colaboração teórica feminista Brasil-França. Indexada pela Biblioteca Nacional da França, suas publicações contam com versão em português e francês; 50% da produção é internacional e grande parte francófona (Québec e França). Organizada por Tania Navarro, que realizou o doutorado em Paris, a revista conta também com colaborações de Jules Falquet, Genevieve Fraisse e Françoise Picq. A *Labrys* possui um forte vínculo com autorias e temáticas do feminismo francês, tratando do feminismo radical e de sua articulação com a obra de Foucault, da mulher lésbica - questão de fundo para MLF nos anos 1970 e referências à obra de Monique Wittig – sem deixar de promover a expansão das vozes do feminismo global.

A *RBCP*, revista de ciência política brasileira, tem a preocupação em construir um espaço plural para a reflexão teórica sobre o fenômeno da política, incluindo o pensamento feminista. O comitê editorial, ciente da restrição das discussões feministas e de gênero às revistas específicas, procura expandir as análises da ciência política para além do alinhamento à Ciência Política

hegemônica dos EUA, fechada para questões teóricas. Assim, a *RBCP* promove a traduções de artigos de feministas americanas e francesas, tendo recentemente traduzido a obra de Christine Delphy, representante do pensamento feminista radical francês dos anos 1970.

As revistas feministas francesas, em suas edições a partir dos anos 2000, apresentam publicações sobre feminismos latino-americanos, e abordagens que visam compartilhar com o público francófono a amplitude e pluralidade de perspectivas feministas. As traduções de textos referência do inglês para o francês eram comuns durante a década de 1970 e 1980, e foram iniciadas pela *NQF*, revista acadêmica orientada pelo feminismo radical e entrelaçada à história do movimento feminista na França. A partir do final dos anos 1990, a presença de pesquisadoras latinas no comitê editorial estimula a produção teórica voltada para América Latina e caribe. Ampliam-se os laços com a América Latina, reitera-se escopo radical, materialista e anti-essencialista da publicação. Há o esforço de publicação em espanhol de artigos de autorias latino-americanas para a conscientização do público francófono sobre o trabalho feminista de outros lugares do mundo. Esse esforço de conscientização por parte da revista, importante para a circulação do pensamento global, confirma a hipótese do segundo momento de convergência dos feminismos, a partir dos anos 2000. Além disso, a *NQF* preocupa-se em tratar de pautas associadas aos feminismos dissidentes da América latina, publicando artigos de Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Ochy Curriel.

As revistas *CEDREF* e *Cahiers du Genre* apresentam o objetivo de promover a circulação de informação científico-acadêmica feminista internacional, bem como a realização da tradução e publicação de textos estrangeiros para conhecimento do público francófono. Ambas as revistas conferem espaço a problemáticas feministas emergentes, as quais incluem pós-colonialismos, decolonialismos, e estudos *queer*, além de análises sobre o exílio de brasileiras na França e sobre Brasil e América Latina. Dentre as autoras brasileiras que contam com publicações nestas revistas estão Lélia González, Claudia Pons Cardoso, Anette Goldberg, Céli Pinto, Albertina Oliveira, Helena Hirata, além das pesquisadoras entrevistadas para esta tese, Eleni Varikas, Genevieve Fraisse e Jules Falquet. As recentes publicações da revista de pensamento social *Raisons Politiques* da *Sciences Po*, indicam a abertura para autoras do feminismo francês, bem como a preocupação em pensar o feminismo latino-americano no contexto de questionamento das estruturas hegemônicas do saber.

A combinação das duas etapas empíricas executadas nessa tese, isto é, a combinação da análise das entrevistas aplicadas a pesquisadoras feministas com a análise de conteúdo comparada de periódicos científicos brasileiros e franceses, contempla os três agentes da circulação do pensamento feminista. As análises ilustram o *status* dinâmico da agenda de pesquisa feminista global, que se compõem de núcleos de pesquisa universitária, publicações científicas, congressos e colóquios internacionais, estabelecimento de acordos de intercâmbios para formação acadêmica e desenvolvimento de redes colaborativas de pesquisa. A partir da combinação das duas etapas empíricas desta pesquisa, pudemos, portanto, chegar a algumas pesquisadoras com papel chave na circulação do pensamento feminista entre Brasil e França, ao longo do período que vai de 1974 a 2016. São elas: Albertina de Oliveira Costa, Anette Goldberg, Angela Xavier de Brito, Betânia Ávila, Christine Delphy, Cláudia Fonseca, Eleni Varikas, Elisabeth Lobo, Françoise Héritier, Françoise Picq, Heleieth Saffioti, Helena Hirata, Lena Lavinias, Michelle Perrot, Miriam Grossi, Jules Falquet, e Tania Navarro.

Pudemos constatar um fluxo de ideias feministas vindas da França em direção ao Brasil entre os anos 1974 e 1985 a partir da pesquisa bibliográfica e empírica realizada. Da mesma forma, ao analisar o segundo momento proposto, entre os anos 2000 e 2015, constatamos a expansão e dinamização globais dos fluxos teóricos feministas, posicionamentos epistemológicos críticos à hegemonia eurocêntrica sendo disseminados, e as ideias feministas oriundas do Sul Global ocupando maior espaço nas discussões acadêmicas na lógica da circulação de ideias. As análises aproximam-se da descolonização dos saberes, para questionar a transferência de conhecimentos, a circulação de idéias, e perguntar o que aprendíamos até então, o que aprendemos hoje, o que podemos aprender com os outros, quem quer que seja ou da onde quer que venha. Percebe-se, portanto, uma reconfiguração global do campo do pensamento feminista, onde as viagens teóricas de uma região a outra se intensificam, se diversificam e requerem um esforço crescente de políticas de tradução.

A contribuição deste trabalho operou no sentido de dar visibilidade às trocas teóricas e ao estabelecimento de diálogos na agenda de pesquisa científica feminista no eixo Brasil-França. O mapeamento da circulação do pensamento feminista no campo da pesquisa científica permitiu identificar condições socio-políticas para o desenvolvimento e a diversificação das discussões e aprofundar a compreensão do modo de produção do conhecimento feminista na atualidade. Os

elementos aqui discutidos indicam uma continuidade no processo de intercâmbios teóricos feministas entre Brasil e França, embora sua dinâmica seja variável, e também a expansão das redes através das crescentes triangulações feitas pelos Estados Unidos e pelos vizinhos latino-americanos, tais como Argentina e México.

Pesquisas futuras poderão ampliar o escopo analítico da circulação de pensamento feminista, atentando às triangulações e buscando incorporar à produção intelectual demais grupos feministas latino-americanos surgidos na Europa, tais como grupos existentes em Portugal, Holanda e Suécia. O desenvolvimento do campo de estudos feministas na Argentina e Chile, países com um histórico político de ditadura militar e exílio, poderão ser incluídos nas análises de modo a elucidar os atuais desafios de ampliação da colaboração feminista no Cone Sul. A expansão do escopo analítico, incluindo países latino-americanos, países europeus e também os Estados Unidos, permitirá desenvolver um mapeamento que revelará as reverberações feministas (SCOTT, 2012) dos desafios à circulação global de conhecimento e de epistemologias dissidentes que pensam o Sul Global.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maira Luiza. Françoise Picq – Libération des femmes, quarante ans de mouvement
Notes de lecture, **Cahiers du Genre** (n° 56), p. 217-243, 2014/1.

_____. *Nosotras*: feminismo latino-americano em Paris. **Rev. Estud. Fem.** Vol.21 n.2, Florianópolis, May/Aug. 2013.

_____. **Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris** / Dissertação (mestrado). Campinas, SP: [s. n.], 2010.

ABREU, MAIRA; CARVALHO, Adília. Sisterhood is powerful: exílio e mobilizações feministas na França em apoio às “Três Marias”. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 32, p. 133-147, 2014.

ACHIN, Catherine ; COHEN, Jim, DESCOUTURES, Virginie. L'art de l'enquête collective sur la division sociale et sexuelle du travail. Entretien avec Helena Hirata, **Mouvements**, (n° 76), p. 138-152, 4/2013.

ADELMAN, Miriam. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 28 de julho, 2016.

_____. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Editora Blucher Acadêmico, 2009.

ADKINS, Lisa; LEONARD, Diana. Reconstructing French Feminism: Commodification, Materialism and Sex. Ed. **Sex in question: French materialist feminism**. London: Taylor & Francis, 2005.

ALCOFF, Linda e POTTER, Elizabeth. **Feminist Epistemologies**. Routledge, New York, 1993.

ALLEN, Amy. **The end of progress: decolonizing the normative foundations of critical theory**. New York: Columbia University Press, 2016.

_____. Emancipação sem utopia: Sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista. **Novos Estudos**, n.103, novembro, 2015.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. Bem-Vinda Constelação Da Desordem: a presença do pensamento francês no Brasil. Palestra na mesa-redonda "**A presença do pensamento francês no Brasil**" por ocasião da VI Feira Pan-Amazônica do Livro realizada pela Secretaria Executiva de Cultura do Pará. Belém 18 a 29 de setembro de 2002.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

ALVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brasil**: women's movements in transition politics. Pinceton: Princeton University Press. 1990.

_____. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu** (43), janeiro-junho de 2014:13-56.

AMORÓS, Célia. **Vetas de Ilustración: reflexiones sobre feminismo e islam.** Coleção Feminismos. Ediciones Cátedra. Universitat Valencia: Instituto de la Mujer, 2009.

_____. **Tiempo de Feminismo. Sobre Feminismo, Proyecto Ilustrado y Postmodernidad.** Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, 3ª edición, Madrid, 2008.

_____. **La gran diferencia sus pequeñas consecuencias para las luchas de las mujeres.** Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, 3ª edición, Madrid, 2007.

_____. (ed). **Feminismo y Filosofía. 1ª edição.** Editorial Síntesis: Madri, 2000.

APPADURAI, Arjun. **The circulation of forms.** Excerpt of a keynote lecture delivered at a Conference on “Loose Canons”, New York University, Department of Media, Culture and Communication, 2007.

ARAUJO, Ana Maria. Hacia una identidad latinoamericana. Los movimientos de mujeres en Europa y America Latina. **Nueva Sociedad**, n. 78, p. 89-92, 1985.

BADINTER, Élisabeth. **La fausse route.** Odile Jacob: Paris, 2003.

BALBUENA, Yamila. Lecturas sudamericanas de la obra de Simone de Beauvoir. **Sapere Aude**, v. 5, n. 9, p. 157-166, 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Círculo do Livro: São Paulo, 1980.

BENHABIB, Seyla [et al.] with an introduction by Linda Nicholson. **Feminist contentions: a philosophical exchange.** New York: Routledge, 1995.

BHABHA, Homi. **Les lieux de la culture. Une théorie postcoloniale,** Paris, Payot, 2007

BIDASECA, Karina. Cartografías descoloniales de los feminismos del sur. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014.

BIROLI, Flávia. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck por e-mail. Porto Alegre, 14 março 2017.

_____. **Autonomia e desigualdades de gênero. Contribuições do feminismo para a crítica democrática.** Editora Horizonte: Vinhedo, 2013.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria Política e feminismo, abordagens brasileiras.** Editora Belo Horizonte, Vinhedo, SP, 2012.

_____. Apresentação. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 1, p. 9-13, Feb. 2009.

BORGES, Joana Vieira. **Simone de Beauvoir: leituras no Brasil (1960-1980).** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Intelectuales, políticas y poder.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires:

Eudeba, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALLARO, Dani. **French Feminist Theory: an introduction**. London: Continuum, 2003.

CHAPERON, Sylvie. Auê sobre o Segundo sexo. **Cad. Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 37-53, 1999.

CIRIZA, Alejandra Jofré. Genealogías feministas: sobre mujeres, revoluciones e Ilustración. Una mirada desde el sur. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro, 2012.

CLAIR, Isabelle; HEINEN, Jacqueline. Le genre et les études féministes françaises: une histoire ancienne. Introduction. **Cahiers du Genre** (n° 54), p. 9-19., 2013.

COBO, Rosa Bedía. **Aproximações a teoria crítica feminista**. CLADEM boletín, 2014.

COLLIN, Françoise. **Femmes, Création et Représentation. Différence et Différend**. In: **Histoire des femmes en Occident. Le XX^e siècle**. Org: THÉBAUD, Françoise; DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Paris: Perrin, 2002.

CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.

_____. Apresentação. **Cad. Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 7-10, 1999.

COSTA, Albertina de Oliveira. O campo de estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 131-132, Apr. 2008.

_____. Os Estudos da Mulher no Brasil ou a Estratégia da Corda Bamba. **Rev. Estud. Fem.**, número especial, França-Brasil-Québec, p. 401-409, segundo semestre 1994.

COSTA, Albertina de O., et al. **Memórias de mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revista feminismo** Vol.2, N.2, Maio - Ago. 2014.

_____. (org.). **O feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e perspectivas**. Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Mulher, FFCH/UFBA, 2008.

_____. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Rev. Estud. Fem**, CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, 401-9, 1994.

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 579-586, Aug. 2013.

COSTA, Claudia Lima. Feminismos e pós-colonialismos. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

_____. "As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução". **Rev. Estud. Fem**, v. 8, n. 2, p. 43-49, 2000.

CURIEL, OCHY. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. **Género con clase**. mayo, 2012.

CYPRIANO, Breno. La idea feminista de la política desde el sur global. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014

_____. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et. al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **L'ennemi principal: Tome 2, Penser le genre**. Collection Nouvelles Questions féministes. Editions Syllepse, 2001.

_____. The Invention of French Feminism: An Essential Move. **Yale French Studies**, No. 87, Another Look, Another Woman: Retranslations of French Feminism pp. 190-221, 1995.

DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. Bioética feminista na América Latina. **Rev. Estud. Fem**, n. 16, v. 2, p. 599-612, 2008.

DINIZ, Debora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 245-253, dez. 2004.

EVANS, Mary. **Introducción al pensamiento feminista contemporáneo**. Minerva Ediciones: Madrid, 1997.

FALQUET, Jules. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 24 maio 2016.

_____. Déclaration du Combahee River Collective, *Les cahiers du CEDREF* [En ligne], 14 | 2006, mis en ligne le 01 décembre 2009, Consulté le 20 février 2017. URL: <http://cedref.revues.org/415>

_____. Nouvelles questions féministes: 22 años profundizando en una visión feminista, radical, materialista y anti-esencialist. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 63-74, Dec. 2004.

FEMENIAS, Maria Luisa. Un esbozo de un feminismo latinoamericano. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril/2007.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**. São Paulo: Ensaio, 1988.

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do Sexo .Um Estudo da Revolução Feminista**. Editorial Labor do Brasil, Rio de Janeiro, 1976.

FRAISSE, Geneviève. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 21 de junho, 2016.

_____. La sexuación du monde. Réflexions sur l'émancipation. **Presses de Sciences Po | Académique: Paris, 2016.**

_____. **La Fabrique du féminisme, Textes et entretiens.** le Passager clandestin : Paris, 2012.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism. From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis.** Verso: Brooklyn, 2013.

_____. How feminism became capitalism's handmaiden - and how to reclaim it. **The Guardian**, 14/10/2013.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 15(2): 291-308, maio-agosto/2007.

_____. Struggle over needs: outline of a socialista-feminist critical condition of late-capitalist political culture. **Justice Interruptus. Critical Reflections on a "Post-Socialist" condition.** Routledge: New York and London, 1997.

_____. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice on a 'post-socialist' age. **New Left Review** I/212, July-August, 1995.

FERRERIA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (orgs.) **O patriarcado desvendado. Teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabert, Nicole-Claude Mathieu.** Recife: SOS Corpo, 2014.

FERREIRA; REA. De um país ao outro: passagens entre a França e o Brasil. Entrevista com Miriam Pillar Grossi. **Passages de Paris**, 7 pp. 4–22, 2012.

GALSTER, Ingrid. Cinquenta anos depois de O segundo sexo, O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na F quantas anda o feminismo na França? uma entrevista com Michelle Perrot. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro, 2003.

GARGALLO, Francesca. **Ideas feministas latinoamericanas.** México: Universidad de la ciudad de México, 2009.

GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. História do sufrágio feminino no Brasil. *Resenha Eleitoral*, n.4, jul-dez, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOLDBERG, Anette. «Brésiliennes en exil», **Les cahiers du CEDREF**[En ligne], 8-9|2000, mis en ligne le 19 août 2009.

_____. Féminisme contemporain au Brésil. n°4 de **la revue HSAL**, mai 1996.

_____. **.Le dire et le faire feministes: une approche socioculturelle du Brésil Contemporain.**

Paris, 1991. 632p. Tese (Doutorado em História e Civilização) Universidade de Paris VII. p.228-9.

_____. Femmes, recherches, feminism – un ordre de facteurs Oui altère le produit. **Bulletin du CRIF (Center du Recherches de Reflexión et d’Information Féministes)**, n. 10, pp. 3-12, printemps 1986.

_____. .Feminismo no Brasil contemporâneo : percurso intelectual de um ideário político. **BIB**, Rio de Janeiro, n.28, pp-42-70, 2o semestre, 1989.

_____. Os movimentos de libertação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOLDBERG, Anette e ZAIDMAN, Claude., «Présentation du Réseau «Femmes en migrations», *Les cahiers du CEDREF*[En ligne], 8-9|2000, mis en ligne le 28 août 2009,

GOLDMAN, Emma. **O Indivíduo, a Sociedade e o Estado e Outros Ensaio**. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

GONÇALVES, Eliana; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. **Cad. Pagu** (36), pp.25-46, janeiro-junho, 2011.

GOUGES, Olympe de. «Femme, réveille-toi!» **Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne**. Paris: Éditions Gallimard, 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 17 de maio, 2016.

_____. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 211-221, Dec. 2004.

GROSSI Miriam Pillar; RIAL, Carmen Sílvia Moraes. Nem Deus, nem amo, nem marido: uma trajetória do feminismo na Argentina - entrevista com María Luisa Femenías. **Rev. Estud. Fem.**Vol.17 no.3 Florianópolis Sept./Dec.2009.

GROSSI, Miriam; MINELLA, Luzinete; PORTO, Rozeli. **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Mulheres, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Mapeamento dos Grupos Feministas, de Mulheres e de Gênero no Brasil. *Association Catholique pour le Développement et la Paix*, **Antropologia em primeira mão**. Québec/Florianópolis, 5, 1996.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies** Vol. 14, No. pp. 575-599, 3, Autumn, 1988.

HARDING, Sandra. **Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and**

Epistemologies. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

_____. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Rev. Estud. Fem.**, n. 1, p. 7-31, 1993.

_____. Is There a Feminist Method? In: **Feminism and Methodology**, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

HARTMANN, Heidi. Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo. **Papers de la Fundació**, pp.1-33, 1988.

HIRATA, Helena. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 10 de maio de 2016.

HIRD, Myra J. **Sex, Gender and Science.** Houndmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.

HOLLI, Anne Maria. FEMINIST TRIANGLES: A CONCEPTUAL ANALYSIS, **Representation**, Vol. 44, No. 2, 169-185, 2008.

JARDINE, Alice. Men in feminism: Odor di uomo or compagnons. In: _____; SMITH, Paul. Ed. **Men in feminism.** New York: Routledge, 1987.

KERNER, Ina. Relations of difference: power and inequality in intersectional and postcolonial feminist theories. **Current Sociology.** Oct, 2016.

KOLLER, Silvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Narrar a REF e fazer a REF: uma história coletiva. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 643-653, Aug. 2013.

_____. Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. **Rev. Estud. Fem.**,⁵⁰ Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 189-204, Apr. 2010.

LAGRAVE, Rose Marie. Recherches féministes ou recherches sur les femmes? **Actes de la recherche en sciences sociales.** Masculin/féminin-1. pp. 27-39, Vol. 83, juin 1990.

LAUGIER, Sandra *et al.*, Genre et inégalités environnementales : nouvelles menaces, nouvelles analyses, nouveaux féminismes. Introduction, **Cahiers du Genre** 2015/2 (n° 59), p. 5-20. DOI 10.3917/cdge.059.0005.

LE BRAS-CHOPARD, Armelle. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 25 maio 2016.

LE DOEUFF, Michèle. **L'étude et la roue. Des femmes, de la philosophie, etc..** Edition Seuil:

Paris, 1993.

LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição de campo de estudos de gênero: um olhar desde as "margens". **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, p. 115, jan. 2004.

LUGONES, María. Colonialidad y gênero. **Tabula Rasa**, nº 9, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá, Colômbia, pp 73-101, julio-diciembre, 2008.

_____. "Playfulness, 'World'-Travelling, and Loving Perception." **Hypatia**, v. 2, n. 2, p. 3-19, 1987.

LUSTE BOULBINA, Seloua. «La décolonisation des savoirs et ses théories voyageuses», **Revue Rue Descartes** (nº 78) , p.19-33, 2/2013

MACKENZIE, Iain. **Política: Conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL** (3/4), Campinas-SP, 1995/96, pp.45-67.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. The Brazilian Exiled Left And Feminism: The Political Action Of Brazilian Women In Chile And France (1968-1979). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, pp. 112-139, Jan.-Abr. 2015.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de sociologia e política** 18 (36), pp.67-92, jun. 2010.

MAY, Tim. **Social research: issues, methods and process**. – 3rd ed, Open University Press: Buckingham/Philadelphia, 2001.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; MARTINS CUNHA, Vivane. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014.

MENDES, Natália Pietra. **Com a palavra: O Segundo Sexo. Percursos do pensamento intelectual feminista do Brasil nos anos 1960**. Tese de doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MERRY, Sally Engle. Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance. **Current Anthropology**, Vol. 52, No. S3, Corporate Lives: New Perspectives on the Social Life of the Corporate, pp. S83-S95, 2011.

MICHEL, Andrée. Luttes Féministes Au Brésil: Notes sur un récent voyage : avril-mai 1989 **Nouvelles Questions Féministes** pp. 199-203 No. 16/18, Particularisme & Universalisme: Coordonné Par Christine Delphy, 1991.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLET, Kate. **Sexual Politics**. Chicago: University of Illinois, 2000.

MILLMANN & MOSS KANTER. Introduction to another voice: feminist perspectives on social life and social science. In: **Feminism and Methodology**. *Social Sciences Issues*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Feminist Review**, p.61-88, n.30, Autumn, 1988.

MONTAGNER, Miguel Angelo. *Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana*. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n° 17, p. 240-264 jan./jun. 2007.

MÖSER, Cornelia. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 25 julho 2016.

_____. **Féminismes en traduction: théories voyageuses et traductions culturelles**. Paris: Éditions des Archives contemporaines, 2013.

NASH, Mary. Identidades de gênero, mecanismos de subalternidad y procesos de emancipación femenina. **Revista CIDOB D'Afers Internacionals**, n. 73-74, p. 39-57, 2006.

OAKLEY, Ann. Gender, methodology and people's ways of knowing. **Sociology**, Vol. 32 No. 4 November 1998.

_____. Interviewing women: a contradiction in terms. In: Roberts, H. ed. **Doing Feminist Research**. London: Routledge, 1990.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol.16, n.2, pp. 305-332, 2008.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa nesse novo milênio. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O Planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**. p. 219 – 258, Org. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVER, Kelly; WALSH, Lisa. **Contemporary French Feminism**. Nova York: Oxford University Press, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topo (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, June 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013

_____. Recherches sur les femmes et recherches féministes » : L'Action Thématique Programmée du CNRS, **Une Histoire des femmes est-elles possible?** Paris: Rivages, 1984.

PHILLIPS, Anne. Religion: Ally, Threat or Just Religion? **A Debate on the Public Role of Religion and its Social and Gender Implications**. UNRISD Programme Papers on Gender and Development, 2009.

PICQ, Françoise. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 29 junho 2016.

_____. **Libération des femmes, quarante ans de mouvement**, Brest, Éditions-dialogues, (2011), 529 p. 1ª ed, 1993.

PINTO, Céli. Feminismo, História e Poder. **Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, pp. 377-404, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013.

PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 242-246, June 2003.

PRÁ, Jussara Reis. **Mulheres, Feminismo e Ação Política no Brasil**. 1ª ed. Porto Alegre: CirKula, 2016 a.

_____. **Memorial** apresentado para a progressão a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Instituto De Filosofia E Ciências Humanas, Departamento De Ciência Política, 2016 b.

_____. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 169-196, Dec. 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En libro: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 246.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. Orgs. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998

_____. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **labrys, estudos feministas**, número 3, janeiro/ julho, 2003.

RIAL, Carmen; LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 677-690, Dec. 2005

ROUCH, Hélène. . **Les Cahiers du CEDREF**, n. 10, p. 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **O segundo sexo à luz das teorias feministas Contemporâneas. In: Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (org). 338 p. (Coleção Bahianas; 5) Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

SAID, Edward W. **The world, the text and the critics**. Harvard University Press, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo:

Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pelas mãos de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade**, 14a ed., São Paulo: Cortez, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. Primórdios do conceito de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 157-163, 1999.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feminsitas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCAVONE, Lucila. *Estudos de Gênero e feministas: um campo científico*. In Seminário: **Gênero, multiculturalismo e direitos humanos** IBEU/UNICAMP, 2011a.

_____. *Ciência e Militância: os estudos de Gênero no Brasil*, **XXXV Encontro Anual ANPOCS**, Caxambú, 2011b.

_____. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: **Ao vencedor as batatas**. 5Ed São Paulo: Editora 34, 2000.

SCOTT, Joan W. Reverberaciones Feministas. **CS No. 10**, 339–370, Cali, Colombia julio-diciembre 2012.

_____. La querelle de las mujeres de finales del siglo XX. **New left review**. n.3, 2000 (Ejemplar dedicado a: Emigración, etnicidad y fuerza de trabajo), págs. 97-116.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014.

SÉNAC, Réjane. The Contemporary Conversation about the French Connection “*Liberté, égalité, fraternité*”: Neoliberal Equality and “Non-brothers” » **Revue Française de Civilisation Britannique** [Online], XXI-1 | 2016, Online since 20 July 2016.

_____. *L'égalité sous conditions. Genre, parité, diversité*. Paris: Les Presses de Sciences Po, 2015.

SILVA, Carmen. O desafio das publicações feministas. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, 21(2): 625-635, maio-agosto/2013.

SOUZA LOBO, Elisabeth. A Classe Operária Tem Dois Sexos. **Trabalho, Dominação e Resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. A vida como obra. **Cad. Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 55-58, 1999.

STACEY, Judith. Is academic feminism an oxymoron? **Signs** 25 (4), pp.1189-1194, 2000.

STILL, Judith. Continuing debates about “french feminist theory”. **French Studies**, v. LXI, n. 3, p. 314-328, 2007.

THEBAUD, Françoise. **Ecrire l’histoire des femmes**. Paris: ENS éditions, 1998.

VALCÁRCEL, Amelia. **Feminismo en el mundo global**. Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, 4ª edición, Madrid, 2012.

VALDIVIESO, M, Aportes e incidencia de los feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina. **Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe / Magdalena Valdivieso ... [et.al.]**; Coordinado por Alba Carosio. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 20, 2012.

VARIKAS, Eleni. Entrevista concedida à Elena de Oliveira Schuck. Paris, 23 maio 2016.

_____. Do bom uso do mau gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 11-36, 1999.

VARIKAS, Eleni; CLAIR, Isabelle. Généalogie d’une enquête sur les «étranger-e-s du dedans». Entretien avec Eleni Varikas », **Genre, sexualité & société [En ligne]**, 7 Printemps 2012.

VEIGA, Ana Maria. Estudos de gênero na Argentina – olhares contemporâneos sobre o tema. Entrevista com Andrea Andújar e Alejandra Ciriza. **História Unisinos**. v. 14, n. 2, p. 226-232, mai./ago. 2010.

WOODWARD, Alison. **Building velvet triangles: gender and informal governance. In Informal Governance in the European Union**, edited by Thomas Christiansen and Simona Piattoni. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 67: 39-140, 2006.

_____. **Justice and the Politics of difference**. Princeton University Press: New Jersey, 1990.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiros de entrevistas aplicadas

Roteiro 1

I – Les conditions intellectuelles - discussions théoriques, la circulation des savoirs féministes entre Brésil et France.

D'abord par rapport au rencontre des féminismes brésilien et français, que pourriez-vous dire de cette association?

Selon mes hypothèses, j'identifie deux moments de fort rencontre entre les féminismes brésilien et français. Le premier serait pendant l'émergence des mouvements féministes en Europe, Amérique du Nord et Amérique Latine pendant les années 1970, quand la pensée féministe française a contribué aux development de la recherche féministe brésilienne. Dans un deuxième moment, pendant les années 2000 à nos jours, je vois que la recherche féministe française s'appuie de plus en plus sur des théories de la pensée sociale latino-américaines, voir pos-colonial, ainsi que des autres régions du monde. Que pensez-vous de ces deux moments de fort rencontre? Seriez-vous d'accord? Trouvez-vous ces rencontres asymétriques?

. La pensée de Beauvoir et l'existencialisme, le matérialisme historique, le biopouvoir, les french theories et les poscolonialité/interseccionalité, voyez-vous de rencontres féministes à partir de ces écoles de pensée? Ajouteriez-vous d'autres théories remarquables?

4. À votre avis, comment circulent les pensées et les concepts? Par exemple, comment circules les post-colonialisme au Brésil et comment ils sont reaproprié en France?

5. Est-ce que il y a/ il y a eu des impossibilités aux rencontres?

II – Les conditions institutionnelles – les échanges universitaires, les paternariat, les publications, les ouvrages, les conférences.

6. Pensez-vous qu'il s'agit d'une alliance théorique-politique? Est-ce qu'il y a une specificité ou pas à la fois entre Brésil et France?

7. Quelles étaient et quelles sont les conditions institutionnelles de ce rencontre intellectuel? Ce sont plutôt des choix politique, des paternatiats entre universités, échange au niveau des individus?

8. Pourriez vous parler de votre expérience professionnel en ce qui concerne le rapport Brésil-France autour de la pensée féministe? Avez-vous participé des conférences, des publications, des ouvrages?

III – Le design académique – la place des études féministes à l'université, les centres d'études sur les femmes/genres/féminismes

9. Comment analysez-vous les conditions d'organisation pour la recherche féministe chez vous? Il y a plutôt des centre d'études féministe/sur la femme/sur le genre?

10. Les recherche sont présentent dans les différents départements (histoire, philosophie, sociologie, sciences politique, etc)? Comment dialoguent-ils? Par exemple, il y a des philosophes cité en sociologie?

Roteiro 2

1. Sobre sua atuação enquanto editora da RBCP: Você pode falar sobre sua trajetória na RBCP e sobre a sua contribuição para trazer temas de gênero e feminismo para a revista? Houve/há desafios a serem enfrentados? De que tipo?

2. Sobre o panorama brasileiro das publicações feministas/de gênero: Como você enxerga no Brasil hoje o espaço conferido para discussões sobre gênero e feminismo nas revistas acadêmicas de ciências humanas? Há mais espaço? Ou você acha que as discussões feministas ainda ficam muito circunscritas às revistas especializadas tais como Estudos Feministas e Cadernos Pagu?

3. Sobre as influências teóricas feministas: Você concorda que o pensamento feminista no Brasil se apoiou, num primeiro momento (anos 1970/80), na literatura feminista francesa, para depois apoiar-se principalmente numa literatura feminista americana? Você enxerga hoje uma maior abertura às produções latino-americanas ou talvez a produções de outras regiões do Sul global? Você vê as produções feministas ou de gênero brasileiras sendo lidas em outros países?

Apêndice B – Dados das entrevistadas

1. Helena Hirata

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1969) e doutorado em Sociologia política pela Université de Paris VIII (1979). Fez a Habilitation à diriger des recherches (HDR) (1997), equivalente à livre-docência pela Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines. Atualmente é diretora de pesquisa emérita do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) no laboratório CRESPPA - equipe GTM (Genre, Travail, Mobilités) associado às Universidades de Paris 8-Saint-Denis e Paris 10-Nanterre. Sua pesquisa é voltada para a área de Sociologia do Trabalho e do Gênero (texto informado pela autora).

2. Miriam Grossi

É doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle - Université de Paris V (1988), pós-doutorado no Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France (1996/1998), na University of California-Berkeley e EHESS (2009/2010). Professora Associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1989, atua nos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas e no curso de graduação em Ciências Sociais da UFSC. Foi representante da Área de Antropologia e da Grande área de Humanas no CTC da CAPES (triênio 2001/2004), Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (gestão 2004/2006) e editora da Revista Estudos Feministas (1999/2001). Professora visitante nas Universidades de Brasília (1995), Universidad de Chile (2003), EHESS-França (2008) e ISCTE - Portugal (2009). Desenvolve pesquisas sobre Teoria Antropológica, História das mulheres no campo antropológico, Antropologia Francesa contemporânea e Metodologias qualitativas de pesquisa. Coordena o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) onde são desenvolvidas pesquisas no campo das teorias queer e feminista sobre os temas de violências contra mulheres e lesbo-trans-homofobia; identidades, parentalidades e conjugalidades LGBTTT; arte homoerótica; amor; gênero e sexualidade na escola; religiões e sexualidades; políticas públicas e movimentos feministas e LGBTTT (texto informado pela autora).

3. Eleni Varikas

É doutora em História e Civilização pela Université de PARIS 7. Professora emérita da Université de Paris 8 Science Politique/Centre d'Études féminines, du genre et des sexualités, pesquisadora do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques (CRESPA). Atividades editoriais em: Cahiers du Genre, Tumultes, Raisons Politiques (França); Gender and History (UK), IRIS European Journal of Philosophy and Public Debate éditions Il Mulino (Itália), *histoirein*, A review of the past and other stories (Grécia). Áreas de interesse de pesquisa contemplam: teoria política; teoria (s) do gênero; Constituição hierárquicas de grupos sociais (mulheres, cigano, estrangeiro, muçulmano, negro, homossexual); a figura do pária. Normas e exceções; epistemologia feminista nas ciências sociais e humanas; invisibilidade social na produção de conceitos e categorias de análise; liberdade, tolerância e práticas de dominação; Colonialidade do poder, gênero e relações sociais em coextensividade na modernidade ocidental; Gênero, feminismo, império e nação; subjetividades das experiências subalternas; história da intelectualidade; história do feminismo; gênero na teoria social e política e sua transmissão.

4. Jules Falquet

É doutora em sociologia, graduada pelo Instituto de Altos Estudos sobre América Latina da Universidade de Sorbonne. Nascida na França, viveu no Brasil, México e El Salvador. Atualmente, reside em Paris onde é professora de sociologia política crítica da Universidad de Paris, responsável do Centro de estudos, documentação e pesquisa feminista CEDREF, e integrante do laboratório CREDAL-ERSIPAL (equipe de pesquisa sobre as sociedades indígenas camponesas). É membra da Brecha Lésbica, coletivo feminista autônomo internacional sui generis, através do qual coeditou 'El patriarcado al desnudo'. Jules realiza pesquisas sobre movimentos sociais latinoamericanos e do Caribe, em particular dos movimentos de mulheres e movimentos feministas de El Salvador, do movimento zapatista no México e do movimento dos sem terra no Brasil. Trabalha analisando os efeitos de la globalização neoliberal e as lutas e alternativas criadas por mulheres partindo das elaborações teóricas e empíricas do movimento feminista latinoamericano e caribeño. Coeditou junto a Ochy Curiel o texto *Feminismos disidentes en América Latina*. Jules é respeitada dentro da teoria e do ativismo lésbico feminista em geral. Em seu breve ensaio “Algunas teorías lésbicas” confronta o movimento feminista com o lésbico, destacando a difícil relação entre estes dois movimentos. É membra do comitê de

redação das revistas *Nouvelles Questions Féministes*, *Cahiers du Genre*, *Cahiers du CEDREF*, *La Manzana de la discordia* (U. del Valle, Colômbia).

5. Armelle Le Bras Chopard

Politóloga, especialista em filosofia política e em questões de igualdade entre mulheres e homens. É professora emérita na Université Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines. Suas pesquisas estão vinculadas às temáticas da democracia, socialismo, guerra. Diversas questões sobre sociedade, e se versam cada vez mais pela problemática de gênero, em particular mulheres e política.

6. Geneviève Fraisse

Filósofa e historiadora do pensamento feminista, diretora emérita de pesquisa no CNRS, França (seção de Filosofia 35) Seu trabalho trata da epistemologia e política sobre a genealogia da democracia, conceitos de emancipação e problematização filosófica do debate sexo/gênero. Seus temas de pesquisa abrangem a controvérsia entre os sexos, de um ponto de vista epistemológico e político; três eixos: a genealogia de democracia, os conceitos de empoderamento e problematização filosófica do assunto "sexo / gênero". 1) a construção de um "pedigree democrático" da Revolução Francesa, para destacar a relação entre a exclusão e o empoderamento das mulheres, em torno de noções de cidadania, razão e representação governamental. Esta genealogia destaca a "desregulamentação" das representações da relação sexual. 2) reflexão sobre noções conceituais, como serviço, o consentimento, a diversidade, privilégio em relação aos conceitos de igualdade e liberdade. 3) Leitura do objeto "sexo / gênero" na tradição filosófica e histórica.

7. Françoise Picq

Licenciada em Direito Público, Mestra em Sociologia e Doutora em Ciência Política, é professora de Sociologia da Université Paris Dauphiné, é vice-presidente da Association nationale des études féministes (ANEF), presidente fundadora da association pour la promotion des études féministes (APEF). Suas pesquisas abordam as seguintes temáticas: História da antropologia; Feminismo, socialismo, sindicalismo; História e atualidade do feminismo na França e na Europa; Teorias, sociologia, movimentos sociais, os modelos políticos nacionais; Feminismo e laicidade. Estudos Feministas / Estudos de gênero; Gênero no ensino superior e na pesquisa;

Mulheres em altos cargos públicos, em particular no ensino superior e pesquisa; Paridade e vida política, igualdade profissional, relações sociais de sexo; Feminismo e geopolítica.

8. Cornelia Moser

Possui graduação em Estudos Culturais, Estudos de Gênero e Sociologia, é mestra pelo Centre d'Etudes Genre de l'Université de Lausanne, doutorado em cotutela Université Humboldt de Berlim (Gender Studies) e a Université Paris 8, Saint-Denis (Science Politique), é pesquisadora do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques (CRESPA).

9. Miriam Adelman

Possui mestrado (M.Phil) em Sociologia - New York University (1990) e doutorado pelo programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). É professora associada do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PGSOCIO), do Programa de Pós-graduação em Letras (PGLETRAS, área de Estudos Literários) e o Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná e co-coordenadora do Grupo de Pesquisa de Mulheres e Produção Cultura, da UFPR, assim como co-fundadora do Núcleo de Estudos de Gênero/UFPR, núcleo interdisciplinar que atua nessa instituição desde 1994. Tem produção recente nas seguintes temáticas: teoria sociológica contemporânea; teoria feminista; cultura e discursos midiáticos; e corporalidades e identidades. Atualmente realiza pesquisa de campo nesta última área, através de um estudo sobre relações e representações de gênero e práticas de esporte e lazer equestres. Na área de cultura e discursos midiáticos, realiza pesquisa sobre representações de gênero e produção de mulheres na literatura e noutras áreas das artes; tem como projeto em andamento, a organização de um livro sobre esta temática. É também escritora e tradutora (do português e do espanhol) especializada na produção de versões, em língua inglesa, de textos nas diversas disciplinas das ciências humanas. Mantém o blog Juntando Palavras conviteapalavra.blogspot.com (texto informado pela autora).

10. Flávia Biroli

Professora Associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). Pesquisadora do CNPq. Sua produção está concentrada na área de gênero, política e democracia, com ênfase para o estudo

das teorias políticas feministas, e na área de mídia e política, tratando especialmente das relações entre imprensa e democracia no Brasil. Publicou *Caleidoscópico convexo: mulheres, política e mídia* (Ed. Unesp, 2011, com Luis Felipe Miguel), *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática* (Eduff e Horizonte, 2013), *Família: novos conceitos* (Perseu Abramo, 2014) e *Feminismo e política* (Boitempo, 2014, com Luis Felipe Miguel), entre outros (texto informado pela autora).

ANEXOS

Anexo I – Revistas Nosotras

Capas e contracapas das edições: a) n. 8/9/10 – agosto/setembro/outubro - ano 1; b) n.11-novembro- ano 1; c) n.12 – dezembro - ano 1; d) n.16/17/18 – abril/maio/junho – ano 2; e) n.19/20 – julho/agosto – ano 2; f) n.21/22 – setembro/outubro – ano 2; g) n.23/24 – novembro/dezembro – ano 2; h) n.25/26 – janeiro/fevereiro – ano 3.

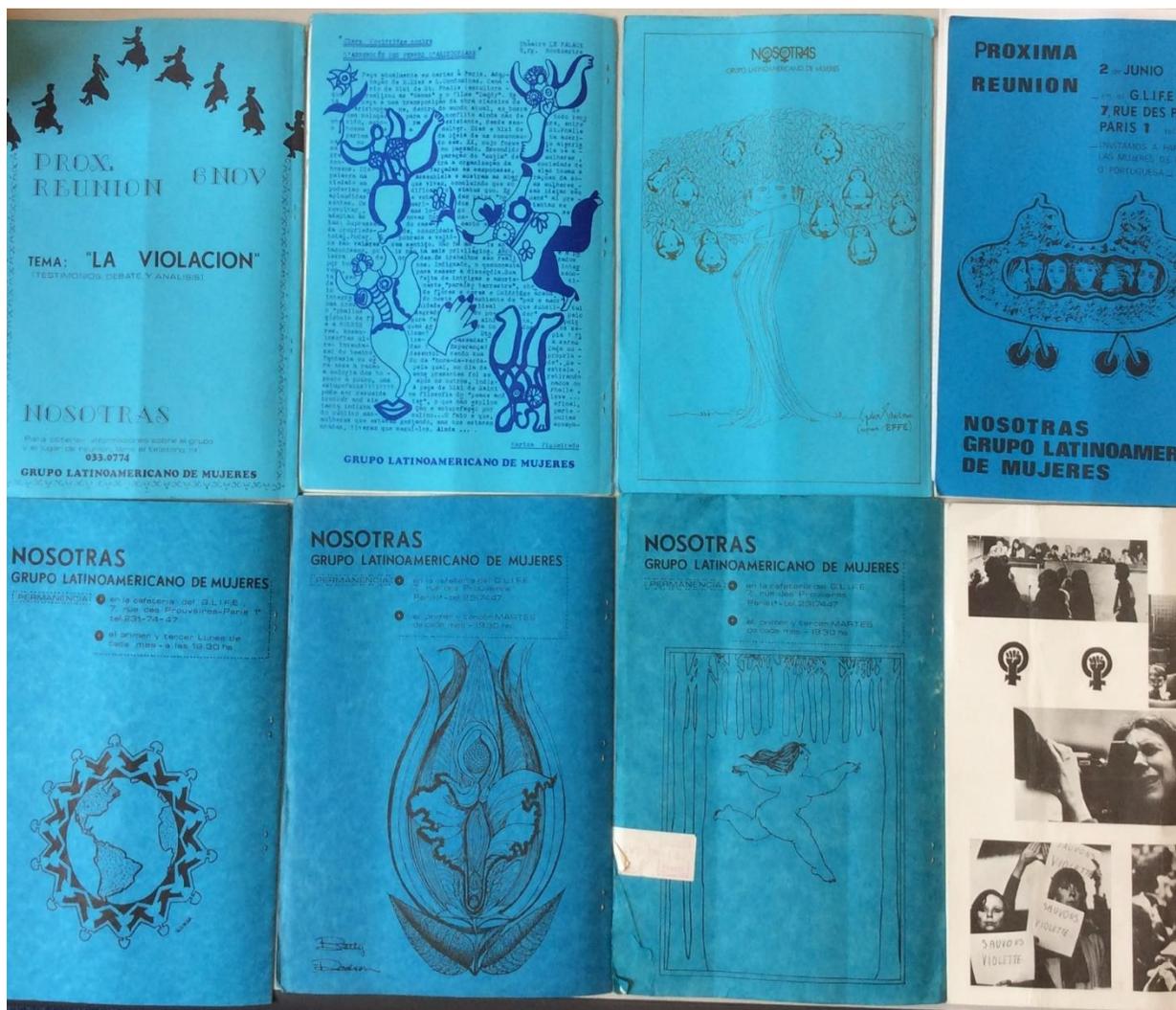
As oito publicações disponíveis da Revista Nosotras foram consultadas nos arquivos da Biblioteca de Documentação Internacional Contemporânea (CID) de Paris X, Nanterre, em 26 de julho de 2016 com a devida autorização institucional para digitalização e uso das imagens.

Capas



Fonte: *Bibliothèque de documentation internationale contemporaine (BDIC)*

Contra-capas



Fonte: Bibliothèque de documentation internationale contemporaine (BDIC)